



Relatório 2022-23



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Sumário:

1-INTRODUÇÃO	2
2-FONTES.....	8
3- PANORAMA GERAL DOS CONFLITOS 2022-2023.....	10
4. RACISMO ESTRUTURAL NOS CONFLITOS.....	16
5. OBSERVANDO DE PERTO.....	39
6 – OBJETOS DE CONFLITOS NO ÚLTIMO PERÍODO.....	60
7 – CONTRIBUIÇÕES DOS CONFLITOS AO PLANO DIRETOR.....	134
8 – REFERÊNCIAS.....	139

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal do presente relatório é apresentar uma análise da recente conjuntura política e social a partir dos conflitos urbanos mapeados através do trabalho de pesquisa do Observatório dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Este relatório enfatiza os resultados obtidos pela pesquisa realizada pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no segundo semestre de 2022 e primeira metade de 2023. O Observatório dos Conflitos Urbanos iniciou suas atividades com a execução do Projeto "Mapa dos Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro" (1993 a 2003) configurando-se como um banco de dados de livre acesso, disponibilizado na rede mundial de computadores.

Permitindo consultas livres, simples ou combinadas, sobre os conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro, o Observatório reúne conflitos registrados e georreferenciados, desde 1993 até os dias atuais. A construção do site, possibilitou a pesquisa e o registro de informações relacionadas com a conflituosidade urbana,

oferecendo a possibilidade de projetar no mapa da cidade sua diversidade conflituosa, mostrando como diferentes grupos e segmentos reivindicam e lutam por melhores condições de vida na cidade do Rio de Janeiro.

Estudos estatísticos podem fornecer informações bastante precisas sobre a distribuição de equipamentos e serviços urbanos, sobre a alocação socioespacial de recursos públicos, a distribuição dos resíduos tóxicos e das amenidades ambientais, fornecendo, desta forma, um quadro "objetivo" das desigualdades urbanas. Mas o que o levantamento e o registro sistemático dos conflitos proporciona é outro retrato da cidade, que ausculta e permite analisar as desigualdades nomeadas, verbalizadas ou simplesmente evocadas no e pelo cotidiano urbano.

O Observatório dos Conflitos Urbanos surgiu com a ideia de se constituir e tornar pública uma ferramenta de fomento à análise da conjuntura política e social da cidade. Utilizamos como fontes os jornais de maior circulação na cidade, os arquivos do Ministério Público Estadual, o Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e o acompanhamento de manifestações através da equipe de pesquisadores. Definimos como recorte temporal para o início do mapeamento de conflitos o ano de 1993 (ano do início dos trabalhos do Plano Diretor da cidade, instituído em meados de 1992). Através da pesquisa nas fontes, os conflitos urbanos começaram a ser organizados em um banco de dados com vistas a mapear a origem de cada conflito pelos bairros. Era a primeira versão do então 'Mapa dos Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro' como um mecanismo de pesquisa disponível na internet.

Para organizar as informações contidas nos conflitos urbanos preparamos o banco de dados visando registrar em cada ficha de conflito a data de sua manifestação e a data de sua publicação nas fontes; o local de origem da reivindicação expressa e o local de sua manifestação; o coletivo que levou a público o conflito; o agente, público ou privado, reclamado na manifestação; a forma de expressão da manifestação do conflito; o objeto da reivindicação, a presença ou não de violências, ou elementos de racismo estrutural, e a descrição das motivações e características do evento conflituoso mediante resumo construído a partir das fontes.

Cada ficha contém ainda uma lista dos entes que apoiaram aquele conflito e

uma lista das fontes que lhe deram publicidade. Estas duas variáveis podem conter mais de um registro para cada evento conflituoso, porque uma mesma manifestação de conflito urbano pode ser apoiada por determinada associação de moradores e também por um partido político, ou um grupo de artistas, etc.; além de poder, adquirir publicidade em mais de uma das fontes de pesquisa. As outras variáveis: data da manifestação, local da manifestação, coletivo mobilizado, agente reclamado, objeto do conflito e sua forma de manifestação; foram destacadas para possibilitar ao pesquisador a combinação de todas ou de algumas delas no momento em que se escolhe quais os tipos de conflitos que se quer ver representados no mapa.

O georreferenciamento, por seu lado, oferece a possibilidade de projetar no mapa da cidade a diversidade conflitual, mostrando, por exemplo, como diferentes grupos e segmentos de classes atuam, manifestam desejos ou frustrações, reclamam, protestam, lutam. Além de sua contribuição científica para a constituição de uma sociologia urbana, entendida neste caso como uma sociologia de conflitos urbanos, o "Observatório dos Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro" oferece subsídios para os formuladores de políticas urbanas. Ademais, ele se coloca à disposição dos próprios agentes sociais como um meio de divulgação de seus conflitos e canal para a troca de experiências, contribuindo, desta forma, para a democratização entre os cidadãos e para a divulgação de informações sobre sua cidade; cidade que constroem e reinventam, mas que, muitas vezes, desconhecem.

Atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade. Como e onde se manifestam os conflitos? Que reivindicações, anseios e frustrações emergem? De que maneira a desigualdade socioespacial se expõe a partir de informações sistemáticas? Movimentos sociais organizados e manifestações de multidões, ações coletivas na justiça ou abaixo-assinados, inúmeras são as formas através das quais a cidade expõe sua desigualdade e, mais que isso, elabora formas de enfrentá-la. Eis algumas das questões que o "Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro" contribui para elucidar.

Definimos conflito urbano como “todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbana, que oponha pelo menos dois

atores coletivos e/ou institucionais e que se manifestem no espaço público”. Nesta perspectiva, as manifestações públicas e coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações são georreferenciadas e disponibilizadas pelo Observatório, alimentando o debate público sobre os conflitos e lutas urbanas. Pensando em contribuir para a democratização das discussões acerca da questão urbana e subsidiando a formulação de políticas.

Nos últimos anos, a elaboração e a prática do Planejamento Urbano têm sido fortemente influenciadas pela difusão dos cânones do urbanismo pós-moderno e do planejamento estratégico competitivo. Agências multilaterais (Banco Mundial, PNUD, BID, Agência ONU-Habitat, etc.) e consultores internacionais (notadamente catalães) transformaram-se em missionários dos novos tempos, indicando que as cidades que se lançarem aos grandes projetos urbanos, à recuperação dos centros históricos, às parcerias público-privadas, ao planejamento "market friendly" ou "market oriented" serão recompensadas, atraindo investimentos, turistas e eventos de grande magnitude.

Por outro lado, políticas sociais focalizadas, modeladas quase sempre pelas mesmas agências e 'experts', se oferecem como faceta social do reajuste estrutural. Ao desemprego e precarização das relações de trabalho, juntam-se a desconstituição de políticas universais e a entronização das políticas focalizadas, proclamadas como formas de "combate à pobreza". Neste contexto, à herança perversa de um desenvolvimentismo que durante meio século produziu cidades injustas vêm se juntar concepções, políticas e práticas que acentuam o lado mais perverso da sociedade e das cidades brasileiras: a desigualdade.

Ao olharmos para a cidade, nos defrontamos com o fato de um dualismo que, de um lado, como produto social, a cidade é estruturada, isto é, determinada, manifestando e coagulando em sua morfologia social as lógicas e dinâmicas estruturais. De outro lado, como arena e espaço de constituição e instituição do social, as relações que têm a cidade por arena e objeto são também estruturantes, construindo, desconstruindo e reconstruindo um ambiente e uma dinâmica que, a seu modo, vão reiterar e reforçar as dinâmicas que produzem e reproduzem a desigualdade.

É por ser espaço social simultaneamente estruturado e estruturante que a cidade ocupa lugar central na constituição das "agendas políticas reais" - que nem sempre, e entre nós raramente, se refletem nas agendas das elites políticas e acadêmicas. A não ser quando explodem sob a forma de crise urbana e social que as manchetes de jornais anunciam e denunciam.

Mas é na conflitualidade quotidiana, e não apenas, nem principalmente, nas explosões e crises, que podem ser encontradas e lidas as dinâmicas sociais através das quais, se assim se pode dizer, nossas cidades falam. É por esta razão que o estudo da conflituosidade urbana oferece rica chave para a leitura da realidade e dinâmica urbanas.

A alteridade e a multiplicidade da cidade emergem nos conflitos mediante a atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias que constituem um panorama político rico e complexo sobre a cidade, em nosso caso, o Rio de Janeiro.

Se o estudo e a análise da conflituosidade urbana constituem um caminho para o entendimento da realidade e dinâmica de uma cidade, eles compõem também rico material a ser explorado em estudos comparados. O Observatório dos Conflitos Urbanos, desenvolvido no âmbito do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ) se articula diretamente com outros grupos de pesquisa que resolveram reproduzir a experiência do Observatório do Rio de Janeiro na direção da realização de análises comparadas entre cidades através de seus conflitos. Entre as iniciativas integradas dessa rede temos os seguintes projetos:

Observatório dos Conflitos Urbanos da Ciudad de México.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/mexico)
Coordenado pelo Prof. Emílio Pradilla Cobos, da Universidad Nacional de México.

Observatório dos Conflitos Urbanos de Maceió.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/maceio)
Coordenado pelo Prof. Flávio de Souza, da Universidade Federal de Alagoas.

Observatório dos Conflitos urbanos de Belo Horizonte.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/belohorizonte)

Coordenado pela Profa. Raquel Gonçalves, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Observatório dos Conflitos urbanos de Vitória.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/vitoria)

Coordenado pela prof. Sandra Martins.

Observatório dos Conflitos urbanos de São Paulo.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/sp)

Coordenado pela prof. Ermínia Maricatto.

Observatório dos Conflitos urbanos Canoas, no Rio Grande do Sul.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/canoas)

Coordenado pelo Prof. Sérgio Baerle.

Observatório dos Conflitos urbanos de Quilmes (AR).
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/quilmes)

Coordenado pelo prof. Miguel Lacabana.

Observatório dos Conflitos urbanos de Medellín na Colômbia.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/medellin)

Coordenado pelo Prof. Peter Brant.

Observatório dos Conflitos urbanos de Córdoba, na Argentina.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/cordoba)

Observatório dos Conflitos urbanos de Belém do Pará.
(www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/belem)

O Observatório não se constitui apenas como instrumento de registro e divulgação das manifestações públicas, mas também como instrumento de diagnóstico dos problemas da cidade, expressos de forma direta e coletiva pelos seus moradores. A análise dos conflitos fornece um retrato e uma chave de leitura para a complexidade e diversidade do espaço urbano.

Os conflitos urbanos são classificados conforme as seguintes variáveis: objeto do conflito, forma do conflito, agentes envolvidos (mobilizados ou reclamados), apoios recebidos, locais onde se originam e locais onde se manifestam. Cabe

salientar que a composição da lista de tipos de conflitos (objetos), assim como dos atores envolvidos e dos tipos de apoios recebidos, foi se montando a partir do que nos aparecia ao longo da pesquisa.

Para cada conflito identificado no banco de dados, criou-se uma ficha com um relato sintético, contendo as seguintes informações: cronologia; localização/área de abrangência; agentes coletivos e organizações sociais envolvidas; órgãos governamentais envolvidos; objeto do conflito; reivindicações; expressões jurídicas do conflito; formas de manifestação do conflito; entre outras informações relevantes.

2. Fontes:

A seguir a lista de todas as fontes utilizadas pelo Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro.

2.1 Jornais:

A coleta nos jornais, O Globo, O Dia, Extra e Jornal do Brasil é realizada mediante a assinatura eletrônica dos exemplares, para que se possa ter acesso na íntegra do exemplar.

2.2 Ministério Público:

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa notou-se a grande dificuldade de acesso às informações contidas no MP, o que impediu a cobertura do universo de processos que tramitaram no período 1993/2003. Foram selecionadas as promotorias de “cidadania” e “questões urbanas”. A primeira dificuldade foi quanto aos processos ainda em vistas pelos promotores. Como eram processos em uso, frequentemente eles estavam listados como existentes no cadastro geral da promotoria, mas ao serem procurados nos arquivos não eram encontrados. Além desses, outros obstáculos encontrados foram:

a) Os processos considerados improcedentes eram arquivados.

b) Os processos que se desdobraram em Inquérito Civil - IC ou Ação Civil Pública - ACP, quando "resolvidos", também eram arquivados em locais pouco acessíveis.

c) Os processos podiam estar fora do MP por solicitação de advogados ou promotores, para "vistas".

d) Os processos em conclusão ou andamento não podem ser consultados em razão do segredo de justiça. Em consequência do acima exposto e do grande volume de processos, a coleta ficou levemente prejudicada. Tal lacuna vem sendo equacionada com a continuidade da pesquisa.

2.3 RJTV:

São inseridas no banco de dados do Observatório as manifestações coletivas registradas nas duas edições diárias do RJTV da Rede Globo de televisão. A Audiência do programa foi o critério de escolha desta fonte dentre os outros programas televisivos que cobrem o cotidiano da cidade. Os eventos são registrados por escrito em razão dos direitos autorais do veículo.

2.4 Diário da Câmara Municipal (DCM):

Os DCM's são pesquisados na biblioteca e no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, são coletados eventos conflituosos que aparecem narrados nas falas dos vereadores no Expediente da casa legislativa. São ricos relatos em razão da discussão coletiva e informações que se complementam nos discursos de diferentes vereadores.

2.5 Movimentos Sociais:

Associações de moradores, sindicatos e associações profissionais, movimentos sociais, organizações não-governamentais, e cidadãos, podem relatar à equipe do Observatório suas manifestações passadas. Acessando o link "divulgue

seu conflito” no site¹, todos podem contribuir para o Observatório de Conflitos, desde que relacionem testemunhas e deixem contato para que as informações sejam checadas por nossa equipe. Há ainda a possibilidade de anúncio de futuras manifestações que a equipe do Observatório participará efetuando uma cobertura.

2.6 Equipe do Observatório:

A equipe do Observatório, além de cobrir as fontes acima citadas, assume o compromisso de acompanhar de perto as inúmeras manifestações ocorridas. Visando garantir um relato detalhado de informações para cada conflito, a equipe cobre pessoalmente parte dos conflitos ocorridos e busca uma aproximação com outros movimentos sociais, para além dos já acompanhados até então (Comunidade do Horto Florestal, Comunidade de Manguinhos, Vila Autódromo e Maré), como as assembleias do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/SEPE e o movimento de ocupação de escola estaduais e universidades federais, além da Comunidade da Aldeia Maracanã. Mesmo em tempos de pandemia conseguimos manter reuniões de discussão da bibliografia referida ao final, assim como reuniões de trabalho em ambiente virtual, pesquisa de campo reduzida e muito substituída por encontros virtuais, pesquisas nas fontes garantida pela disponibilização na rede de todas as fontes que utilizamos. Realizamos também a construção de nova e mais ágil versão do sistema que gera o mapa dos conflitos, além da produção de análises, boletins e estudos que se expressam no presente relatório.

3. Panorama geral dos conflitos 2022-2023:

O panorama geral dos conflitos registrados entre agosto de 2022 e julho de 2023 apresentou 189 conflitualidades distribuídas em 15 categorias de análise². Invocando uma ampla gama de objetos de conflitos, as manifestações no período analítico deste relatório demonstraram como a cidade do Rio de Janeiro tem sido palco de mobilizações que impactam o espaço urbano, partindo de diferentes

¹<https://observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/index.php>

² As únicas tipologias de conflitos não registradas foram “espaço sonoro e visual” e “rios, lagoas e praias”.

olhares que tem movimentado os embates políticos e sociais travados na metrópole carioca.

Seguindo certa “tradição” nos conflitos catalogados no Rio de Janeiro, novamente os protestos envolvendo a segurança pública magnetizaram a maioria dos atos que colocaram a cidade em disputa. Tal característica tem sido frequente, haja vista as complexidades da violência em terras cariocas, e os recorrentes projetos desenvolvidos para sanar os problemas de segurança pública; a bola da vez é o Programa Cidade Integrada, ensejando críticas que surgiram em algumas manifestações registradas.

A Educação foi outro importante motivo de conflitos expressos em manifestações, onde surgiram questionamentos sobre a infraestrutura de trabalho nas unidades educacionais gerenciadas pelo Estado do Rio de Janeiro, além de críticas ao Novo Ensino Médio, e a falta de profissionais para acompanhamento dos(as) estudantes. Fechando a trinca dos objetos de conflitos mais acionados pelos manifestantes, temos o tema da saúde, que tem sido amplamente denunciado em seu processo de precarização e sucateamento, sendo alvo de protestos realizados



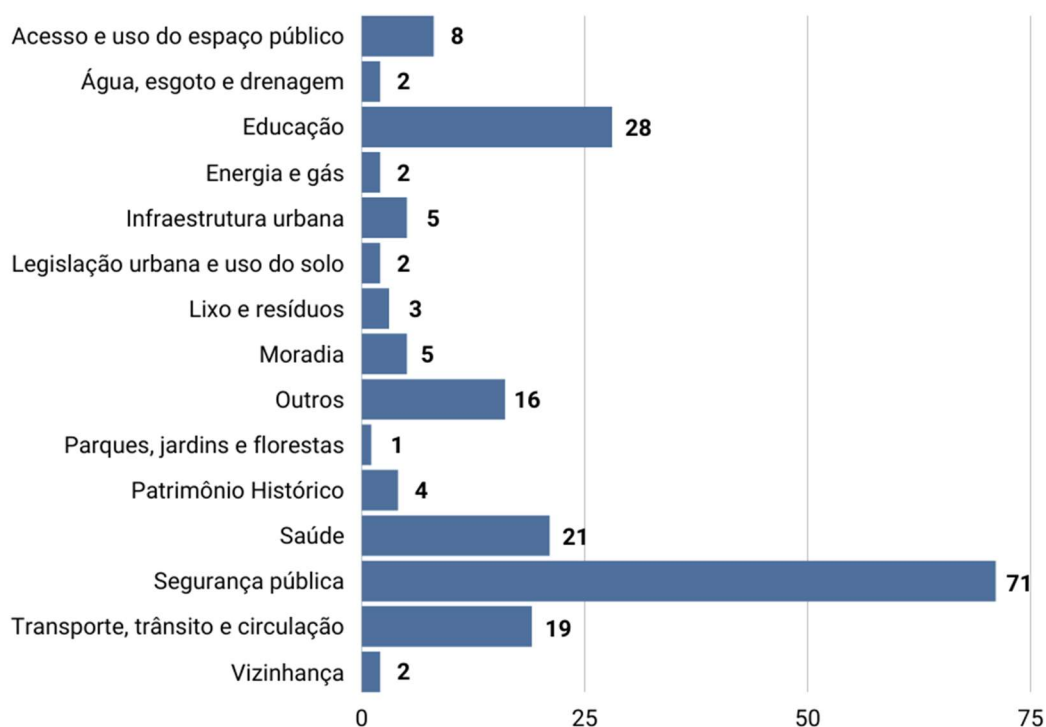
Fotografia: Fernando Frazão - Fonte: Agência Brasil.

por parlamentares, profissionais da saúde e pacientes entre outros coletivos mobilizados.

Alguns objetos de conflitos foram menos vocalizados por manifestantes, casos de energia e gás, parques, jardins e florestas, legislação urbana e uso do solo, e vizinhança. Esses, tiveram conflituosidades pontuais, mas que integram a paisagem contestadora dos movimentos sociais presentes em terras cariocas.

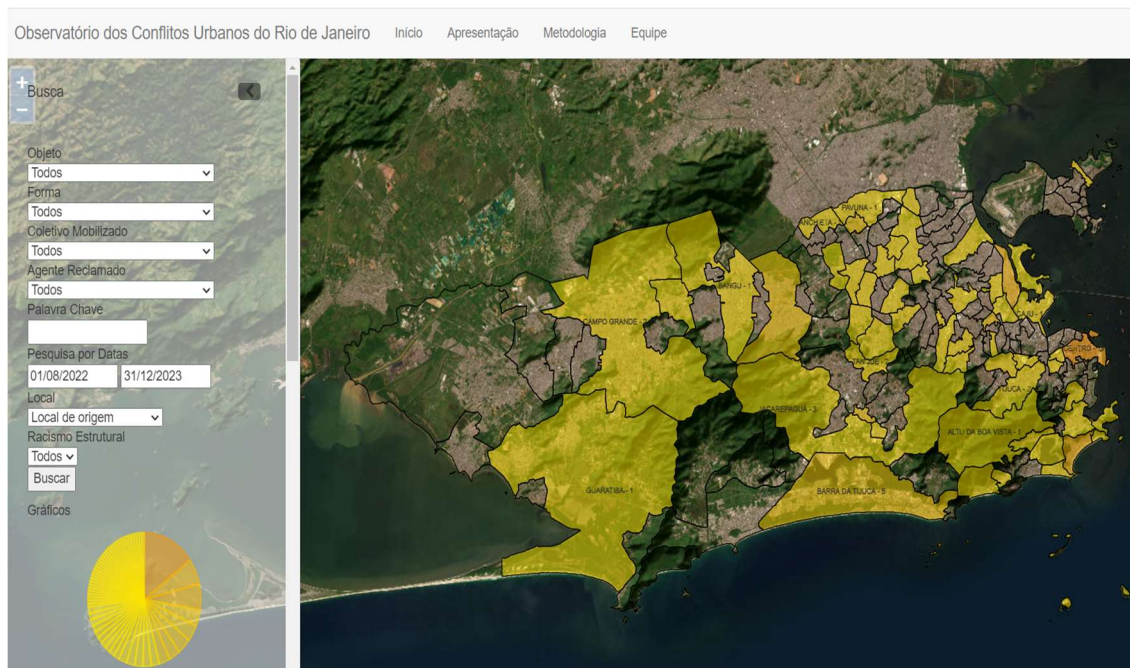
Distribuição de Conflitos Registrados (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 189 conflitos.



A distribuição espacial dos conflitos resultou em manifestações mobilizadas em 56 bairros do Rio de Janeiro. Embora 34% dos bairros da capital tenham apresentado conflituosidades, mais da metade deles expressaram apenas uma manifestação. Ainda assim, $\frac{1}{3}$ da cidade foi palco de mobilizações direcionadas para diversos tipos de conflitos. Apesar das conflituosidades se ‘especializarem’ por diversos bairros, a maioria dos conflitos foi catalogado como “cidade toda”, situação que ocorre quando as manifestações não são direcionadas para bairros específicos, e sim à totalidade da cidade do Rio de Janeiro.

Bairros conflituosos 2022/23:



(www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br)

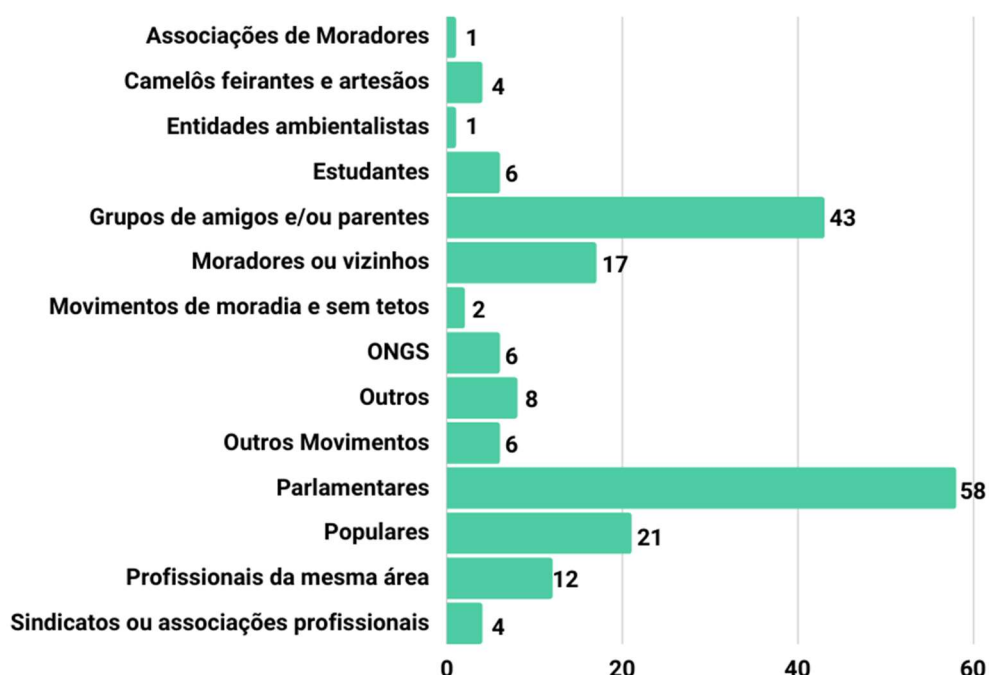
Ao olharmos a espacialização dos conflitos partindo da regionalização da cidade em áreas de planejamento (AP), nos deparamos com o predomínio de manifestações nas AP.3, que engloba a Zona Norte do Rio de Janeiro, reduto de conflituosidades constantes, principalmente quando os elementos detonadores de protestos são as operações policiais em favelas, que tem levado ao crescimento de vítimas nos confrontos entre agentes do Estado e integrantes de grupos armados que dominam os territórios favelizados da região. Na Zona Sul da cidade, perímetro da AP.2, também encontramos elevado número de manifestações, parte delas, direcionadas a questionamentos para a sociedade em geral, sobretudo quanto a violência no Rio de Janeiro. Enquanto as áreas mais empobrecidas da cidade como a zona norte reivindicam a vida, muitas vezes ameaçada pelas ações policiais e conflitos entre grupos criminosos, os mais ricos da zona sul reivindicam mais policiamento expressando insegurança.

A jurisdição da AP.1, abarcando o Centro e adjacências, foi palco de manifestações mobilizadoras de diferentes objetos de conflitos, como educação, saúde, além da própria segurança pública. Tal região tem a particularidade de servir

como cenário de protestos para conflitos que tenham sua origem em outras partes do Rio de Janeiro. Na AP.5, na Zona Oeste, região mais afastada do “centro político” da cidade, as manifestações públicas coletivas registradas foram apenas cinco, predominando protestos associados às péssimas condições de transporte na área.

Grupos Mobilizados dos Conflitos (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 189 conflitos.



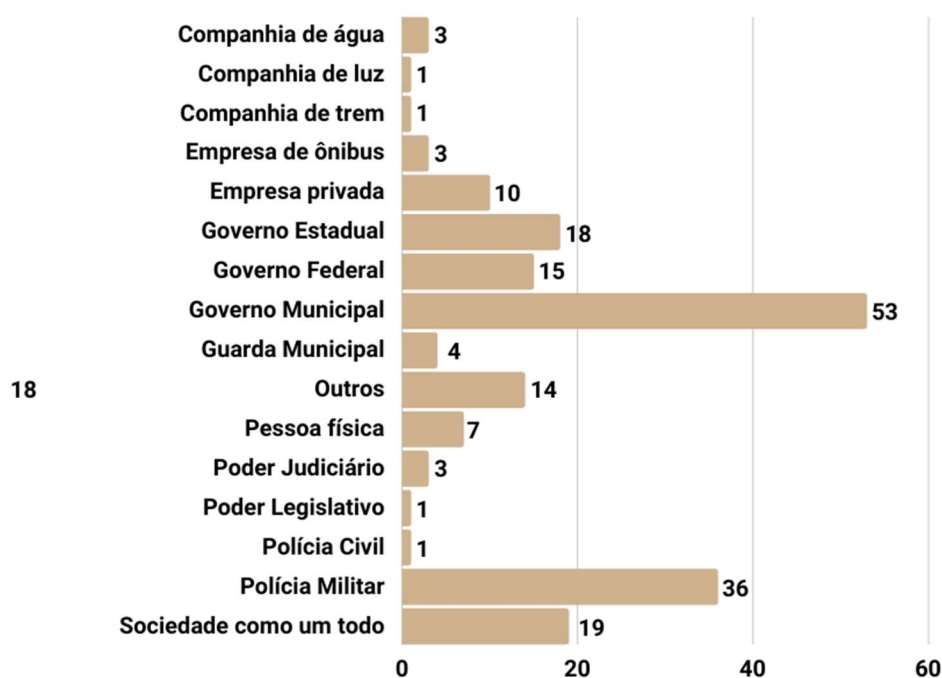
Os protestos realizados foram em sua maioria visualizados a partir de manifestações realizadas por parlamentares, que na maioria dos seus discursos na Câmara Municipal retratam os conflitos atrelados à questão da educação. Outro objeto de conflito bastante vocalizado pelos vereadores do Rio de Janeiro foi transporte, trânsito e circulação. Grupos de amigos e/ou parentes e populares foram coletivos que protestaram com muita veemência nas conflituosidades de segurança pública, sobretudo aquelas atreladas às operações policiais nas favelas e consequentes mortes derivadas de tal ação.

Entre os protestos de profissionais da mesma área, a segurança foi um ponto

verbalizado por caminhoneiros e entregadores de aplicativos. Na saúde, médicos e enfermeiros se manifestaram contra péssimas condições de trabalho nas unidades de saúde. Professores, no campo da educação, também realizaram atos por melhores condições de trabalho nas escolas. Entre os protestos realizados pelos coletivos categorizados como “outros”, destacam-se as manifestações que tiveram como objeto de conflito a intolerância religiosa contra matrizes africanas, que cada vez mais tem ocorrido na sociedade. Entre os coletivos que menos conflitos realizaram, estão as associações de moradores e entidades ambientalistas.

Agentes Contestados dos Conflitos (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 189 conflitos.



Em relação aos agentes contestados nas manifestações, destaca-se o Governo Municipal, questionado a partir de 14 tipos de objetos de conflitos. O mais numeroso foi a educação, com protestos realizados contra as péssimas condições de infraestrutura nas escolas gerenciadas pela prefeitura, ausência de profissionais para atendimento educacional especializado, violência escolar e falta de vagas para estudantes. A Polícia Militar, é o segundo agente mais contestado nos conflitos, devido às frequentes incursões nas favelas cariocas, que tem reverberado em

recorrentes mortes nas ações policiais. Os protestos endereçados para a “sociedade como um todo” atravessam diferentes temáticas, contestando a violência escolar, o racismo, a intolerância religiosa e criticando o descaso com os direitos humanos.

O Governo Estadual, aparece nas manifestações sendo questionado sob o ângulo da segurança pública, sobretudo na instituição do Programa Cidade Integrada, mas, também, na educação devido às condições de trabalho nas escolas estaduais. Problemas de infraestrutura urbana no Rio de Janeiro também foram motivo de questionamentos nas manifestações contra o Governo Estadual.

Empresas privadas também foram alvo de manifestações, sendo contestadas em casos de homofobia, risco de despejo, comércio ilegal de produtos, falta de infraestrutura aeroviária, morte no BRT e modificações no Pão de Açúcar.

4. Racismo estrutural nos conflitos urbanos:

Um dos maiores fatores da desigualdade social, econômica, cultural e política a ser enfrentado no mundo é o fenômeno do racismo - comumente negada, velada, escondida, a construção social do racismo vem sendo a cada dia mais discutida, questionada e escancarada por meio de mobilizações mundo afora - que de maneira histórica no Brasil, é parte constituinte da estrutura da sociedade. Seja nos EUA, na África do Sul, na Palestina ou no Brasil, esse processo ocorre em larga escala, atingindo de formas múltiplas as populações impactadas pelas construções políticas/sociais promotoras do racismo. Observamos com frequência as metamorfoses operadas por esse fenômeno social que cria profundas capilaridades atingindo suas vítimas de forma individual e coletiva em várias dimensões.

Dessa maneira, tendo como objeto de estudo os conflitos urbanos da cidade do Rio de Janeiro, a discussão sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira se fez necessária para que pudéssemos avançar nas nossas pesquisas. Compreender as diferentes formas que o racismo aparece diariamente - institucional, ambiental, recreativo, religioso, etc - nos possibilitou aprofundar nas análises dos conflitos. Fizemos ainda uma revisão geral nos mais de quatro mil conflitos registrados e

georreferenciados destacando os elementos do racismo estrutural presentes na origem das manifestações, em sua expressão ou em sua recepção social.

Analisando também os problemas gerados após três séculos de escravidão no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. A falta de reparação histórica e a repressão à população não-branca no pós-abolição, em uma escala de longa duração, gera efeitos em muitos dos problemas atuais da cidade, como iremos evidenciar mais à frente. De acordo com Manolo Florentino, “nenhuma outra região americana esteve tão ligada à África por meio do tráfico [negreiro] como o Brasil” (Florentino, M. 1997, p. 7) e o Rio de Janeiro possuía um fluxo externo e contínuo de reposição de escravizados africanos (Florentino, 1997, p. 33).

O impacto do racismo pode então ser analisado em nossos conflitos, quando comparamos o número de conflitos inseridos por ano em relação ao número de conflitos em que o racismo estrutural foi sinalizado em nossa base de dados. Dessa forma, como podemos ver no gráfico a seguir, temos um número significativo de conflitos com incidência de racismo, dos 4676 conflitos registrados entre 1993 e 2023, 1938 conflitos têm algum elemento do racismo estrutural como fator de mobilização, aproximadamente 41%, quase metade dos conflitos totais.

Conflitos Gerais com Incidência de Racismo por Ano (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 4676 conflitos.

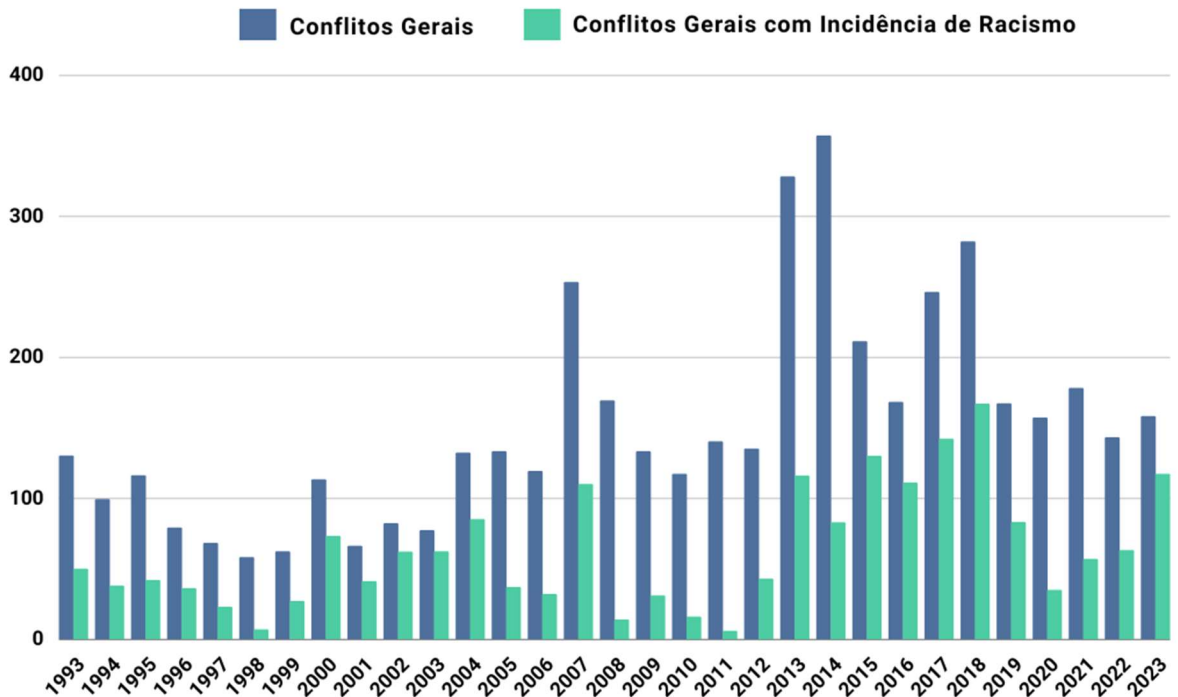


Gráfico sobre a distribuição de racismo nos conflitos por ano na cidade do Rio de Janeiro no período de 1993 a julho de 2023.

Também podemos perceber no gráfico acima que, os anos com maiores incidências de conflitos, estão relacionados com acontecimentos que marcaram a cidade, como, por exemplo, os megaeventos. O que faz com que o número de casos de racismo aumente conforme o número de conflitos, ou seja, há uma permanente e volumosa incidência do racismo estrutural no conjunto das mobilizações públicas coletivas da cidade.

Silvio Almeida (2018), importante intelectual negro brasileiro, em suas entrevistas, com certa frequência profere uma afirmação basilar para pensarmos a situação da população negra no mundo contemporâneo, nas palavras desse pensador: “o racismo é sempre estrutural”. Tal assertiva, revela a profundidade do problema racial, apontando para a articulação econômica, política, social e geográfica da sociedade em torno de uma hierarquização de pessoas e práticas a

partir das características da pele, num processo similar a taxonomia adotada nas classificações de seres vivos realizadas por naturalistas.

O racismo caracteriza-se então por ser uma estrutura de poder que incide sobre as populações racializadas, marginalizadas, taxadas como inferiores dentro da sociedade e que vão sendo afetadas cotidianamente, do nascer ao crepúsculo da vida. Pensar o racismo é perceber as violências que as pessoas racializadas sofrem de maneira direta ou indireta na sociedade.

Elemento principal de produção de desigualdades, o racismo nasce como expressão de máxima violência, em que se objetiva a desumanização de alguns grupos de pessoas, questionando seu pertencimento à espécie humana, sua negação enquanto semelhante e, portanto, a normalização de seu tratamento de forma tão violenta quanto o dispensado aos animais.

Na obra *Crítica da Razão Negra* (2018) o filósofo camaronês Achille Mbembe afirma que na construção do sujeito racial a própria ideia de raça seria uma espécie de “jaula enorme”, verdadeira rede complexa de desdobramentos, incertezas e equívocos, tendo a raça como armação:

Vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. (...) De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, construindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total. (Mbembe, 2018, p.27).

O poder sobre a vida do outro, desumanizado, violentado, assumiu a forma de comércio, em que o proprietário de outra vida, vida sob a forma de mercadoria, dispõe do seu destino, de seu corpo, de seu trabalho até o limite de sua existência. O racismo enquanto estrutura tem em sua gênese a mais aguda violência que se pode conceber, a propriedade privada de um ser sobre outro, a transformação do outro em mercadoria.

Sublinhando outro aspecto da definição de racismo estrutural, a pesquisadora portuguesa em psicanálise Grada Kilomba afirma em “Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano” (2019) afirma que a desigualdade não é fenômeno que remete à diversidade ou à existência de pessoas diferentes, tampouco estaria relacionado aos sentimentos de inimizade, aversão ou simpatia, mas à desigualdade em termos de acesso ao poder:

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural.” (Kilomba, 2019, p.77).

Ainda que se pondere que exclusão é uma prática motivada pelo racismo, expresso no conceito de necropolítica proposto por Mbembe, em que uma política de mortes, de extermínio paulatino é nitidamente produzida pelo Estado na direção dos locais de moradia da população pobre e majoritariamente negra, há de se considerar que a participação negra em diferentes e diversas estruturas de poder e status na sociedade continua a se mostrar absolutamente residual em relação à ocupação branca de tais postos de autoridade na estrutura social.

O ambiente mortífero que sentimos na necropolítica tem sua gênese nos antigos territórios coloniais, onde a violência era o elemento estruturador de poder na arquitetura colonial. O colonialismo foi o berço da modernidade que legou ao mundo a aceleração dos fluxos do capitalismo comercial e as bases do racismo moderno. Analisando detidamente as plantations desenvolvidas no continente americano nos primórdios da dominação europeia, nos deparamos com a colonialidade do poder, uma relação de subjugo político dos territórios coloniais frente ao eurocentrismo. Essa dominação foi cimentada e estabeleceu hierarquias raciais que estruturaram as pessoas a partir das raças, culminando nas práticas racistas com a qual nos deparamos atualmente.

O racismo está nas profundezas, nas bases do capitalismo, atuando como um pilar que sustenta uma superestrutura onde se encontram a psique humana, a sociedade, a política, a economia e a segregação espacial. Podemos traçar um paralelo entre o racismo e as sombras que acompanham os nossos corpos, mas,

com um diferencial, enquanto as sombras surgem nos contrastes com a luz, o racismo se manifesta na claridade ou na escuridão, no contato das pessoas com a sociedade ou no íntimo do eu.

Em seus estudos, Fanon observa o fenômeno do racismo na interseção de diferentes dinâmicas sociais que foram enraizadas nas sociedades estabelecidas a partir da influência eurocêntrica. A segregação espacial é a primeira dimensão a ser percebida, visto que, salta na paisagem, na cidade construída, a discrepância estrutural entre regiões mais valorizadas e as áreas periféricas onde habitam, sobretudo, a população negra. Nessa dicotomia, a oposição das classes econômicas revela a concentração de riqueza e o maior esmero do Estado para com as áreas onde habita a população branca/rica. Na cidade do Rio de Janeiro há notáveis investimentos estruturais em locais mais ricos em detrimento dos locais mais pobres em diferentes níveis. Equipamentos urbanos como parques, teatros, cinemas, praças, jardins, museus e centros culturais se aglomeram não só no Centro da cidade, pois também são frequentes em bairros de maior concentração de renda.

Na situação inversa, presenciamos com frequência cotidiana nas favelas e periferias a ausência do Estado visto a partir do prisma social. São insuficientes as escolas e hospitais (tendo essas estruturas alto nível de precariedade), ausência de saneamento básico, iluminação precária, distribuição de água intermitente e prestação de serviços públicos escassos. Por outro lado, a estrutura governamental arremete contra os territórios populares, de maioria negra, os aparelhos repressivos de Estado. Assim, são tecidas ações que resultam na necropolítica.

Vale lembrar a assertiva de Fanon, “é o racista que cria o inferiorizado”. O racismo construiu um mundo maniqueísta onde o ser negro não possui humanidade, ele é animalizado, suas práticas são tidas como primitivas e seus simbolismos desprezados. “O indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ele/ela possa realmente ter” (Kilomba, 2019, p.39). Enquanto violência psíquica, essa vertente do racismo caracteriza-se por não ser tão nítida, pois incide no subjetivo das pessoas, cultivando dramas e neuroses, incertezas quanto à aceitação social em ambientes profissionais, universitários e até familiares. Drama sobre a dúvida a respeito da própria capacidade, amabilidade e aceitação, gerando neuroses de origem cultural advindas das relações sociais e não

das características biológicas como afirmaram e afirmam diversos pesquisadores da psicologia.

Para Fanon, autores como Jung trabalharam a partir de uma universalidade branca, o que não refina a análise e ofusca tensões próprias da sociabilidade negra. Na psicologia, a questão negra remeteria ao entrelaçar de questões como a fobia, que se caracterizaria por um temor ansioso, em que se desenvolveria um afeto negativo, uma aversão de sua própria origem, que tem na própria família a construção através da experiência vivida dos membros mais velhos a criação de anteparos, de proposições de proteção ao ambiente social que levariam a uma neurose através do afeto negativo vivido inclusive em ambiente familiar. Diz ainda Fanon que o inconsciente coletivo de Jung remete às características genéticas confundindo instinto e hábito, onde o inconsciente coletivo seria adquirido enquanto conjunto dominante de valores, traumas e práticas e o hábito caracterizado pelo relacional. Um negro absorveria o inconsciente coletivo europeu, mas suas relações locais conformaram um hábito traumático, dramático e causador de neuroses.

A prática do racismo seria assim observada e desenvolvida por diferentes atores como cidadãos comuns, ambientes de trabalho, empresas, os meios de comunicação, personalidades influentes, representantes políticos e o próprio Estado.

Nos últimos anos, através das mídias digitais tivemos acesso a descargas de racismos praticadas no Brasil, casos de grande repercussão como do entregador de aplicativo Matheus Pires, insultado em um condomínio de classe média enquanto realizava uma entrega, e também de Matheus Fernandes, retirado de uma loja no shopping e imobilizado por policiais à paisana que tinham a certeza de que o jovem estava roubando, quando, na verdade, foi à loja para trocar um relógio que havia comprado. Esses casos são exemplos da nitidez do racismo cotidiano em nossa sociedade.

Mas os casos de situações conflituosas que surgem no tecido social reafirmam um drama que se apresenta de forma mais lenta e permanente nos casos de doenças adquiridas como a hipertensão arterial ou a diabetes, que seriam muito mais frequentes na população negra, principalmente entre trabalhadores de baixa

remuneração e alta intensidade de trabalho, precárias condições de moradia e transporte, e pressão financeira para sua reprodução enquanto força de trabalho. Há pesquisas que comprovam que a incidência de tais doenças ocorre mais em razão de condições estruturais de vida que de uma pretensa predisposição genética.

Assim, a tese de doutorado da professora Fátima Machado (2004), que estudou durante uma década as condições de trabalho nas escolas municipais do Rio de Janeiro e constatou que a ocupação de funções de menor remuneração e em que se impõem condições de trabalho mais intenso e em condições sub-humanas como as merendeiras - que trabalham em ambientes quentíssimos, sem o material necessário, carregando panelas enormes e quentes, cortando quantidade absurda de alimentos, preparando, servindo e lavando tudo e depois tomando transporte lotado com trânsito intenso durante horas para chegar a uma moradia geralmente precária, muitas vezes insegura e onde os serviços básicos inexistem - há enorme concentração de casos desse tipo de doença gerando afastamentos e acometendo principalmente trabalhadoras e trabalhadores negros.

Os meios de comunicação apresentam sinais de que o inconsciente coletivo, uma vez que na definição de Fanon se traduziria nos valores culturais dominantes, é moldado e reproduzido com elementos nítidos de racismo, tanto pelo número escasso de pessoas negras em sua grade de programação ou pela retórica e simbologias racistas em propagandas como a da fabricante de carros Volkswagen³ ou a esponja de aço Bombril⁴.

No Racismo estrutural, toda a construção de valores sociais que consciente ou inconscientemente são expressos se conformam em políticas; tornam-se um efetivo mecanismo de dominação e exploração a partir da desumanização de negros e pobres; se evidencia na cidade construída com suas entradas de serviço, elevadores para funcionários; quartos de empregadas domésticas; se constituem enquanto

³Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/volkswagen-faz-propaganda-racista-e-pede-desculpas>. (acesso em 25/07/2022)

⁴Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/17/bombril-acusacao-racismo-produto.htm>. (acesso em 25/07/2022)

hábitos sociais segregacionistas; se manifestam na expressão cultural da sociedade, desumanizando seres com intenção de controle e exploração, impactando parcela majoritária da população que passa a introjetar tais elementos e manifestar o tal temor ansioso produtor de neuroses e doenças, sociais e individuais.

A partir da leitura dos autores aqui referidos, de discussões acerca de suas obras e definição mais sistemática do significado do racismo estrutural, a equipe do Observatório de Conflitos Urbanos se debruçou sobre as conflituosidades registradas entre agosto de 2022 a julho de 2023 para classificá-los enquanto portadores ou não de elementos do racismo estrutural nas motivações da expressão política dos moradores da cidade. Discussão cada vez mais frequente no ambiente dos movimentos sociais e com reflexos importantes na dinâmica política, social, cultural e inclusive acadêmica da cidade, resolvemos trabalhar na direção de verificar os impactos nos conflitos urbanos dessa interferência. Um a um os conflitos foram sendo marcados como portadores ou não de algum elemento que remetesse à ideia de racismo estrutural para que pudessemos ter uma noção da presença do racismo enquanto problema motivador na dinâmica política coletiva da cidade do Rio de Janeiro do último período. Os resultados dessa pesquisa, puderam ser observados no gráfico anteriormente citado, no qual, de 4676 conflitos inseridos, 1938 foram classificados enquanto casos em que racismo se fez presente.

Pensando nos conflitos que apresentam elementos do racismo estrutural presentes nas manifestações realizadas entre **agosto de 2022 e julho de 2023**, temos um total de **136 conflitos** e temos a distribuição dessas conflituosidades por quarenta e seis bairros da cidade do Rio de Janeiro, sendo os bairros de maior incidência, além dos conflitos que envolvem a cidade toda, temos também, Campo Grande, Cidade de Deus, Barra da Tijuca, Complexo do Alemão, entre outros, com variadas motivações.

Veremos no gráfico a seguir a distribuição dos conflitos de racismo estrutural por objeto, levando em consideração os conflitos inseridos na base de 1993 até julho de 2023, total de 1938 conflitos, percebemos a segurança pública como sendo a principal causa dos conflitos em que envolvem racismo na cidade.

Distribuição de Conflitos de Racismo Estrutural por Objeto

Dados referente ao número de 1938 conflitos.

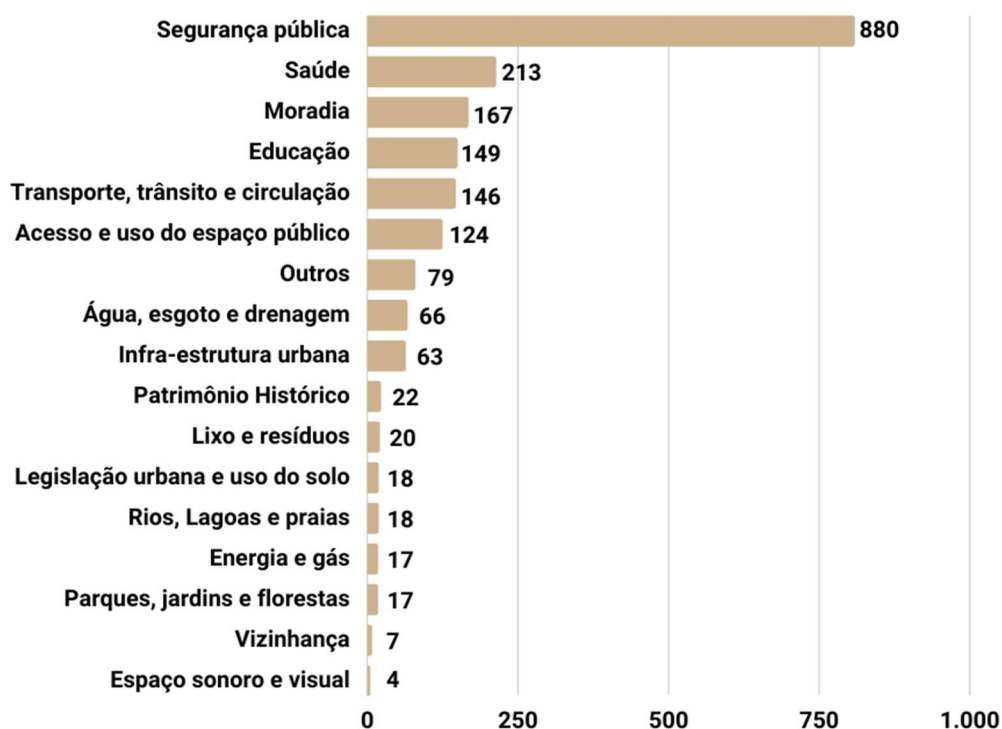


Gráfico sobre a distribuição de racismo por objeto nos conflitos na cidade do Rio de Janeiro no período de 1993 a julho de 2023.

No entanto, podemos observar que o objeto saúde aparece em segundo lugar, decorrente de casos que envolvem o sucateamento da saúde pública, afetando diretamente as populações não-brancas e pobres da cidade. Como, por exemplo, o caso denunciado ao telejornal RJTV, em doze de maio de 2023, em que pacientes Graves do Hospital Federal da Lagoa, já tiveram cirurgias canceladas até três vezes, faltavam vagas em CTI, materiais cirúrgicos e bolsas de sangue. As famílias reclamavam da falta de organização do hospital. O Hemorio explicou que as bolsas de sangue iam para os pacientes que mais precisavam no momento e que estariam em alerta vermelho devido às baixas no estoque. Mas os problemas no Hospital da Lagoa não se limitam à falta das bolsas de sangue. A direção do Hospital disse que aumentou 21% o número de cirurgias no primeiro trimestre e foram feitos mais de 1600 procedimentos e as inconsistências no centro hospitalar já foram corrigidas, mas o hospital não disse quantos leitos foram abertos e nem deu previsão sobre a reabertura das salas cirúrgicas.

Sendo o objeto com mais incidência de racismo na nossa base de dados, a segurança pública, podemos observar que o agente reclamado de maior incidência nos casos de racismo é a Polícia Militar, como podemos observar no gráfico abaixo. A Polícia Militar no Rio de Janeiro é uma instituição fomentada nos desejos de uma elite escravocrata, carregando como símbolo até os dias atuais a cana-de-açúcar e o café, símbolos das plantations cariocas até a primeira metade do século XX. Atuando no pós-abolição de maneira a controlar os corpos negros recém-libertos (Chalhoub, 1996).

Distribuição de Conflitos de Racismo Estrutural Por Agente Reclamado

Dados referente ao número de 1938 conflitos.

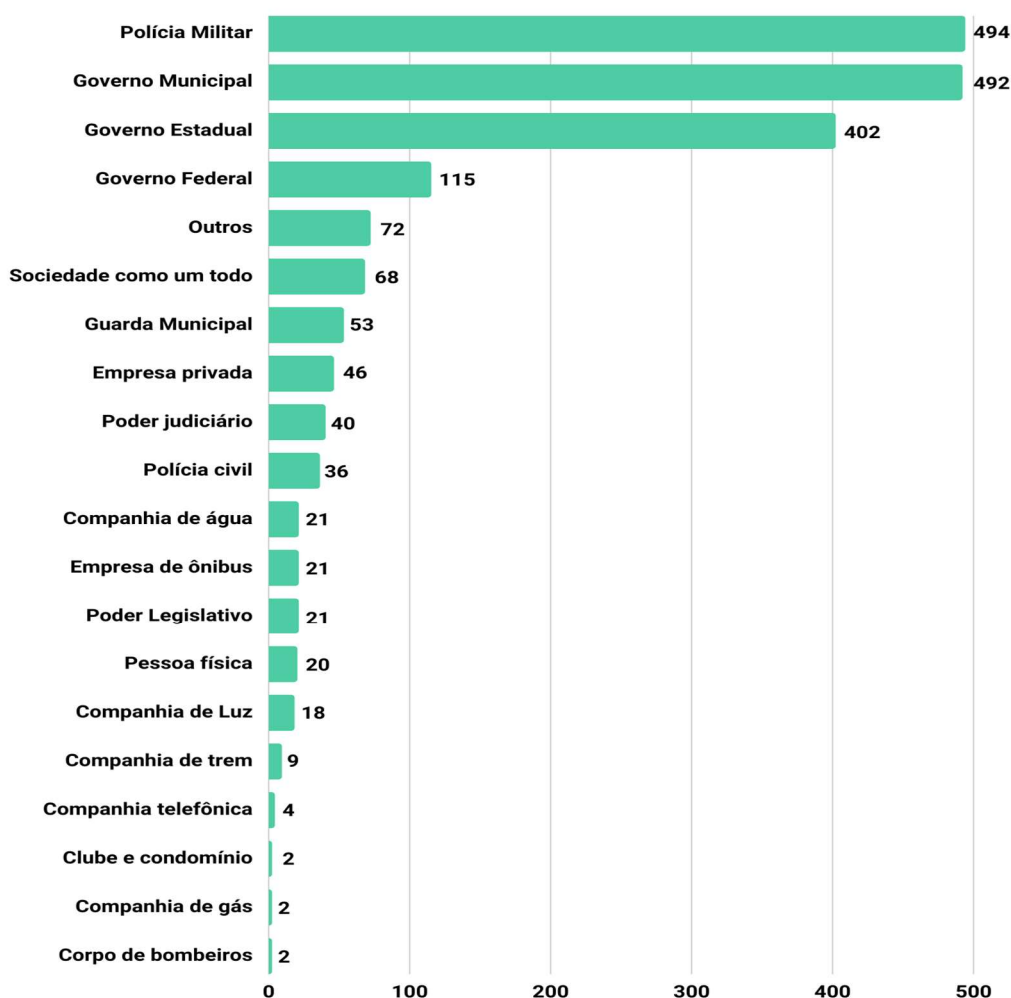
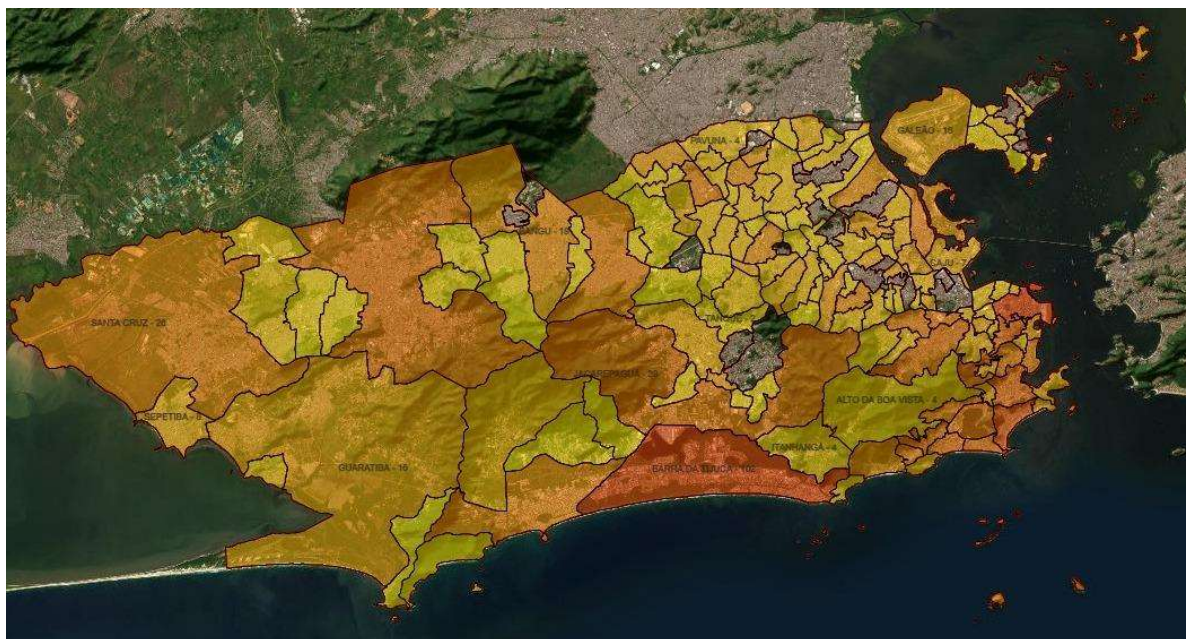


Gráfico sobre a distribuição de racismo por agente reclamado na cidade do Rio de Janeiro no período de 1993 a julho de 2023.

Temos como principais coletivos mobilizados nos casos de racismo nos conflitos, os moradores ou vizinhos e o grupo de amigos e/ou parentes, que aparecem diariamente questionando as diversas mortes e violações causadas nas favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro. Como, por exemplo, o caso de treze de julho de 2023 em que familiares do vigilante David Carlos Correa Carneiro (43 anos), morto durante uma ação policial na favela Furquim Mendes, protestaram em frente à Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), na Barra da Tijuca, após prestar depoimento para os responsáveis pela investigação do caso.

A esposa de David, Érica Carneiro (41 anos), afirmou que seu marido estava indo trabalhar quando começou o tiroteio, e que o mesmo foi atingido ao tentar proteger uma senhora que estava com um bebê no colo. Durante a manifestação, os familiares exibiam a carteira de trabalho assinada e outros documentos de identificação do vigilante, indicando que David era um trabalhador, e não tinha vínculos com o tráfico de drogas. Um dos filhos de David, fez um discurso carregado de emoção afirmando que seu pai era seu herói, e que ele foi vítima do racismo praticado pelo Estado, que o confundiu com um traficante de drogas.

Observando o mapa dos conflitos a seguir acerca do racismo estrutural de 1993 a julho de 2023, as partes mais escuras indicam as regiões de maior incidência de racismo. É interessante ressaltar que os bairros mais recorrentes são o centro da cidade (208), com uma quantidade de conflitos que significa quase o dobro do segundo, seguido por Barra da Tijuca (102), Copacabana (75), Santa Tereza (57), Botafogo (49) e Ipanema (45). Além de obter o objeto Cidade Toda como pioneiro, no caso cerca de 829 conflitos registrados.



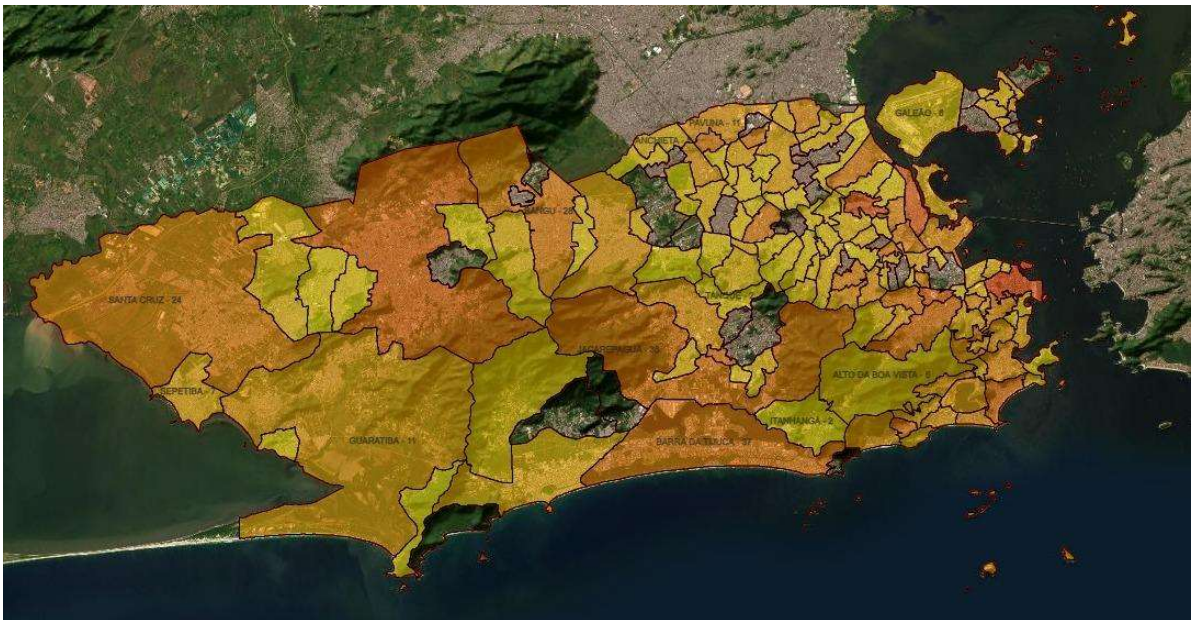
Mapa dos conflitos da cidade do Rio de Janeiro com a distribuição do racismo estrutural de 1993 a julho de 2023. Gerado a partir do Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (<https://observaconflitosrio.ippur.ufri.br/observa2019/fox/index.php>)

Exemplificando alguns desses registros do nosso banco de dados que estão ligados aos bairros supracitados, como um caso de racismo na Pedra do Sal, no qual, cinco jovens negros relataram agressões racistas de seguranças e donos de um bar próximo à própria Pedra do Sal; estes contaram que foram impedidos de usar um banheiro para clientes brancos, e depois ao reclamar foram linchados pelos funcionários do estabelecimento.

Além de diversas manifestações contra o assassinato de Marielle e Anderson no centro da cidade com este caso: um painel foi estendido nas escadarias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pedindo justiça pela morte de Marielle Franco e Anderson Gomes. Uma instalação de dois metros de altura representa artisticamente o processo judicial ainda em movimento. Frases como "quem mandou matar?" ou "Por quê?" escritas em faixas foram instaladas no meio da Cinelândia.

O caso Marielle Franco é emblemático para pensarmos a estrutura de um racismo interseccional com gênero e classe, onde uma mulher negra, oriunda da favela em sua origem, integrante da Câmara de Vereadores, é assassinada brutalmente por lutar por direitos humanos.

O mapa abaixo representa os conflitos registrados entre janeiro de 1993 a julho de 2023 que **não** possuem incidência de racismo nos conflitos registrados. São: Centro (128), Complexo do Alemão (61), Maré (61), Campo Grande (49), Maracanã (47), Tijuca (41), Cidade de Deus (39). É importante relatar essa dualidade, enquanto o Centro é o bairro com maior incidência de Racismo no mapa passado, o da presença de algum elemento de racismo entre as motivações da ação conflituosa, neste atual também é o bairro com maior incidência de conflitos não relacionados ao Racismo durante o período recortado. Conflitos direcionados à cidade como um todo representam o total de 449 conflitos registrados.

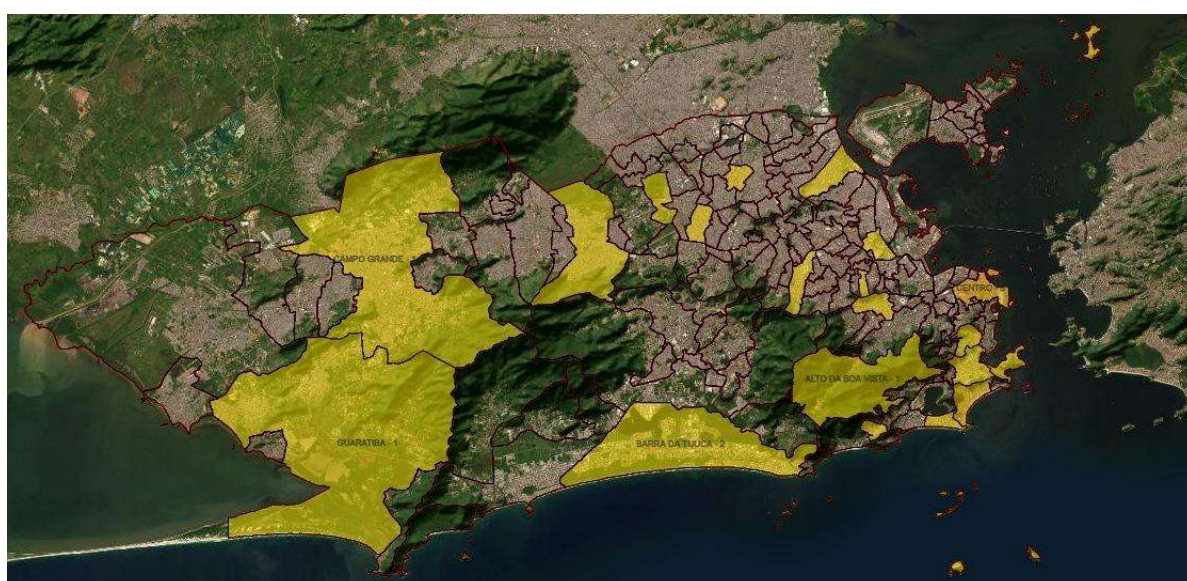


Mapa dos conflitos da cidade do Rio de Janeiro que não possuem a classificação de racismo estrutural, de 1993 a julho de 2023. Gerado a partir do Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (<https://observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/index.php>)

Como exemplos desses conflitos, obtemos registros relacionados a grupos que realizaram passeatas no Centro do Rio por cidadania e contra a transfobia, há diversas manifestações contra diversos governos ao longo desse período, há também passageiros reclamando do alto custo do transporte público, estudantes

cobrando melhores condições de estudo e abandono de prédios históricos no centro da cidade.

Este terceiro mapa a seguir, refere-se à incidência do racismo, no tocante ao recorte temporal trabalhado neste relatório, de agosto de 2022 até julho de 2023. De 189 conflitos inseridos no período, 136 conflitos possuem a variável do racismo estrutural, tendo como maioria os referidos à cidade toda, seguido por Centro, Copacabana, Realengo, Paquetá, Penha, Barra da Tijuca, Vila Isabel e Botafogo.



Mapa dos conflitos da cidade do Rio de Janeiro com a distribuição do racismo estrutural de agosto de 2022 a julho de 2023. Gerado a partir do Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro

(<https://observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/index.php>)

Os conflitos se relacionam a passeatas pela morte de Kathlen Romeu, de 24 anos, que completou dois anos em junho de 2023. A jovem foi assassinada grávida por um tiro de fuzil. No Museu da História e Cultura Afro-brasileira, a família pediu justiça e reclamaram da demora do julgamento dos policiais militares, os parentes querem que o caso vá a júri popular. Em maio ocorreram as primeiras manifestações deste caso, realizadas em frente ao Tribunal de Justiça, no Centro do Rio de Janeiro.

O assassinato da jovem ocorreu durante uma operação policial no Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi realizada a primeira audiência de

instrução e julgamento dos PMs acusados de atirar contra a jovem. Entre as testemunhas que realizaram os depoimentos estavam a avó de Kathlen, Sayonara e a mãe da vítima, Jackeline Oliveira, que relataram para os magistrados suas versões sobre o ocorrido no fatídico dia da morte da jovem. Ao final da sessão, uma manifestação foi realizada por parentes de Kathlen e de outras vítimas da violência nas favelas cariocas, que estenderam cartazes e faixas pedindo por justiça e o fim da violência nas periferias.

Nas favelas, a ação dos agentes de segurança pública opera através da necropolítica, colocando os moradores numa posição próxima da morte com a lógica policial de eliminação dos inimigos. O abuso perpetrado nas favelas da cidade é decorrente de séculos de violências vividas pela população preta e pobre no território. Espaço tomado como invasão de origem, ilegal e passível de operações violadoras de direitos pelos agentes de segurança, as favelas revelam um duplo mecanismo majoritariamente reclamado entre os conflitos urbanos, a ideia foucaultiana de “continuum carcerário” onde a pressão violenta dos agentes de segurança torna a vida sempre um risco, vigiada e oprimida; e a de local da radicalidade punitiva, o que as torna alvos do máximo abuso inconstitucional excepcional, que ao se normalizar e se rotinizar, a exceção vira regra e alarga as fronteiras legais de aceitação social do absurdo, naturalizando o assassinato como método, disciplinando pelo medo o corpo social.

4.1 - Racismo Ambiental

O termo Racismo Ambiental foi criado em 1981 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Júnior, um líder e ícone afro-americano dos direitos civis, autor, jornalista, químico orgânico, ambientalista e amigo de longa data de Martin Luther King que foi pastor batista e também ativista político, além de ter sido uma das principais lideranças do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, até o seu brutal assassinato em 1968.

Nesse período histórico, Benjamin esteve investigando como algumas das injustiças ambientais estavam afetando principalmente a população negra que reside nas periferias norte-americanas. Análise que o levou a pensar neste termo, pois

entendia que existia uma lacuna na produção teórica e política sobre o que envolvia a questão ambiental naquele momento.

No tocante ao Observatório de Conflitos, esse termo e principalmente o estímulo em se aprofundar nessa discussão, veio a partir de debates sobre outro termo que estamos nos debruçando nos últimos anos de pesquisa, o Racismo Estrutural, que tem diálogo intrínseco com o Racismo Ambiental, e aparece em diversos conflitos por moradia, educação, acesso à água, segurança pública, saúde e outros objetos em nossa base de dados, relacionadas em sua esmagadora maioria aos territórios de periferia e favelas na cidade do Rio de Janeiro.

O interessante foi compreender durante as leituras e discussões que o termo Racismo Ambiental, estava diretamente ligado a diversas questões estruturais de falta de acesso à cidade no que toca a população das regiões pauperizadas, como a mobilidade urbana, a falta de saneamento básico com lixões ao ar livre em espaços urbanos; a falta de reflorestamento e áreas verdes e de lazer para a favela e a periferia, a poluição de córregos com esgoto exposto e não encanado em diversas localidades, além do problema de falta de moradias.

Pensando no território nacional, é importante salientar que o primeiro caso de Racismo Ambiental é datado do processo de colonização, que se configura em invasões de territórios, degradações do meio ambiente, e expropriação de recursos, realizando aquilo que os indígenas chamam de terricídio⁵, uma violência que ataca corpos, culturas e a natureza. Com a racialização dos corpos, o olhar sobre a alteridade estrutura o valor/norma das pessoas. Nesse sentido, o que difere do eu, é inferiorizado, logo passível de ser desumanizado, brutalizado. Autores como Abdias do Nascimento, Grada Kilomba vão discutir esse processo de colonização mais aprofundado, e principalmente esse olhar para o outro.

Portanto, não haveria destruição ambiental conforme acontece atualmente, se não tivéssemos passado pelo processo de exploração colonial, essa ótica exportada através do colonialismo, que o meio ambiente é inferior, calcificando a ideia de natureza humana em dicotomia a natureza não humana, além de superioridade entre

⁵ Para mais informações ver HAESBAERT (2021), A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade.

essas partes. Vai à contramão do ideário dos primeiros povos do território que se entendiam como parte integrante do todo natural, uma parte não está desconectada da outra. Quando pensamos em Racismo Ambiental necessitamos incluir a palavra colonialismo na mesma discussão, pois nos remete ao sistema capitalista, ao processo de degradação e toda essa expropriação territorial supracitada. Nas palavras de Malcon Ferdinand, é preciso combater o habitar colonial⁶, instituído pela colonização/imperialismo propagado pelo eurocentrismo.

Colonialismo esse, alimentado pelo determinismo biológico e geográfico, darwinismo social e o próprio racismo científico que advém da ideia de dominação e conquista, termos amplamente discutidos pelos autores citados.

A degradação ambiental, degradação de corpos, e o processo colonial estão vinculados, e dito isso, Franklin quando pensou no termo Racismo Ambiental entendeu que o movimento ambientalista e o movimento antirracista não estão conectados, e acaba que essa discussão vai ficando distante da população mais afetada por este fenômeno.

Neste sentido, pensando nacionalmente, é importante ressaltar que os povos indígenas, os povos de terreiro e os quilombolas nunca tiveram distante política e fisicamente desta discussão, visto que foram e ainda são extremamente afetados pelo Racismo Ambiental historicamente, contudo para a periferia e a favela esse conceito é muito recente e estranho, trazendo essa fratura e distância do movimento ambientalista nacional o que vem começando a ser discutido e revisto por algumas lideranças dos movimentos sociais, principalmente negras, periféricas e de favela. Que passa a pensar as ODS's e a favela, e qual a sua relação? Além de tentar dar uma resposta ao Racismo Ambiental.

A sigla ODS, de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fazem parte da chamada "Agenda 2030". Trata-se de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas, em 2015, por 193 países membros. A agenda é composta por

⁶ Malcon Ferdinand chama de habitar colonial as formas de ocupação/relação das pessoas com o meio ambiente, criticando toda estrutura relacional que as colonizações europeias imputaram no continente americano, destruindo formas de vida que estavam integradas num cenário social entre humanidade e natureza fora do maniqueísmo homem(mulheres)/meio. Para mais informações ver FERDINAND (2022).

17 objetivos ambiciosos e interconectados, desdobrados em 169 metas, com foco em superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030.

Conhecendo todos os 17 ODS:

ODS 1 Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 3 Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

ODS 4 Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

ODS 5 Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

ODS 6 Água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

ODS 7 Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

ODS 9 Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

ODS 10 Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

ODS 12 Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

ODS 13 Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

ODS 14 Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15 Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

ODS 17 Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

E nessa temática pensar a favela incluída nesse debate é de suma importância, visto que é uma população extremamente afetada por todas essas violações, reafirmando assim como é impreterível discutir clima a partir da favela e para a favela, já que muitos dos objetivos de desenvolvimento sustentável remetem a este território e a esta população, e se manifestam em diversos conflitos registrados na base de dados.

O período pandêmico evidenciou bastante esse processo, pensando na ODS 2 acerca da segurança alimentar. Pois essa é uma pauta central na favela e historicamente sempre foi. Quando falamos de sobrevivência de uma população pauperizada e que durante a pandemia conviveu com a realidade de sua renda extremamente reduzida, o que impediu a sua reprodução material de vida, combatida com inúmeras iniciativas organizadas em territórios de favela por ONGs, moradores, movimentos sociais e até igrejas no enfrentamento da insegurança alimentar. Discutir a alimentação segura das pessoas é um tema central, falar sobre

nutricídio⁷ é salvar vidas negras e salvar vidas indígenas em seus territórios devastados.

Além de pensarmos na ODS 6 que se refere à água e saneamento. Pois a falta de água foi uma grande questão durante a pandemia, o que dificultou a manutenção dos cuidados com a Covid. E a ausência de água e saneamento básico ao longo da história sempre foram problemáticas para a favela, vide as organizações de associações de moradores, e a autogestão para a manutenção do acesso a esses serviços.

Para exemplificar e estreitarmos essa análise sobre as ODS's, conflitos urbanos e favela, podemos trazer alguns registros computados em nossa base de dados durante o período da pesquisa.

Moradores da Rocinha sofreram as consequências do excesso de chuvas torrenciais de fevereiro. O que levou a associação dos moradores da Rocinha e moradores a fazerem uma denúncia ao RJTV em decorrência dos desabamentos que atingiram a favela. Muitos moradores se encontravam desabrigados, devido às fortes chuvas. A defesa civil resolveu interditar diversas residências, mas os moradores não receberam aluguel social, ou qualquer outro tipo de compensação pela interdição. Moradores também alegaram que a prefeitura não realizou obras importantes de contenção e recuperação dos estragos provocados pela chuva

Podemos analisar que tanto a falta de obras de contenção de encostas na Rocinha, assim como a falta de solução para os moradores da favela que perderam suas casas em decorrência da negligência do poder público, se define por uma violenta segregação racial marcada no espaço do território, se configurando como um conflito de incidência do Racismo Ambiental.

Moradores de Vigário Geral reclamam da obra de saneamento: residentes do bairro de Jardim América reclamavam de insistentes vazamentos de esgoto na região, e ratificaram que mesmo com a intervenção da prefeitura ocorrida em 2013,

⁷ O nutricídio é um termo adotado pelo médico Llaila O. Afrika, usado para definir a degradação da saúde das pessoas negras pela falta de alimentação. No Brasil, o nutricídio está cada dia mais presente no nosso cotidiano, intensificado pela pandemia e diminuição de investimentos em políticas públicas sociais.

ainda assim diversas ruas continuavam a sofrer com os vazamentos. Os moradores reivindicaram uma revisão total do projeto e ameaçaram entrar com uma ação do Ministério Público caso não fosse resolvida a questão.

O Racismo Ambiental neste conflito se configura como uma ação estrutural de violência praticada pelo Estado, a população afetada, que não tem acesso a um saneamento básico digno para a sua sobrevivência.

A análise dos casos de racismo ambiental presente no conjunto dos conflitos urbanos ainda se encontra em um período inicial, começando a entender as incidências desse fenômeno em uma base de dados com mais de quatro mil conflitos, tarefa que alimenta a investigação acerca do tema e o aprofundamento posterior sobre os impactos do Racismo Ambiental na conflituosidade carioca.

5. Observando de perto:

Com a intenção de divulgar os conflitos, as disputas que engendram e fornecer ao debate público elementos de análise muitas vezes negligenciados pelos veículos de comunicação de massa e os outros meios que compõem as fontes do Observatório, foi criada a seção Observando de Perto em que, para além do acúmulo e divulgação permanentes de informações acerca dos conflitos, há a perspectiva de se aprofundar, mediante uma participação mais intensa e direta, a reflexão sobre a dinâmica conflituosa da cidade. A partir dos movimentos de resistência nos territórios, nossa equipe pôde participar de reuniões dos moradores, realizar entrevistas, acompanhar atividades dos movimentos e reuniões com entes públicos envolvidos, além de registrar alguns documentos produzidos pelos moradores e seus movimentos nesta seção do nosso site na internet.

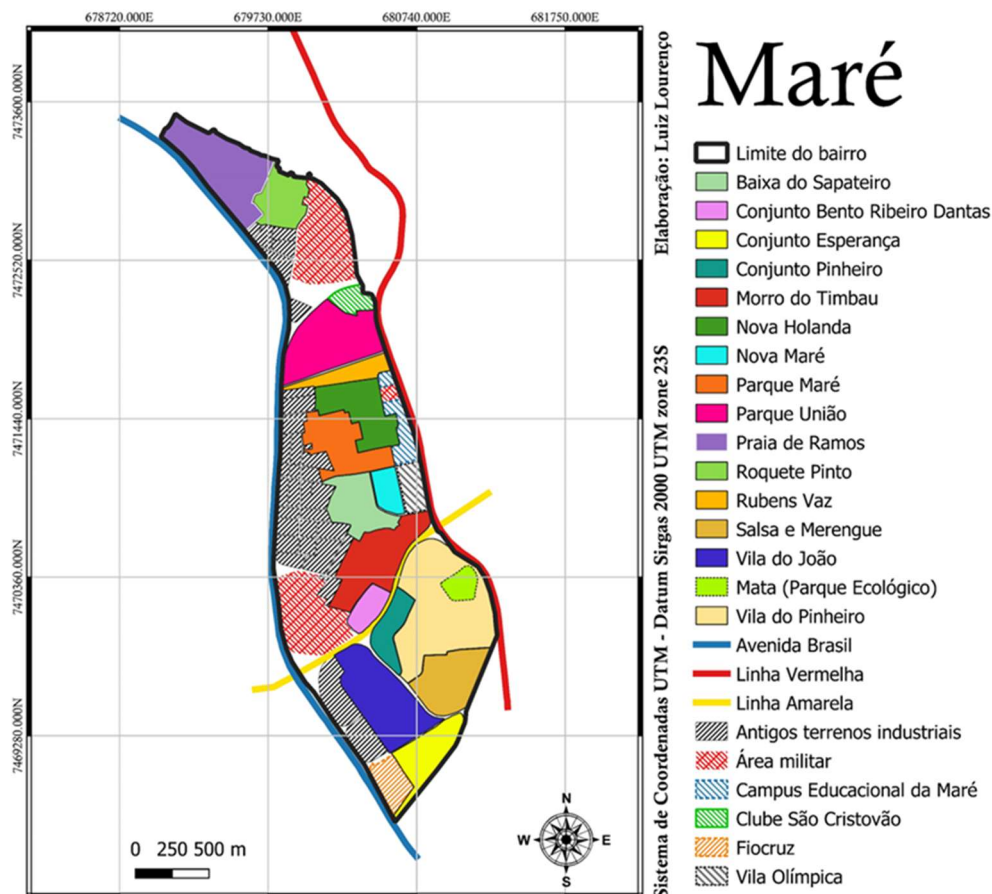
Interessante notar como esses conflitos perduram no tempo e os diferentes atores que atuam na manutenção destes. Esses conflitos se distinguem de outros eventos conflituosos que apenas se manifestam pontualmente e, não necessariamente, têm pautas ou reivindicações de longo prazo. O que faz com que estes conflitos perdurem? Quais as continuidades e descontinuidades,

agravamentos e inflexões dos processos em curso? Quais são e de que forma atuam os diferentes atores ao longo dos anos?

Boltanski (2013) chama a atenção para a possibilidade de fazer das disputas em torno da noção de justiça, objetos privilegiados da investigação sociológica, evidenciando a capacidade crítica dos atores sociais. Ele ressalta o que chama de “modelo de competência”, no qual um caso particular se transforma em uma questão coletiva, destacando as estratégias e dispositivos utilizados pelos atores que possibilitam a transformação de um caso pretensamente individual em uma causa coletiva que envolve e permanece no tempo enquanto questão social. É nessa linha de investigar mais proximamente questões coletivas localizadas que por sua identidade com o que ocorre em outros locais se tornam questões sociais mais gerais e que a partir de interações mais detidas com casos determinados que criamos a seção Observando de Perto, em que se pretende uma análise mais próxima de fenômenos partilhados por distintos coletivos de moradores.

5.1 Observando de perto Maré:

A formação do Complexo da Maré tem suas origens na década de 1940. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a política econômica nacional começava a intensificar a industrialização no Brasil. Diante desse processo, foram realizados investimentos que desenvolveram a infraestrutura e a integração associadas as grandes regiões metropolitanas do país, resultando na consolidação da industrialização. Dentro desse contexto, surge o projeto de criação da Avenida Brasil, que seria o fator basilar do surgimento da Maré.



Durante a construção da Avenida Brasil, os trabalhadores responsáveis pela execução da obra tinham sua origem associada aos processos migratórios existentes no país durante o período da industrialização brasileira (época de maior fluxo campo-cidade), sendo essa massa de mão de obra, procedente, sobretudo, da região nordeste do país. São esses contingentes populacionais, despossuídos de residência formal, ou sem condições financeiras de arcar com uma moradia legal, que irão povoar inicialmente a área da Maré. Esses nordestinos vão ocupar a princípio as margens da Avenida Brasil, dando origem ao embrião do que é hoje o conjunto de favelas da Maré.

Localizada nas margens da Baía da Guanabara, a Maré caracteriza-se por possuir múltiplas formas geográficas. Em seus domínios territoriais, é possível perceber áreas elevadas como morros, planícies, mangues e a presença do mar em parte do seu entorno. Todas essas variáveis físicas existentes no local, se entrelaçam em contextos culturais e políticos distintos, dando vida a toda uma

complexa articulação de múltiplas territorialidades.

O Estado, foi ao longo dos anos, e é atualmente um ator de importância na transformação socioespacial da Maré, pois foi através de suas ações que se desenvolveram ao longo do tempo os processos de urbanização, tendo como marco inicial a construção do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda e atingindo o ápice da intervenção estatal com o Projeto Rio e suas ramificações como o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), que alteraram drasticamente as condições infraestruturais existentes na Maré, abolindo as palafitas (casas sob o espelho d'água) e realocando os moradores dessas residências para conjuntos habitacionais construídos sob aterro efetuado em outras regiões dentro da própria Maré. Outro fator de importância, se dá, na criação do bairro Maré, como forma de gerir melhor o território, tendo em vista sua proporção vasta em termos espaciais e demográficos. É importante ressaltar, que o surgimento da Maré, é fruto, inicialmente, da autoconstrução realizada pelos moradores.

Por ser uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro, a Maré, assim como outros territórios favelizados apresenta problemas graves de infraestrutura urbana. Rede elétrica irregular, falta d'água, saneamento básico ineficiente e forte poluição atmosférica são exemplos de adversidades estruturais a serem solucionadas na Maré. Porém, a conflituosidade que mais se manifesta no bairro está atrelada a segurança pública e seus reflexos em uma sociabilidade violenta.

O fenômeno da violência atua de maneira multidimensional, podendo ser analisado a partir de diversas perspectivas. Frente a abundância de possibilidades de definições conceituais sobre a violência, Yves Michaud nos oferece uma definição holística indicando que:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p.10-11).

Compreender a violência em sua amplitude é essencial para podermos

mensurar os impactos desse fenômeno social. Entretanto, sua assimilação mais aprofundada se dá quando estendemos a reflexão ao horizonte do racismo. Silvio Almeida define o racismo como:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p.32).

A distinção dos indivíduos a partir de processos de racialização resulta em variadas formas de violência. A capilarização da violência através do racismo assume uma fisionomia material, econômica, política, social, psicológica e cotidiana, sendo um fenômeno com uma natureza múltipla e dinâmica que se transmuta conforme as realidades sociais. Embora o espectro do racismo acompanhe as corporalidades negras, tal como uma sombra, a segregação social fruto do racismo concebe, também, a segregação espacial, onde se formam territórios marginalizados, reflexos do racismo.

No seio das transformações que o mundo tem passado nesse início de século XXI, é possível perceber o acirramento das questões raciais enquanto reflexo do reavivamento político de ideologias autoritárias. Os discursos de ódio sobre o “outro” são endossados pelo racismo estrutural existente nas democracias, sendo personificados por líderes políticos com posições ideológicas de inspiração fascista que chegaram ao poder através do voto civil. Numa relação entre o ódio e o outro, “a ordem política reconstituiu-se enquanto forma de organização para a morte”⁸.

Nessa linha, Mbembe argumenta que:

Pouco a pouco, um terror de essência molecular e pretensamente defensivo procura legitimar-se, turvando as relações entre a violência, o homicídio e a lei, a fé, o comando e a obediência, a norma e a exceção, ou ainda a liberdade, a perseverança e a segurança. (MBEMBE, 2017, p.15).

É na encruzilhada entre violência, racismo, e nas políticas de morte que

⁸ Achille Mbembe. Políticas de inimizade. Lisboa: Antígona, 2017, p.15.

podemos entender a realidade da Maré. O território do bairro é a interface que conecta as complexidades urbanas atreladas à violência, sendo essa relação operada por três grupos organizados associados à criminalidade armada e varejista de drogas e as corporações de segurança do Estado. Imersos nessa zona de violência difusa, os moradores vivenciam os confrontos entre facções criminosas ou as operações policiais (com suas variações institucionais como Polícia Militar, Polícia Civil ou Exército), sendo essa uma violência que reverbera no cotidiano dos moradores e os impacta de diversas maneiras.

Historicamente a Maré apresenta casos de violência desumana, que ficaram marcados na memória local. A morte do menino Matheus de oito anos, assassinado por um policial com um tiro na cabeça ao sair para comprar pão, a chacina da Nova Holanda em 2013, ou a morte do adolescente Marcus Vinicius, morto enquanto ia para a escola, ou mais recentemente, os disparos de tiros efetuados por policiais em helicópteros durante operações. O uso de forças bélicas desproporcionais tem sido ratificado pelo Estado, legitimando aquilo que Giorgio Agamben define como estado de exceção⁹.

Por ser uma favela, a Maré apresenta predomínio de população negra. Devido ao racismo, a violência afeta a Maré de inúmeras formas. Pensando na consonância entre violência/racismo, é preciso buscar aportes teóricos que retratam os aspectos desse binômio nas periferias globais e locais. Esse exercício requer pensar a partir de experiências similares e sinestésicas envolvendo indivíduos e localidades, caracterizados como marginalizados. Ao lançar mão desse processo necessário de buscar subsídios teóricos para desvendar de forma sistematizada os reflexos do racismo e da violência sobre pessoas negras em áreas marginalizadas.

Imersa na realidade violenta da periferia, a Maré é um dos territórios da cidade do Rio de Janeiro onde se é possível enxergar a necropolítica vigente na sociedade neoliberal. Segundo Achille Mbembe, a lógica da necropolítica é a produção de uma política de morte, de extermínio, do assassinato, que recai sobre a população

⁹ Segundo Agamben, o estado de exceção é um ponto de desequilíbrio entre direito público e o fato político, onde períodos de crises políticas geram ações excepcionais que não podem ser compreendidas no plano do direito. Assim, o estado de exceção se apresenta como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal.

periférica/negra (MBEMBE, 2018). Segundo ele a necropolítica partiria do pressuposto da segregação e do confinamento, buscando mediar a ação pelo necropoder. Foucault construiu sua ideia de biopoder a partir do caráter disciplinador e regulamentador do Estado introjetados nos corpos pelo medo da punição em processo de corporificação das regras e comportamentos que nomeou enquanto docilidade dos corpos no cumprimento dos ditames através do medo da punição radical. Os comportamentos em acordo com as leis econômicas e políticas, conforme as regras de sociabilidade e em obediência aos saberes científicos estariam, via ameaça de punição decorrente do seu descumprimento, pautando as atitudes e comportamentos sociais dos indivíduos, estariam introjetados, implícitos, impregnados na psique do indivíduo para que não seja necessária a lembrança ou a presença do agente estatal para que funcione a ameaça.

Mbembe argumenta que a biopolítica não daria conta de explicar a realidade da periferia do capitalismo nem suas especificidades nas questões raciais porque haveria uma noção de que as leis e regras os excluem, sua sociabilidade não é reconhecida e sua vida repleta de segregações motivadas pelo racismo, acessos negados, relacionamento social restrito, violento e preconceituosamente pautado; gerador de traumas e de ausência do sentido de pertencimento. O filósofo camaronês, aponta que nos territórios marginalizados é o necropoder que mediará a política, sendo responsável por criar cidades, regiões ou zonas onde a morte, ou constante proximidade da mesma, passa a ser o objetivo a ser atingido.

Segundo Frantz Fanon (2005), a violência colonial se manifesta de forma tripla sobre as populações colonizadas. A primeira incidência se dá através da violência instauradora, onde a força é o fator que faz valer a imposição dos desígnios dos mais poderosos; a segunda se manifesta através da violência empírica, com um rígido controle territorial de forma molecular, vasculhando e criando pontos de horizontalidade e verticalidade no processo de controle do ir e vir dos indivíduos; e por último, a violência fenomênica, que afeta os domínios do sensorial, do sinestésico, impactando a psique e apagando traços das memórias (MBEMBE, 2018). Assim, a violência colonial opera como um fenômeno multifocal.

Aspectos da violência colonial e da necropolítica foram materializadas no bairro Maré no período da ocupação do exército brasileiro entre 2014 e 2015. A atuação dos militares mobilizou uma estrutura de guerra, envolvendo tanques, helicópteros, carros de combate, cercas, fechamento de vias, situações somente imagináveis em tempos de grandes conflitos bélicos. A arquitetura política da ocupação da Maré, montada para garantir o perfeito funcionamento da Copa do Mundo de 2014, cometeu violações de direitos humanos, assim como configurou um verdadeiro Estado de exceção imposto localmente. Porém, essa exceção tende a se tornar cada vez mais legal e permanente, configurando uma situação de supressão dos direitos humanos. Esses instrumentos de exceção, utilizados quando existe a possibilidade real de um grave problema que precisa ser eliminado, suspendem por um período limitado às garantias da lei. As “razões de segurança” passam hoje a fazer parte de uma técnica de governo normal e permanente, em aberta agressão ao legislado, excepcionalidade constante.

Essa excepcionalidade gerou situações ilegais no modo de operação do exército na Maré, houve instauração de toque de recolher em alguns casos, utilização de força desproporcional contra os moradores, revistas em crianças, e principalmente a predefinição dos militares de distinguir os homens, sobretudo os mais jovens e negros, como indivíduos associados ao tráfico de drogas local. Sobre isso, Agamben diz:

Não podemos esquecer que o alinhamento da identidade social com a corporal começou com a preocupação de identificar os criminosos recidivos e os indivíduos perigosos. Portanto, não é surpreendente que os cidadãos, tratados como criminosos, acabem por aceitar como evidente que a relação normal entre o Estado e eles seja a suspeita, o fichamento e o controle. (AGAMBEN, 2014, N.P).

Moreira (2019) afirma que os estereótipos são mais que generalizações, funcionando como ferramentas de manutenção de assimetrias de poder e status social. Os grupos dominantes seriam os artífices das imagens dos “outros”, contribuindo para a criação de falsas percepções sobre os indivíduos. Esses perfis criados sobretudo tendo como figura a população negra são responsáveis por criar estigmas sociais. Durante a ocupação do exército ou nas operações policiais na

Maré, a ação dos agentes de segurança foi/é embasada por essas percepções depreciativas associadas aos estereótipos direcionados às pessoas negras, revelando o racismo estrutural que legitima as ações racistas nas instituições e no cotidiano dos moradores da Maré.

Como resultante do processo de ocupação militar das forças de pacificação, inúmeras formas de violência aconteceram na Maré, violências físicas, simbólicas, psicológicas etc. Os confrontos envolvendo as territorialidades locais se intensificaram, gerando vítimas como o caso de Vitor Santiago, baleado por militares quando voltava de uma partida de futebol. Segundo dados do jornal Estadão¹⁰, o governo gastou com a presença militar na Maré a cifra de R\$ 599,6 milhões durante um ano de presença militar na região, a título de comparação, entre 2009 e 2015, o governo municipal do Rio de Janeiro investiu apenas R\$ 303,63 milhões em investimentos sociais. A conjuntura dos megaeventos, fez atuar em ressonância o Estado-capital, garantindo a manutenção da segurança da cidade com a supressão dos movimentos internos que pudessem se manifestar durante a realização dos eventos.

Passado o período dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, os confrontos violentos se intensificaram na Maré, levando a operações cada vez mais longas e frequentes. Frente a esse cenário necropolítico, representantes das Associações de Moradores da Maré, de algumas ONGs que têm atuação na região, e integrantes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, formularam uma Ação Civil Pública (ACP)¹¹ para o Complexo da Maré, – com a finalidade de diminuir os efeitos letais normalmente causados pela forma como as operações policiais acontecem ou, ainda, com o objetivo garantir o respeito à legalidade dessas ações. O documento apontava a criação de um plano de redução de danos pela Polícia Militar, mas o órgão nunca apresentou a proposta.

¹⁰ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/na-mare-ocupacao-militar-custou-o-dobro-dos-gastos-sociais-nos-ultimos-seis-anos/>. Acesso em 20/08/2023.

¹¹ Disponível em: <http://redesdamare.org.br/br/artigo/58/acao-civil-publica-um-instrumento-legal-para-a-garantia-de-direitos-dos-moradores-das-16-favelas-da-mare>>. Acesso em 20/08/2023.

Com o movimento da ultradireita atingindo a institucionalidade brasileira, no caso específico do Estado do Rio de Janeiro, é nítido o esforço do governo em legitimar as ações violentas nas favelas. Inserida nesse contexto devido à sua localização estratégica na cidade, a Maré tem sofrido com a recorrência de operações policiais semanais, que mobilizam toda uma estrutura de guerra em nome da segurança, de quem?

“Proteger o Estado de direito contra o terror exige violentar a própria lei, ou ainda constitucionalizar o que, até então, proveio tanto da exceção como simplesmente do não-direito. Arriscando a que os meios se tornem um fim em si, qualquer empresa de defesa do Estado, do direito e do nosso modo de vida implica, portanto, um uso absoluto da soberania”. (MBEMBE, 2017, p.58).

Não por acaso, dos seis conflitos registrados na Maré entre agosto de 2022 e julho de 2023, cinco foram vinculados ao campo da segurança pública (quatro sendo reflexos diretos de violências no local e um atrelado a manifestações em memória de Marielle Franco, o único registro não associado às questões de segurança pública se deu na área da educação. Essa predominância da violência nos conflitos urbanos ocorridos na Maré é reflexo das diversas operações policiais que têm caracterizado a região nos últimos anos (tem ocorrido menos confrontos entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro, grupos de traficantes que disputam pontos de vendas do varejo de drogas na Maré).

A narrativa dos conflitos manifestados na Maré no último período começa com a morte de “Seu Zé Careca”, apelido de José Henrique da Silva (53 anos), barraqueiro que vendia bebidas nos bailes funks da Maré. A vítima foi morta com tiros disparados por policiais militares por volta das 5h da manhã, quando se iniciou uma operação policial na Maré, momento esse que “Seu Zé Careca” estava desmontando sua barraca para ir embora. Além da morte do barraqueiro, os agentes policiais dispararam contra uma casa onde se esconderam os traficantes, fazendo um casal como refém na localidade Baixa do Sapateiro. Foram mais de 50 tiros disparados contra o imóvel e após longa negociação houve a rendição e prisão de 17 pessoas acusadas de tráfico. Durante o enterro de José Henrique, familiares e amigos protestaram contra a morte do trabalhador, afirmando que “Seu Zé Careca”

não tinha associação com o tráfico de drogas. A viúva de Seu Zé afirmou que eles eram aposentados e cuidavam de animais abandonados e que por isso mantinham a barraca, para complementar a renda e conseguir cuidar dos animais. Disse ainda que Seu Zé era trabalhador e que o fato de morarem na favela não significava que fossem bandidos: "Moramos ali porque não temos condições de morar num lugar melhor".

O Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) esteve envolvido em duas ocorrências conflituosas na Maré. Na primeira delas, agentes do Bope foram acusados de torturar e matar Guilherme Villar Bastos (19 anos) na comunidade Nova Holanda, na Maré, durante uma operação policial conjunta com a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). A ação resultou na morte de, pelo menos, seis pessoas e deixou 40 escolas municipais e uma Clínica da Família fechadas na região. Manifestantes fecharam a Avenida Brasil em protesto contra a violência policial, e, a irmã de Guilherme Villar, denunciou que os militares agiram com truculência contra moradores que buscavam informações sobre familiares feridos. Nas palavras da manifestante:

"Eu tenho certeza que o meu irmão ainda estava vivo, que eles botaram o meu irmão dentro do caveirão que estava dentro da comunidade e torturaram meu irmão dentro daquele carro. Os outros meninos morreram, destruíram o rosto dos meninos. Os moradores que estavam lá do lado (da casa) todos pedindo pelo amor de Deus para liberarem os meninos, os meninos pedindo: "moço, por favor, não me mata", e eles dando facada. Eu vi na foto, meu irmão com marca de faca, não tem como eles abrirem a boca para falar que foi troca de tiros. Se você ganha facada, não foi troca de tiros".

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) acionou o Ministério Público (MPRJ) que afirmou, por meio de nota, que o Grupo Temático Temporário (GTT) – Operações Policiais (ADPF 635-STF) recebeu todas as informações relativas às operações policiais mencionadas serão encaminhadas aos promotores de investigação penal, com a atribuição para apurar as circunstâncias das mortes.

O segundo conflito envolvendo os integrantes do BOPE, foi outra operação policial na Nova Holanda, cuja ação tinha o objetivo de prender chefes da facção do tráfico de drogas Comando Vermelho e criminosos oriundos de outros estados que estariam escondidos na comunidade. Durante a ação policial ocorreram confrontos com integrantes das facções criminosas, e dez homens participantes dos grupos armados da comunidade correram para dentro do CIEP Elis Regina, localizado na Nova Holanda. No momento que os agentes policiais encurralaram os traficantes na unidade escolar, moradores e parentes dos homens escondidos no CIEP começaram a realizar uma manifestação no terreno da escola, visando impedir qualquer tipo de execução dos civis armados. Os soldados do BOPE negociaram a rendição dos membros do tráfico que estavam escondidos na unidade escolar, que se entregaram sem resistência. Não havia crianças na unidade escolar no momento da ação, pois as aulas haviam sido canceladas antes do horário de entrada na instituição.



Protesto ocorrido no Ciep Elis Regina - Fonte: G1.globo.com

No mesmo dia, na parte da tarde, os moradores da Nova Holanda fecharam a pista lateral da Avenida Brasil com barricadas de lixo em chamas, protestando contra as ações policiais ocorridas na favela com enorme impacto no cotidiano local, obrigando o fechamento de comércios e unidades de serviços públicos como escolas e postos de saúde.

Ainda no campo da segurança pública, foi realizado um ato em memória de Marielle Franco, intitulado “Amanhecer por Marielle”, para cobrar justiça e agilidade no processo de investigação da morte da ex-vereadora do Rio de Janeiro. O ato começou na Avenida Brasil na altura da Fiocruz às 6:00 da manhã com uma faixa estendida na passarela, depois seguiu para o Complexo da Maré passando por casas de moradores e terminando na escola Municipal Vereadora Marielle Franco. O movimento teve a parceria do Instituto Marielle Franco com outros movimentos da Maré como a Coletiva Resistência Lésbica, o núcleo Psol Maré, o Garotas da Maré, entre outros.

Na área da educação, foi realizado pela Redes da Maré o 4º Seminário de Educação da Maré, reunindo estudantes, profissionais e gestores de unidades educacionais estabelecidas na Maré. Durante o encontro foram debatidas diversas questões referentes aos desafios do território mareense em relação às escolas. O encontro publicizou o documento Carta para a Educação da Maré, cujo objetivo é oferecer propostas e reivindicações urgentes ao poder público, para a melhoria do ensino e ampliação do direito à educação nas favelas da Maré. A carta¹² foi construída em debates com diversos atores locais.

5.2 Caso Rafael Braga:

Rafael Braga foi detido no dia 20 de junho de 2013, na circunstância foi abordado por policiais militares em uma das grandes manifestações do mesmo ano no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. No momento, portando uma garrafa de desinfetante e outra de cloro, conhecida mais usualmente como Pinho Sol, e por essa razão foi levado pelos policiais, sendo acusado pela lei 10.826 de 2003, que trata sobre porte de arma de fogo, sob a alegação de que portava material explosivo. Desde então a equipe do Observatório de Conflitos Urbanos passou a acompanhar reuniões e manifestações a respeito do caso.

Braga foi um dos presos processados pela participação das manifestações de junho e julho de 2013 de forma questionável e com inquéritos recheados de matérias jornalísticas como elementos de prova. Porém, este detinha características muito

¹² https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CartaEducacaoMare_2023.pdf

particulares em relação aos outros processados: não era militante político e nem mesmo manifestante; desconhecia no momento da prisão inclusive as razões que levavam multidões às ruas naquele momento e mesmo não sendo um dos vinte e três (caso dos 23 presos políticos), teve a pena mais 'dura' nesse processo de evidente perseguição política com contornos totalitário e racistas.

Após sua soltura em regime aberto, sofreu uma segunda condenação, sendo acusado dessa vez de tráfico e associação ao tráfico, por um porte que sua defesa alega ter sido forjado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), sediada no Complexo do Alemão, com menos de 10 gramas de drogas e um rojão.

O jovem era catador de materiais recicláveis, o que mantinha o seu sustento, oriundo de família humilde e morador da Vila Cruzeiro, localizada no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro. Ele vivia em situação de rua para economizar o que ganhava com passagem, residia com seus pais e seus irmãos em sua maioria menores de idade.

Há uma perspectiva que vai além do entendimento de alguns movimentos sociais, de associar Braga apenas como um bode expiatório das grandes manifestações de 2013, e sim associá-lo a uma situação de preso político no tocante a ser um homem negro, morador de favela e catador de materiais recicláveis. Devido a sua estratificação social ele é alvo a se imputar uma criminalização que não termina no jovem, e sim tende a padronizar um perfil que se pretende aprisionar no Brasil, vide a súmula 70¹³, uma das ferramentas utilizadas para a sua segunda condenação.

Trabalhamos pelo prisma de uma provável injustiça no caso de um jovem negro e pobre, preso e condenado no Brasil, chamado Rafael Braga. Ao longo dos últimos anos vem sendo um dos principais símbolos de inúmeras denúncias de arbitrariedade frente às suas condenações, feitas pelos movimentos sociais que

¹³ A Súmula 70 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro admite a condenação apenas com base em depoimentos de policiais.

pedem pela sua liberdade, sobretudo “A Campanha pela Liberdade de Rafael Braga” que estão registrados repetidamente como conflitos em nosso banco de dados.

Campanha pela liberdade de Rafael Braga

A notícia da condenação do Rafael, no final de 2013, levou diversos coletivos, ativistas e militantes a se mobilizar em torno da sua causa, entendendo que a condenação do Rafael foi injusta, fruto do racismo da polícia e do judiciário. Em meados de 2014, foi estabelecida uma Campanha fixa, permanente, pela Liberdade de Rafael Braga, quando foi organizado um Ato-Vigília em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na véspera da decisão sobre a apelação contra sua prisão.

A Campanha foi impulsionada em grande medida por militantes com proximidade com o caso, e se reunia semanalmente, em reuniões horizontais e abertas, sempre na rua. A princípio sob os pilotis do Palácio Capanema, no centro do Rio, e posteriormente transferida para as escadarias da Câmara Municipal, na Cinelândia.

Este apareceu enquanto um movimento autônomo e aberto à participação popular, que não recebe nenhum investimento de nenhum partido ou Organização Não Governamental (ONG), organizando-se como um movimento com o intuito de conseguir a soltura imediata de Rafael Braga, propondo reuniões abertas a qualquer pessoa que queira participar, atos políticos, ‘islam’s’ e movimentos culturais além da ajuda direta à família com captação de doações para a mesma.

A última conquista desse movimento foi viabilizar, por meio de arrecadação via doação online, uma casa para Rafael Braga e sua família que residiam em uma residência muito humilde. E, para além, proporcionando assim qualidade de moradia que possibilite Rafael Braga se tratar da tuberculose, doença que contraiu dentro do cárcere, o que ocasionou a sua defesa requerer uma apelação pedindo o habeas corpus, para que o mesmo pudesse cumprir a sua pena em liberdade para se tratar da doença.

O que evidencia como o sistema carcerário é agressivo, desde o aprisionamento com poucos recursos humanos para os prisioneiros, até as sequelas causadas no físico e no psicológico das pessoas. Patologias de todos os tipos impactam a saúde da população carcerária brasileira.

O movimento pela liberdade do jovem tem apoio tanto de outros movimentos sociais, como de artistas, ativistas populares e figuras internacionais, como Ângela Davis, que apoiou o lançamento da Campanha Internacional pela Liberdade de Rafael Braga, comprando e usando uma camisa confeccionada pela campanha, que é um dos seus diversos materiais de propaganda que revertem recursos para a família de Braga.

Em resumo, desde o seu início e ainda hoje, a Campanha pela Liberdade do Rafael Braga faz questão de levantar pautas como a seletividade penal, o racismo, encarceramento em massa e o genocídio do povo Negro. Pautas essas que têm total ligação com os motivos de Rafael ter sido punido por meio de flagrante forjado, segundo a sua defesa, duas vezes pela polícia; uma no contexto de uma grande manifestação da qual ele nem participou e outra no seu local de moradia, uma favela na Zona Norte do Rio.

Atualmente, o foco da Campanha é a liberdade irrestrita do Rafael Braga, o suporte à sua família e o debate das pautas citadas. E, com Rafael Braga cumprindo prisão domiciliar devido ao tratamento contra tuberculose (contraída na prisão) e o contexto de uma pandemia global afetando as penitenciárias por todo o mundo, a campanha vem atuando nos bastidores para que o jovem continue na condição de cumprir a pena em casa para não ser submetido à injustiça de voltar a ser recluso de liberdade no contexto de uma doença que vem ceifando vidas no país.

No recorte deste relatório, a campanha continua sua atuação voltada no suporte a Rafael Braga e a sua família, além de sua mãe Adriana, a organização do movimento comunica-se virtualmente apenas, sem encontros físicos e reuniões na escadaria da Câmara. É importante sinalizar que em 2023 o apoio vai desde o suporte social a toda família, no sentido de passar orientações para a retirada de documentação de alguns membros, até encaminhamento para vagas de emprego e

entrevistas, entendendo que para além desse apoio econômico oferecido ao longo de toda a campanha, o incentivo à autonomia dos membros dessa família seja o mais importante neste contato.

A realização de eventos culturais não ocorre desde o início da pandemia, contudo, se estuda a viabilidade da volta dessas atividades. A ideia é associar as ações da campanha com outras atividades que já ocorrem no Complexo do Alemão, exemplo disto, é a Escola Dandara, movimento autônomo dos moradores cuja iniciativa iniciou-se a partir do Ocupa Alemão organizado durante o ano de 2012 como uma ação contra o racismo institucional que ocorre no Complexo do Alemão. Deste movimento, alguns anos depois surgiu a escola supracitada, que entende a importância do empoderamento das crianças do território. Nesse sentido, se concretiza em uma escola dos moradores, para os moradores, que promove além das aulas inúmeras atividades, e se baseia no estudo da história do povo preto e indígena no Brasil, e no mundo.

As atividades propostas vão de sarau cultural até o cinema coletivo, e a ida das crianças a recreação e locais que contribuam para a sua formação. A Escola por ter a maioria dos seus membros também militantes da campanha, há esse entendimento em associar essas atividades com a própria Campanha, além de inserir a família de Rafael Braga no coletivo, assim se mantendo a atuação política.

Neste sentido adentrar nessa história e reverberar suas nuances é considerado pelos seus militantes como de suma importância, buscando entender tudo que está envolto em suas condenações pela ótica não só do movimento social que se organiza desde a sua prisão nas jornadas de junho e julho, gritando pela sua liberdade.

É importante compreender que o movimento de apoio a Rafael Braga compreende o sistema carcerário como uma articulação que engloba o judiciário, a atuação coercitiva da polícia e o estabelecimento prisional. No caso em questão, o jovem Rafael Braga sofre um processo que culmina em sua prisão, mas tem início em sua detenção e materializa-se através de sua condenação.

Pensar na situação prisional de Rafael Braga nos traz inúmeras questões sobre o que significa ser negro no Brasil? Que forma essa questão interfere na sua prisão? Por que esse é o único preso e condenado em junho de 2013 que perdura nessa condição? A sua segunda condenação demarca uma prática usual do braço armado do Estado nos territórios pauperizados deste país. Rafael estava no dia e horário errado no momento de suas prisões? Ou estamos falando de um dos maiores casos de injustiça vivenciado neste país?

É importante salientar que busca-se demonstrar que o caso apresentado, de uma injustiça ocorrida com um jovem negro e pobre, não tem nada de novo na realidade brasileira, onde o encarceramento se projeta sob o prisma da marginalização e contenção da sociedade, impactando um público específico com fenótipo e perfil marcado no processo da formação social, econômica e política. Não obstante, no início de um dos seus textos sobre as prisões no século XIX, Araújo (2011) evidencia as questões que envolvem a criação das primeiras prisões no país e qual é o perfil da população endereçada a este sistema.

As instabilidades políticas e as graves desordens no Rio de Janeiro no início do período regencial forçavam uma atitude enérgica do governo em relação aos cárceres. Contudo, alguns melhoramentos nas prisões existentes não seriam suficientes para atender ao plano de controle que se pretendia exercer sobre os escravos livres, pobres e libertos nas ruas da capital do império. (ARAÚJO, 2011, p.3)

Seguindo essa linha de raciocínio necessitamos aprofundar o debate acerca da história das prisões no Brasil, e tocar assim em uma de suas faces estruturais: o racismo institucional, que por excelência se apresenta camuflado, envergonhado, não escrito, mas revelado no momento do conflito social de forma geral e aqui no conflito urbano de forma específica.

Discutir contextualizando raça e as relações sociais em nosso país, é considerado pelo movimento de apoio a Rafael como de extrema importância para ampliar o nosso entendimento do que foi o processo escravocrata no Brasil, que fundou as contradições de um local com uma extrema desigualdade social e um racismo camuflado em um discurso folclórico de miscigenação amistosa, que

contrapõe e encoberta a realidade de que as nossas instituições foram projetadas pelo prisma de uma concepção racista. (MUNANGA, 1999).

O Atlas da Violência, 2017 elaborado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) demonstram em números o que estamos relatando:

De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra. Cerqueira e Coelho (2017), a partir de análises econométricas com base nos microdados do Censo Demográfico do IBGE e do SIM/MS, mostraram que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. Estes autores estimaram que o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Cerqueira e Coelho mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele. Ao calcular a probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os autores concluíram que os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais (IPEA, 2017, p.30).

Portanto, nossos estudos buscam demonstrar que ao longo dos séculos se constituiu um perfil das pessoas suscetíveis a serem presas, a tombar, como coloca Mbembe em “Crítica da Razão Negra” (2018). Que calcifica assim uma seletividade penal, entendendo que o/a negro/a sofre por sua linhagem um olhar que automaticamente o incrimina em toda a nossa sociedade, cultivado e nutrido pelo Estado desde a sua formação no Brasil.

“No momento que conseguirmos destreinar o nosso olhar para o racismo e a condição de poder imposto pelo homem branco sobre o povo preto e colonizado, estaremos seguindo o caminho da revolta” dito por MEMMI (2007), e assim quebrando as estruturas colonizadoras que nos inibem a pensar, agir e caminhar para a total superação da dominação dos povos. Já que pretendemos que este não seja apenas um instrumento de reflexão, mas que venha alimentar a nossa ação

diária em lutar contra todo e qualquer tipo de injustiça, com ações em todos os espaços que vivenciarmos que corroborem com a visibilidade desta temática, entendendo que essa é a função política de toda a sociedade que levanta a bandeira pela garantia de direitos humanos”. “É importante sinalizar que tocar nas relações raciais em uma sociedade que decretou a abolição da escravidão há cerca de 130 anos, é um trabalho árduo e por vezes bastante complicado, pois implica em abalar as estruturas de desconstrução de uma forma de contar a história do Brasil, que fomos ensinados culturalmente a abordar pela ótica de escritores que romantizam a relação da casa grande com a senzala, como Gilberto Freyre”. Assim se expressam os manifestantes em reuniões da Campanha por Rafael.

“O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes”. (MUNANGA, 1999, p.52).

Portanto, a partir deste ponto, é intrinsecamente importante como objeto de estudo mergulhar na construção da raça no Brasil, entendendo que o perfil observado em Rafael Braga, nos quilombos, nas antigas senzalas e atualmente nas favelas e nas periferias tendeu a se reproduzir ao longo dos séculos.

As prisões e o próprio sistema carcerário no Brasil foram constituídos visando aprisionar uma população específica da sociedade (ARAÚJO, 2011), portanto, o panorama atual da população negra e pobre como majoritária no sistema carcerário no país, segundo os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016) materializa um projeto político de contenção política das massas populares.

“Buscando aprimorar os métodos de controle dos pobres, escravos e libertos, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro apresentou em 8 de dezembro de 1831 o plano de uma Casa de Correção e Trabalho para a Corte. Instituição onde se cumpriria a Constituição de 1824 e o Código Criminal de 1830. O trabalho e a reclusão seriam utilizados como mecanismos de coerção dos rebeldes que, apesar dos esforços do governo regencial, continuavam a se manifestar nas ruas da cidade provocando grande instabilidade política”. (ARAÚJO, 2011, p.5).

Rafael Braga representa mais do que um símbolo político de parte do movimento negro, e sim materializa uma injustiça imputada a um jovem negro, pobre e morador de favela, que encarna o principal perfil a se aprisionar no Brasil, de um sistema que se opera para punir, a partir de um estereótipo criado e reproduzido em nossa sociedade desde a sua formação. Rafael, por ser um corpo associado historicamente ao cometedor de delitos, ao "marginal" e ao "homem mau", já representa o perigo por estar vivendo em sociedade.

“O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal”. (FANON, 2005, p.30).

Discutir o conceito de raça no Brasil denota tocar na sua construção a partir do século XIX, no qual a elite deste país vai beber do pensamento europeu e da ciência acerca do assunto, para explicar a diversidade racial. De uma localidade que se formata pelo espectro de um sistema colonial, geograficamente assim composta de diversas etnias em sua estrutura sócio racial.

“Houve, portanto, uma imbricação entre etnias e status, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturais. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social” (MOURA, 2014, p.183).

É importante conceber a raça como elemento delimitador da estratificação social do ideário de nação, até porque se pensarmos nas relações sociais nesse período marcado pelo processo de escravização, os índios e negros configuravam a base dessa pirâmide e os brancos estavam no topo do domínio social, político e econômico (MUNANGA, 1999).

Então a pergunta que pairava para a elite do Brasil, é como conceber uma ideia de nação em um local onde se tinha um panorama de pluralidade racial? E a resposta se acometeu por meio da imposição ideológica revestida de cientificismo dos intelectuais da época, que marcou a dificuldade de identificação étnico-racial da sociedade durante os anos posteriores, e que caleja inúmeras fissuras na população até os dias atuais.

Nesse sentido, pensar as prisões, segundo Ângela Davis, como “complexo industrial prisional”, ainda que com o recorte que se possa fazer do lugar que a autora fala (Estados Unidos da América), nos aproxima a estudar esse modelo de lógica prisional e suas engrenagens para começar a entender o sistema carcerário brasileiro.

Na realidade, o padrão mais óbvio foi que populações carcerárias maiores não levaram a comunidades mais seguras, mas a populações carcerárias ainda maiores. Cada nova prisão se multiplicava em mais uma nova prisão. E conforme o sistema prisional norte-americano se expandia, expandia-se também o envolvimento corporativo na construção, no fornecimento de bens e serviços e no uso da mão de obra prisional. Por causa das vultosas quantias que a construção e a administração de prisões começaram a atrair — da indústria da construção ao fornecimento de alimentos e cuidados médicos —, de uma forma que lembrava o surgimento do complexo industrial militar, começamos a falar de um “complexo industrial-prisional” (DAVIS, 2018, p.12).

Ideias reverberadas em nossa sociedade, como “por mais segurança”, “leis mais duras”, e outras mais, são vociferadas pela grande mídia e setores da população ligados à indústria prisional, ecoando em expressiva parcela da população. Além destas, assistindo filmes, lendo jornais, livros e séries de investigação policial, desde criança obtemos a concepção que sem as prisões não

podemos ser seguros dos “malfeitores”. Isto dificulta a sociedade enxergar os endereçados do sistema carcerário como seres humanos dignos de direitos.

[...] A prisão é uma das características mais importantes do nosso ambiente imagético. Isso fez com que considerássemos a existência delas algo natural. A prisão se tornou um ingrediente essencial do nosso senso comum. Ela está lá, à nossa volta. Não questionamos se deveria existir. Ela se tornou uma parte tão fundamental da nossa existência que é necessário um grande esforço de imaginação de visualizar a vida sem elas (DAVIS, 2018, p.20).

Por isso é importante entender que Rafael Braga não é apenas uma história que ocorreu em 2013, e sim uma vítima de toda uma estrutura racista que se funda no processo de formação social, política e econômica do Brasil.

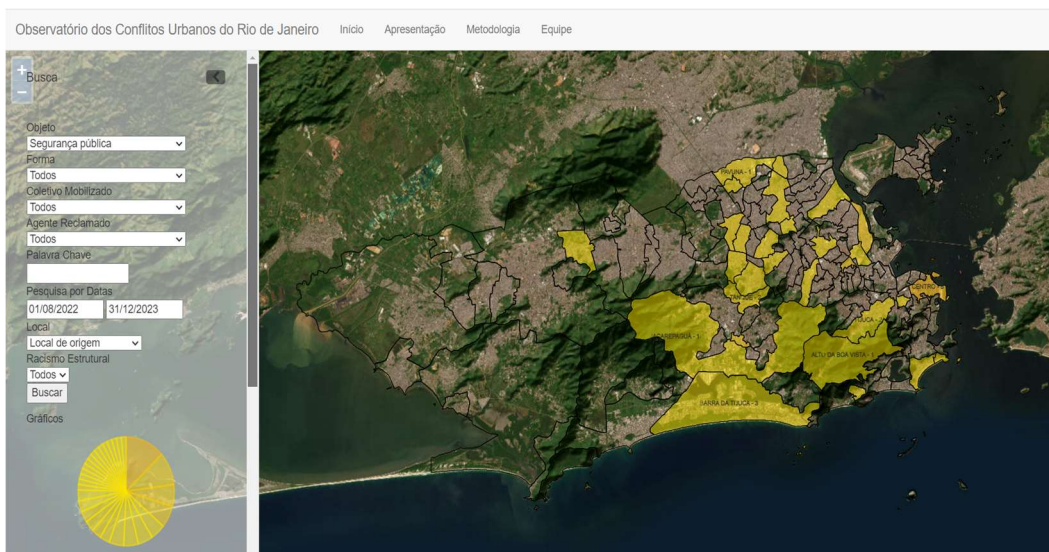
6 – Objetos de conflitos no último período:

6.1 - Segurança pública:

O Rio de Janeiro é uma das metrópoles brasileiras onde o fenômeno da violência urbana se materializa mediante a atuação de diferentes atores políticos, distintas redes de grupos armados e escalas de atuação em diferentes níveis de poder. Esse emaranhado complexo de relações resulta em inúmeras manifestações que apontam para os graves problemas de segurança pública existentes na urbe carioca.

Não por acaso, a segurança pública foi o objeto de conflito mais mobilizado nas manifestações ocorridas no Rio de Janeiro no período de agosto de 2022 até julho de 2023. Aliás ao longo de todo o recorte temporal do Observatório dos Conflitos (1993 a 2023) a segurança pública seguiu sempre à frente como principal objeto de reivindicações por justiça na cidade. Ao todo foram registradas 71 manifestações sob o objeto segurança pública, distribuídas espacialmente por 30 bairros. Ao analisar a espacialização dos bairros, é nítida a presença de maior conflituosidade na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, área onde a Polícia Militar e a Polícia Civil realizam a maioria das operações policiais sob o argumento da “guerra às drogas”. É importante ressaltar que essa região, nos últimos anos, presenciou em

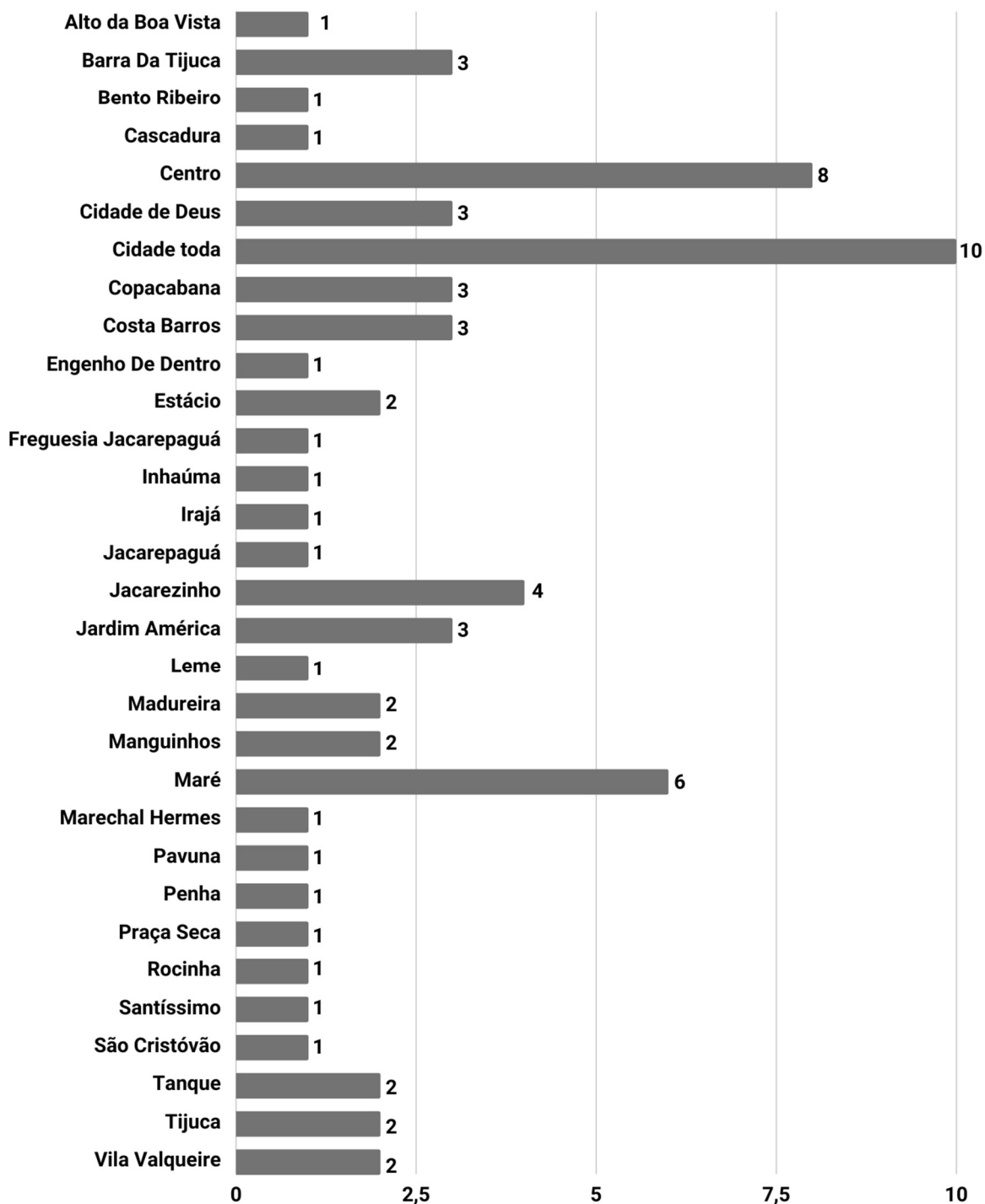
algumas favelas chacinadas por operações dos agentes de segurança pública.



A maioria dos protestos registrados tiveram como referência espacial a cidade como um todo, situação que ocorre quando um protesto não faz alusão a um bairro específico, reverberando para a cidade do Rio de Janeiro em sua totalidade. Quanto aos conflitos georreferenciados nos bairros cariocas, destacamos o Centro, a Maré, e o Jacarezinho, como locais onde mais ocorreram protestos tendo a segurança pública como elemento detonador de conflitos.

Quantidade de Conflitos de Segurança Pública por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 71 conflitos.

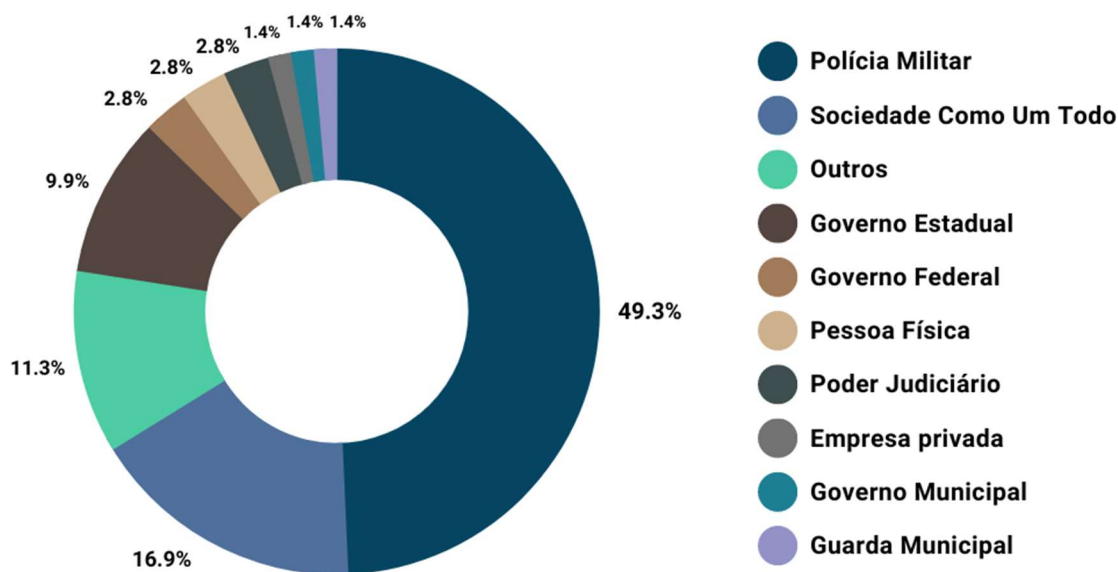


Os conflitos de segurança pública apresentam diferentes agentes contestados. Por apresentarem situações distintas de violências, os protestos

mobilizam em suas contestações as instituições de segurança pública, as esferas de governo, empresas privadas, pessoas físicas, Guarda Municipal, o poder judiciário e as críticas direcionadas à sociedade em geral.

Agentes Contestados dos Conflitos de Segurança Pública (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 71 conflitos.



A Polícia Militar é o agente mais contestado nas manifestações de segurança pública, isso se explica pelo grande número de operações policiais nas favelas cariocas, que, na maioria das vezes, deixam vítimas ao término das incursões realizadas sob o lema da “guerra às drogas”.

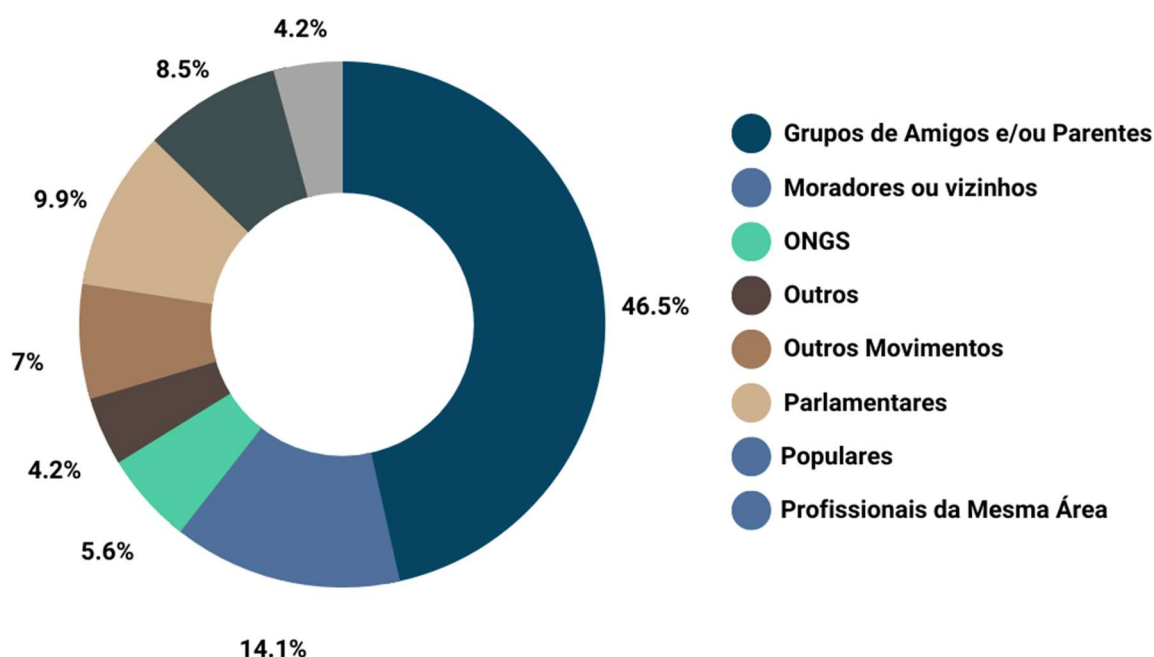
A “sociedade como um todo” é outro agente bastante contestado, sobretudo após o governo de Jair Bolsonaro, cuja conjuntura política foi favorável a uma série ações que potencializam problemas sociais em razão de ações nomeadas de segurança pública, como as discussões sobre liberação de armas ou a retórica do “bandido bom é bandido morto”, amplificadas nas massas mediante o uso de tecnologias informacionais bastante capilarizados pela população.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro foi contestado nas manifestações,

sobretudo, devido à ineficácia do Programa Cidade Integrada, que não cumpriu as promessas propostas em suas diretrizes. Em menor escala, tivemos uma conflituosidade em que um condomínio foi contestado pela morte de um trabalhador que efetuava um trabalho no local, além de questionamentos sobre as ações da Guarda Municipal e a própria Prefeitura do Rio de Janeiro.

Grupos Mobilizados dos Conflitos de Segurança Pública (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 71 conflitos.



A maioria das manifestações realizadas foram mobilizadas a partir de grupos de amigos e/ou parentes de pessoas atingidas, tendo como objeto contestado a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Essa relação entre agente contestado e coletivo mobilizado está relacionada ao grande número de mortes causadas por operações em favelas efetuadas pela PM-RJ. Como essas ações nos territórios periféricos deixam vítimas, familiares e amigos são os elementos detonadores de protestos contra as políticas de morte direcionadas para as favelas através das intervenções policiais.

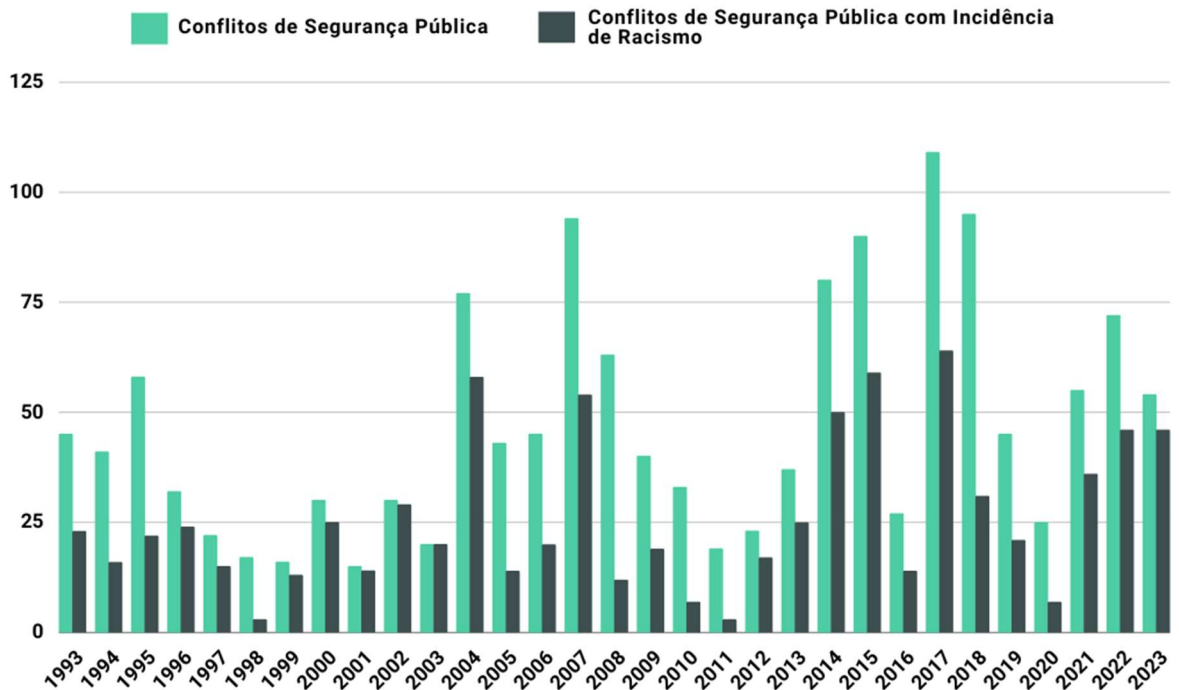
Moradores e vizinhos também são importantes agentes das manifestações.

São eles, que na maioria das vezes reagem à violência policial nas favelas com protestos desenvolvidos imediatamente após os casos de violência perpetrados pela PM-RJ. Parlamentares e ONGs são outros exemplos de coletivos mobilizados (em menor quantidade) nos protestos por segurança pública. Esses dois atores, costumam direcionar suas críticas à violência apontando para a sociedade como um todo, seja por meio de discursos políticos ou relatórios de pesquisas, questionando a situação crônica de violência existente na sociedade carioca.

Dado o avanço das discussões sobre o racismo estrutural no Brasil, torna-se importante enxergar as conflituosidades de segurança pública em conexão com esse conceito tão importante para ilustrar os problemas sociais presentes no território brasileiro, e em específico a cidade do Rio de Janeiro. A metrópole carioca apresenta de múltiplas formas os problemas herdados da colonização portuguesa, do Império e da República, na construção das relações sociais entre pessoas de origem afrodescendente e brancas, entre “favela” e “asfalto”. Filtrando os casos de segurança pública, e analisando em uma perspectiva histórica desde o início do levantamento de dados do Observatório de Conflitos Urbanos nos deparamos com as seguintes informações em relação ao racismo estrutural nos conflitos de segurança pública:

Conflitos de Segurança Pública com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 1452 conflitos.



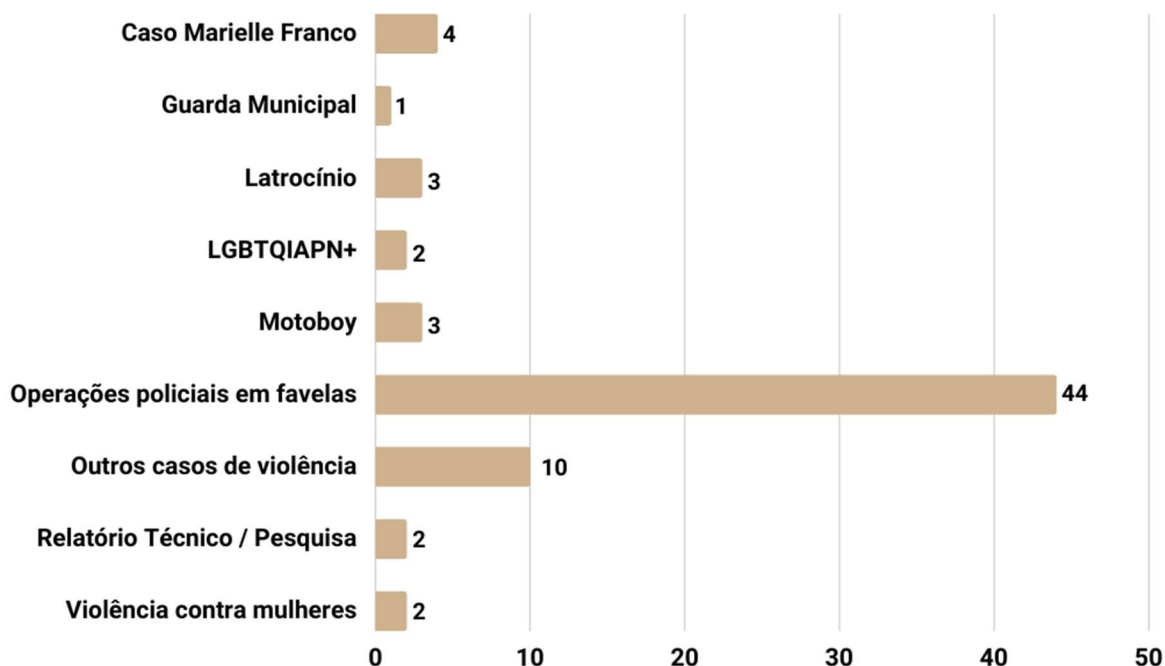
A presença de racismo estrutural nos conflitos catalogados na longa duração (desde 1993) aparece em 55% das manifestações, revelando a importância da discussão sobre racismo estrutural. Se focalizarmos a análise para o período vigente do relatório (agosto/22 até julho/23), esse percentual sobe para 83% dos conflitos catalogados. Dessa forma, pensar a segurança pública no Rio de Janeiro é um exercício interseccional que nos impele a desvendar os elementos do racismo cotidiano.

Dada a grande profusão de conflitos vinculados a segurança pública, optamos por dividir essas manifestações segundo a causa dos protestos realizados. Dessa

forma, foi possível identificar nove causas de conflitos que possuem elementos de violência, e, conseqüentemente, foram registrados no objeto analítico segurança pública.

Tipos de Conflitos de Segurança Pública (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 71 conflitos.



A maioria dos conflitos de segurança pública estão atrelados as ações policiais (principalmente da Polícia Militar) nas favelas do Rio de Janeiro. Lugares como Manguinhos, Maré¹⁴, Jacarezinho foram palco de protestos contra incursões policiais em seus territórios.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, escolheu o Jacarezinho como uma das favelas para a realização do Programa “Cidade Integrada”, uma intervenção articulada em sete eixos: social, desenvolvimento econômico, infraestrutura, diálogo com a comunidade, transparência, segurança pública e consórcio entre entes públicos¹⁵.

Após um ano e meio desde seu lançamento em janeiro de 2022, o projeto

¹⁴ Os dados e descrições dos conflitos da Maré são analisados na seção “Observando de perto Maré”.

¹⁵ O Governo do Estado do Rio de Janeiro não disponibilizou um documento aprofundado sobre a dinâmica de desenvolvimento do Programa Cidade Integrada.

apresenta contradições e é questionado pela comunidade do Jacarezinho. Segundo dados do Observatório Cidade Integrada, 62% dos moradores reprovam o programa e pedem pelo seu encerramento. É importante lembrar, que no Jacarezinho ocorreu a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro, uma chacina que deixou 28 mortos em 2021. E desde o início da ocupação policial na favela, em janeiro de 2022, 69% dos moradores afirmaram se sentirem mais inseguros que antes da instituição do programa¹⁶. Segundo os residentes, os policiais praticam violações de direitos contra a população local e ocorrem tiroteios, afetando o cotidiano do Jacarezinho.

Nessa conjuntura de ações policiais no Jacarezinho, conflitos foram desencadeados e os moradores realizaram duas manifestações criticando a atuação de da Polícia Militar e do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esses protestos ocorreram na Avenida Dom Hélder Câmara, importante via de circulação da Zona Norte que passa pelo entorno do Jacarezinho. Os manifestantes afirmaram que o Programa Cidade Integrada não integrou a comunidade ao resto da cidade. Protestando com cartazes, os(as) manifestantes pediam pelo fim dos constantes conflitos entre policiais e grupos criminosos locais, e solicitando a presença do Estado na favela mediante ao estabelecimento de políticas que possam melhorar a qualidade de vida no local. Além dos problemas de segurança pública, os moradores afirmaram que os serviços de coleta de lixo, infraestrutura e saneamento básico continuam longe do ideal, embora houvesse promessas de melhora por parte do governo estadual.



Fonte: Jornal o Globo

¹⁶ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1JAzBdlpHtXuH8ZJxSjJceNEbN35oBmhA/view?pli=1>. Acesso em 29/08/2023.

Na Cidade de Deus, moradores protestaram em dois momentos pela morte do catador Dierson Gomes da Silva (50 anos), morto por policiais militares durante uma operação realizada na favela. Os agentes militares confundiram um pedaço de madeira que Dierson carregava com um fuzil. O catador, que apresentava deficiência intelectual, foi morto dentro do quintal da sua própria casa, quando segurava um pedaço de madeira junto de uma bandana do Naruto¹⁷. Familiares de Dierson e moradores da Cidade de Deus realizaram um ato no momento em que o corpo da vítima era levado para o Instituto Médico Legal. Gritos por justiça ecoaram pelos becos de uma das mais emblemáticas favelas do Rio de Janeiro.

Nas palavras de Jurema Silva, sobrinha da vítima:

“É muito difícil para nós saber que meu tio foi assassinado pelo Estado. Levou um tiro nas costas. Um homem do bem que trabalhava catando reciclagem”, desabafou Jurema”.

A Polícia Militar reconheceu que os policiais se enganaram e informou que os mesmos já haviam sido identificados e tiveram as armas periciadas. Além disso, eles foram afastados do cargo que desempenhavam. Durante o enterro do catador, familiares e amigos se manifestaram contra a violência policial e pediram por justiça.

O caso Kathlen Romeu, jovem grávida morta com um tiro de fuzil durante uma operação policial no Complexo do Lins em 2021, foi lembrado em duas manifestações. Após dois anos da ocorrência da tragédia, a família da vítima protestou no Museu da História e Cultura Afro-brasileira, reclamando da demora do julgamento dos policiais militares, e afirmando a necessidade do caso ir para o júri popular.

Com a realização da primeira audiência de instrução e julgamento dos PMs acusados de atirar contra Kathlen Romeu, testemunhas realizaram depoimentos, e entre elas estavam a avó de Kathlen, Sayonara e a mãe da vítima, Jackeline Oliveira, que relataram para os magistrados suas versões sobre o ocorrido no fatídico dia da morte da jovem. Ao final da sessão, uma manifestação realizada por parentes de Kathlen e de outras vítimas da violência nas favelas cariocas, que estenderam cartazes e faixas pedindo por justiça e o fim da violência nas periferias. A manifestação foi realizada em frente ao Tribunal de Justiça, no Centro do Rio de Janeiro.

¹⁷ Personagem de um anime japonês.



Fonte: Nexo Jornal

Um dos casos emblemáticos de violência policial no Rio de Janeiro é o caso Amarildo, pedreiro assassinado por policiais militares na Rocinha. Para lembrar o caso, a ONG Rio de Paz realizou um protesto na Praia de Copacabana, lembrando os dez anos do assassinato do ajudante de pedreiro. A manifestação foi realizada por meio de dez manequins colocados na areia e coberto com panos brancos, simbolizando os 10 anos da morte de Amarildo. Em 2016, doze PMs foram condenados pelo crime, mas, em 2023, nenhum deles está preso. Além disso, os parentes de Amarildo não foram indenizados pelo Estado do Rio de Janeiro, mesmo com a decisão favorável pelo Superior Tribunal de Justiça.

No bairro de Costa Barros, três conflitos emergiram na segurança pública, o primeiro deles, diz respeito ao falecimento de Laura Ramos Azevedo, que integrava um grupo de mães que tiveram seus filhos assassinados pelo Estado. Mãe de Lucas de Azevedo Albino, jovem de 18 anos morto por agentes policiais em Costa Barros em 2018, Laura realizou uma investigação por conta própria e conseguiu provas de que seu filho havia entrado na viatura policial vivo e 30 minutos depois o rapaz chegara morto ao hospital. Laura descobriu uma foto que mostrava o filho sendo colocado na viatura pelos PMs sem ferimentos na cabeça, quando os policiais deram entrada no Hospital Carlos Chagas, trinta minutos depois, o rapaz já estava morto com um tiro na cabeça.

Em meio a luta por justiça, Laura desenvolveu câncer no estômago, reflexo das tensões que vivenciou ao longo do acompanhamento do caso de assassinato de seu filho, e acabou falecendo em casa. Durante o enterro de Laura, um grupo de mães

que tiveram seus filhos mortos em operações policiais se manifestaram pedindo justiça e fim das mortes nas favelas.

Outro caso que chamou a atenção em Costa Barros, no Complexo do Chapadão, foi a operação da Polícia Rodoviária Federal que vitimou o adolescente Lorenzo Dias Palhinas (14 anos). A ação dos agentes federais teria sido motivada pela morte de Bruno Vanzau Nunes, policial baleado na TransOlimpica. Segundo o Ministério Público Federal, não houve aviso, como determina o STF, informando tal operação, o que poderia enquadrar a situação como homicídio ou desobediência.

Também no Complexo do Chapadão, ocorreram as mortes de Guilherme Oliveira Martins (20 anos) e Gabryel Marques de Oliveira Rodrigues Rosa (21 anos), durante uma ação da Polícia Militar na favela, no momento em que as vítimas estavam em um bar. Dois anos depois da ocorrência do crime, o processo não avançou. Na época, a polícia disse que revidou ataques de criminosos e apreendeu materiais do tráfico. Porém, as famílias negam que os jovens tivessem envolvimento com o tráfico de drogas.

As famílias acusam policiais militares por assassinar os jovens e pedem respostas para o caso. A comissão de Direitos Humanos da OAB no Rio afirma que a indefinição de qual promotoria iria cuidar do caso no Ministério Público atrasou o processo, além de apontarem a existência de erros na investigação.

Analisando as manifestações por segurança pública categorizadas como “outros casos de violências”, temos duas manifestações sobre o bárbaro caso do assassinato do congolês Moïse Kabagambe, imigrante africano espancado até a morte no quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca. Amigos e familiares do congolês realizaram uma manifestação em lembrança ao assassinato do africano radicado no Rio de Janeiro. O ato foi realizado em frente ao quiosque onde um ano atrás ocorreu o crime que vitimou Moïse. Faixas e cartazes traziam escritos que pediam por justiça. A família criticou a demora pelo julgamento dos criminosos, e está esperando parecer judicial para deixar o país.

Além da manifestação no Quiosque Tropicália, uma missa em memória de Moïse Kabagambe foi realizada no Santuário do Cristo Redentor na presença de familiares e amigos. Durante a missa, familiares e amigos levantavam cartazes com mensagens pedindo justiça e respeito aos imigrantes. O culto organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos também marcou a celebração ao Dia do Refugiado Africano e ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.



Fonte: Folha de São Paulo

Outro ato ecumênico em forma de protesto foi a missa realizada no Santuário Cristo Redentor em memória do menino Henry Borel. O garoto de quatro anos, sofreu lesões no crânio, ferimentos internos e hematomas nos membros superiores causados pelas agressões sofridas pelo padrasto, o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho. Henry morreu no apartamento onde morava com a mãe, Monique Medeiros, e o padrasto. Após a missa, familiares e amigos ergueram cartazes com mensagens contra a violência contra crianças. Além disso, os manifestantes comemoraram a aprovação na Câmara dos Deputados, do projeto apelidado de "Lei Henry Borel" que altera o Código Penal e torna crime hediondo o homicídio contra menor de 14 anos. O texto também aumenta as punições para os crimes de injúria e difamação cometidos contra menores.

Caminhoneiros se manifestaram contra os roubos de cargas na cidade do Rio de Janeiro, denunciando os perigos que enfrentam para trabalhar nas principais vias da cidade. Mais de trezentos caminhões partiram do mercado São Sebastião na Penha, passaram pela Dutra e pela Avenida Brasil, seguindo devagar e pela pista lateral. Os manifestantes pretendiam chamar a atenção para os crimes que tem impactado esses trabalhadores, que sofrem com o roubo de cargas em qualquer horário do dia. A Polícia Militar disse que trabalha para reduzir os crimes e que além do policiamento ostensivo, atua em conjunto com a polícia civil e a polícia rodoviária federal contra o roubo de cargas.

Um segundo conflito mobilizado por caminhoneiros ocorreu na Avenida Brasil,

protestando contra a falta de segurança que vitimou o motorista Gean Lucas Benjamim. Os manifestantes afirmaram que são vítimas da criminalidade da Avenida Brasil, rota indispensável para a circulação de bens e serviços pela cidade.

A morte de Marielle Franco continua sendo lembrada nas manifestações registradas pelo Observatório de Conflitos Urbanos. No presente relatório identificamos três protestos associados a ex-vereadora do Rio de Janeiro. A maioria deles ocorreu durante a sessão plenária da Câmara Municipal no Dia Internacional da Mulher, quando a vereadora Luciana Boiteux prestou homenagem à luta das mulheres, salientou o aumento do feminicídio na cidade e homenageou a ex-vereadora Marielle Franco. A vereadora ressaltou que, apesar de serem maioria, as mulheres não possuem o reconhecimento pleno dos seus direitos.

Luciana celebrou a diversidade feminina ao longo de sua fala, mas pontuou que é uma data de luta, pois as violências contra as mulheres só crescem. A vereadora divulgou dados do Fórum de Segurança Pública: a cada seis horas uma mulher é estuprada no Brasil e cerca de trinta e cinco mulheres foram agredidas, por minuto, em 2022. A parlamentar lembrou de Marielle para pontuar que a política também é um espaço de violência de gênero bem significativo. Nas palavras da vereadora:

"É dizer também, lembrando de Marielle, que as mulheres na política também sofrem violência de gênero muito significativa. Talíria Petrone, deputada federal do nosso partido, foi mencionada em pesquisa recente como a parlamentar mais ameaçada nas redes. Para avançarmos na ocupação dos espaços da política."

Luciana afirmou que a luta das mulheres é uma constante e a data é apenas um símbolo da luta das mulheres por plenos direitos, como a legalização do aborto, a democracia e pela sua própria vida. Ao finalizar a sua fala, a parlamentar afirmou que era necessário também lembrar do dia 14 de março, data em que a morte de Marielle Franco ocorreu.

A vereadora Monica Benício também se manifestou em homenagem a Marielle ao questionar no plenário sobre os mandantes do crime político. Segundo a mesma:

"Seguimos na luta por aquelas que vieram antes, por nós, pelas que virão. Quero lembrar também que, em março, na próxima semana, completam cinco anos do feminicídio político da Vereadora Marielle Franco, um crime pelo qual o estado ainda não respondeu quem mandou matar e quais foram as motivações. Seguimos em luta por justiça por Marielle, por isso também luta e liberdade pela vida de todas as mulheres. Marielle, presente!"

A vereadora Monica Cunha (PSol) aproveitou a Plenária para se manifestar pelos cinco anos de assassinato de Marielle. A parlamentar criticou o fato de ainda não se ter descoberto quem foram os mandantes do crime político. A vereadora

afirmou que o 14 de março era um dia de luta, dia de estar de punho cerrado, de estar gritando por justiça por todas as Marielles e de gritar justiça pelo povo preto continuar vivo. A vereadora ainda afirmou que era um dia de gritar justiça também por seu filho, que foi assassinado.

"Falar sobre Marielle é falar de nós, é falar de mulher negra, é falar da nossa falta de direito, é falar da nossa falta de oportunidade, é falar quanto foi caro e quanto foi difícil para essa mulher chegar aonde chegou. Ter o fim que ela teve é desesperador para nós, é triste".

A violência contra as mulheres foi objeto de conflito nas manifestações públicas. Em um dos atos, dezenas de mulheres e meninas realizaram uma caminhada contra a violência sofrida pelas mulheres no Aterro do Flamengo. O Grupo Mulheres do Brasil, reivindicou maior presença feminina em espaços de poder. A manifestação contou com cartazes com frases como "Juntas somos mais fortes!", "Não se Cale, Denuncie!", além de uma faixa à frente da manifestação com os dizeres: "Caminhada Pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas". Segundo as manifestantes, durante a pandemia do COVID19 ocorreu um grande aumento dos casos de violência contra as mulheres.

Apenas em 2020 houve 98.681 denúncias, sendo mais de 34 mil casos de violência física e 31 mil de psicológica, além de 23 mil de violência moral, 5,6 mil de violência sexual e mais de 4 mil casos de violência patrimonial no Estado do Rio de Janeiro. Na Região Metropolitana foram contabilizados em 2020 mais de 22 mil lesões corporais dolosas e 1802 vítimas de ameaças, notificadas. Os casos de feminicídio aumentaram em 23% nos primeiros meses de 2022.

Na Rocinha, a luta das mulheres resultou num protesto, questionando quatro mortes por feminicídio ocorridas no intervalo de duas semanas e o consequente pânico gerado por tal situação. O encontro aconteceu na Biblioteca Parque da Estrada da Gávea e visou orientar as moradoras da Rocinha a prestar atenção nos sinais de violência, principalmente doméstica e criar uma rede de apoio para essas mulheres.



Fonte: Agência Brasil

A população LGBTQIAPN+ protestou em dois atos em prol do fim contra a transfobia. O primeiro deles ocorreu no Centro da cidade e foi articulado pela ONG Mães da Resistência

Trans e travestis realizaram passeata por cidadania e contra a transfobia, no Centro do Rio de Janeiro. A ONG mães da resistência (formada por mães, pais e familiares de pessoas LGBTQIAPN+) também participou do ato e fez um apelo a todas as famílias de pessoas LGBTQIAPN+ levantando cartazes com dizeres "Somos mães de LGBTQIA+ temos orgulho de nossos filhos, queremos nossos filhos vivos!".

Com o tema "Coragem para ser feliz", a 27ª edição da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ reuniu cerca de 700 mil pessoas para celebrar as conquistas e promover uma manifestação contra a violência na orla da praia de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, visto que, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. A parada foi organizada pela ONG Grupo Arco-Íris, e contou com 10 trios elétricos, sendo 8 deles destinados às alas temáticas, reforçando a importância da preservação da Amazônia e o Meio Ambiente, realizando homenagem às vítimas da covid-19 e famílias de pessoas LGBTQIAPN+ e cobrando o respeito no meio esportivo.



Fonte: Uol

Mototaxistas que trabalham como entregadores de aplicativos realizaram um ato contra as violências por Robson José da Silva, profissional do segmento que foi ameaçado por um homem branco quando realizava uma entrega em um condomínio em Jacarepaguá. O mototaxista foi intimidado pelo cliente Daniel Nunes, que ameaçou o entregador por não ir entregar o produto na porta de seu apartamento. O trabalhador registrou toda situação por meio de um vídeo gravado pelo celular onde é nítida a agressividade do cliente, que faz inclusive alusão à milícia e um suposto “contexto” que o mesmo teria na região. Nas palavras de Robson:

“Já era a última entrega, finalizando para ir para casa. Tenho filho me esperando, tenho esposa. Eu me senti muito ameaçado, fiquei com medo. Tanto que saí de lá, não esperei a viatura no local porque ele falou que ia chamar os parceiros dele, os amigos dele. Eu espero justiça, e que a justiça seja feita. Vou tomar as providências, já tenho o boletim de ocorrência, vou dar entrada no processo contra ele”, destacou o entregador.

Com a repercussão do caso, diversos entregadores de aplicativo se manifestaram na porta do condomínio onde reside Daniel Nunes, através de um “buzinaço”.

Em Marechal Hermes, outra manifestação envolvendo mototaxistas foi o caso

da morte de Leonardo da Silva (30 anos), baleado enquanto trabalhava. Parentes e amigos do mototaxista foram às ruas no local onde Daniel foi alvejado para protestar. Reivindicando investigação para o caso, familiares e amigos afirmam que Leonardo foi confundido com um assaltante que roubou um carro de motorista de aplicativo. O acompanhante da garupa do mototaxista contou que eles foram atacados após voltarem de uma lanchonete perto da favela do Muquiço. O atestado de óbito mostrou que ele foi atingido pelas costas e a causa da morte foi hemorragia interna; a advogada da família afirmou que o registro de ocorrência não representava o que aconteceu de verdade. Os Mototaxistas que participaram do ato afirmaram que depois do protesto em relação ao caso de Leonardo, a polícia ameaçou acabar com o ponto de trabalho deles. A polícia civil afirmou que o caso foi dividido em duas investigações que ocorrem em paralelo.

Houve ainda no período a divulgação de resultados de duas importantes pesquisas que corroboraram o aumento de determinadas violências no Rio de Janeiro no período último, indicando que o governo estadual intensificou a opressão violenta das ações policiais aos territórios de favelas, complexificando as análises de segurança pública da metrópole carioca. Um levantamento da plataforma Fogo Cruzado mostrou que as mortes por balas perdidas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro aumentaram 190% no primeiro semestre de 2023, em comparação com os seis primeiros meses de 2022; sendo o maior índice para um semestre na região levando em consideração os cinco anos anteriores. Em nota sobre o levantamento, a Polícia Militar disse que trabalha apenas com números oficiais divulgados pelo Instituto de Segurança Pública e suas operações levam em conta informações do setor de inteligência. A Polícia Civil afirmou que só trabalha com dados do ISP levando em conta inteligência, investigação e ação, ignorando completamente os dados levantados pela plataforma e os próprios relatos dos moradores.

Diversos episódios, desde declarações de autoridades em entrevistas às ações judiciais e o aumento concreto das vítimas de balas, revelaram, no período, que o governo estadual resistiu fortemente ao controle social que significam as câmeras instaladas nos uniformes dos policiais em ação na cidade. Da mesma forma que o governo paulista e apoiados na maioria de votos dados ao bolsonarismo nas duas unidades federadas, houve recrudescimento da violência da ação policial e resistência forte à instalação das câmeras nos uniformes e veículos das polícias. O governador do Rio chegou a afirmar que lutaria “até o fim” contra a instalação. Já havia lei estadual obrigando o uso das câmeras desde 2019, mas apenas depois de determinação do Supremo Tribunal Federal, em julho último, o governador publicou decreto obrigando o uso das câmeras em uniformes e viaturas e afirmou que até o fim do ano todas as viaturas e uniformes estarão com câmeras.

Outra pesquisa, intitulada “Milícias, facções e Precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados”, realizado pelo grupo de pesquisa “Cidades

Núcleo de Pesquisa Urbana”, formado por pesquisadores da UERJ, divulgou o relatório da investigação científica realizado em seis áreas da cidade, descrevendo o funcionamento das dinâmicas de controle territorial de grupos armados e o efeito causado na rotina dos moradores de bairros periféricos como Batan, Caju, Campo Grande, Ilha do Governador, Praça Seca e Tijuquinha.

Segundo o estudo, a cidade do Rio de Janeiro passa pelo pior momento de disputas entre grupos criminosos, sobretudo devido ao alto grau de capitalização que há nos territórios em que as facções criminosas e as milícias agem, atingiram. A pesquisa ainda afirma que o atual contexto da segurança pública no Rio de Janeiro é fruto não apenas de políticas públicas que não deram certo, mas também do fracasso da promessa de integração social que o Estado deveria garantir. O estudo, financiado pela Fundação Heinrich Böll, pesquisou seis áreas no território carioca: Campo Grande, Batan (em Realengo), Tijuquinha (Itanhangá), Praça Seca, Caju e Ilha do Governador.

Entre as principais conclusões está a constatação de que a atuação das milícias e das facções do tráfico estão cada vez mais parecidas em seu comportamento, em que não é incomum que as facções cobrem taxas de Tv a cabo, internet, água e gás e nem, pelo oposto que as milícias não trafiquem drogas nos territórios sob seu controle. Fenômeno que tem capitalizado tais grupos em processo de superexploração dos mais pobres que com a anterior facilitação da aquisição de armas de alto potencial destrutivo, e a intensificação das disputas territoriais entre os mesmos grupos, tem gerado um aumento substancial de vítimas de balas perdidas advindas de tais confrontos.

Tais consequências aparecem nos registros dos conflitos urbanos em menor número que as ocorrências registradas em razão do controle social e político que significam o submetimento dos moradores aos ditames de estruturas a cada dia mais capitalizadas e fortemente armadas comandando seu local de moradia. O que reitera a ideia de dupla opressão a que são submetidos os moradores dos locais mais empobrecidos e explorados da cidade, a comandada pela delinquência dominante local e a promovida pelas ações violentas e violadoras de direitos das incursões policiais.

6.2 Saúde:

O serviço público de saúde vem sofrendo um processo de sucateamento há anos no país, e na cidade do Rio de Janeiro esse quadro se intensificou durante a pandemia do novo coronavírus e gerou problemas ainda não solucionados na

capital. Apesar de ter sido durante muito tempo (em razão de abrigar a antiga capital federal, e do desenvolvimento enquanto segunda maior metrópole do país) grande receptora de unidades hospitalares federais, estaduais, municipais, de contar com instituições de pesquisa e promoção da saúde como a Fiocruz, além de ser sede de forte movimento sanitário, a cidade vem sendo alvo constante do crescimento dos ambientes privados incentivadores da lucrativa mercantilização desse direito básico e fundamental.

Ainda que seja considerada ponto de referência para o atendimento especializado em saúde de pessoas de todo o estado do Rio de Janeiro, há uma coalizão de forças, econômicas, políticas e midiáticas interessadas na falência do Sistema Único de Saúde (SUS) e em seu desmonte. Fechamentos de unidades, ameaças de cortes de salários e estruturas, falta de medicamentos e insumos para tratamentos, filas enormes e descompromisso das autoridades com a saúde pública são elementos que transparecem nos conflitos urbanos referidos à área.

Entre agosto de 2022 e julho de 2023, foram registrados vinte e um casos de conflitos com o enfoque na saúde, ainda maior que o número de conflitos do último relatório que teve como destaque os casos relacionados à pandemia na cidade¹⁸. A pandemia de covid-19 evidenciou problemas recorrentes como a falta de infraestrutura para o desenvolvimento do serviço, a escassez de medicamentos para efetuar tratamentos, reduzido número de profissionais e atraso de salários. Entretanto, mesmo após esse período, o serviço público de saúde continua enfrentando esses mesmos problemas, decorrentes principalmente do sucateamento do serviço na cidade do Rio de Janeiro.

Conflitos registrados

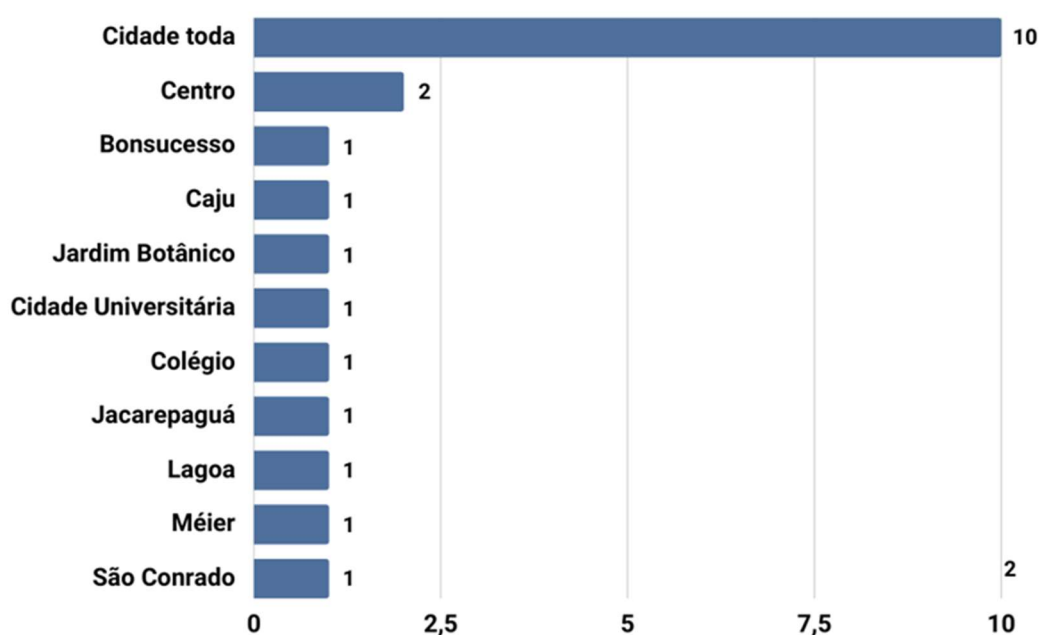
Desde o início dos registros do Observatório de Conflitos Urbanos, de 1993, até 2023, foram catalogados 401 conflitos relacionados ao objeto saúde. Entre

¹⁸ O nosso último relatório produzido teve como recorte temporal o período entre julho de 2021 e junho de 2022, com um total de dezenove conflitos relacionados ao objeto “saúde”. Para ver mais: <https://observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/relatorio2021/relatorio2021.pdf>

agosto de 2022 e julho de 2023, intervalo vigente no atual relatório, foram registrados vinte e um conflitos no âmbito da saúde, nos quais dezenove se concentraram em 2023. A distribuição dos conflitos pela cidade pode ser observada no gráfico a seguir.

Quantidade de Conflitos de Saúde por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 21 conflitos.



Podemos observar que parte considerável dos conflitos foram direcionados à cidade em sua totalidade e classificados como “cidade toda”, repetindo a mesma situação das conflituosidades de saúde do relatório anterior. Tal condição, assinala que as manifestações não foram focalizadas na resolução de problemas de um bairro específico, e sim, questionando o objeto de conflito saúde na escala da cidade. Os principais temas desses conflitos, envolvem o sucateamento da saúde pública, através do aumento da fila do SISREG (Sistema Nacional de Regulação), a precarização dos hospitais federais e as reivindicações da enfermagem em relação ao piso salarial.

No dia quatorze de setembro de 2022, os profissionais de enfermagem da cidade realizaram uma manifestação em São Cristóvão, Zona Norte do Rio de Janeiro, em frente ao Hospital Quinta D’Or por melhores condições de trabalho e

pelo aumento do piso salarial da categoria e melhorias nas condições de atendimento. "A enfermagem não vai parar!" gritavam os manifestantes que alegavam terem sido os principais profissionais a atender a crise hospitalar causada pela pandemia do Covid 19. A manifestação parou a circulação de trânsito e teve grande participação das equipes de enfermagem da cidade. "Os aplausos são bem-vindos, mas a valorização profissional é mais importante!" afirmou uma enfermeira participante.

Meses à frente, no dia vinte e quatro de abril de 2023, em defesa da classe da enfermagem, a Câmara deu espaço a uma audiência pública. Ali foram debatidas, entre outras reivindicações, as condições de trabalho dos profissionais da enfermagem. Segundo o senhor Paulo Cesar Nascimento Ferreira:

Qual valorização seria a da Enfermagem? A da escravidão? Porque a gente vive em um País escravocrata, gente. Isso é histórico. Quando a gente fala aqui, quando se fala do piso, quando se fala de negação de salários, de direitos, a gente está falando de escravidão, que se perpetua neste País até hoje [...] precisa estudar um pouco para saber sobre essa questão da escravidão no País. Nós somos escravos, ou estão querendo nos fazer de escravos, mas a nossa luta é contra isso. Salário digno é constitucional; salário digno é respeito; salário digno é reconhecimento.

E para realçar que o problema da classe não é puramente salarial, a Enfermeira Rejane complementou:

Acho que o fundamental é a gente saber o que a gente quer, como é que a gente está lutando. O que foi colocado aqui pelo Tarcísio é o fundamento de tudo: que SUS nós queremos? Porque há muito tempo a rede privada sempre colocou, a enfermagem como escanteio. Não é somente a questão financeira que nós estamos discutindo, não. Porque nem local de descanso a rede privada permitia para a categoria de enfermagem. Jornada de trabalho de 30 horas, eles sempre se organizaram para serem contra uma jornada de trabalho para uma classe trabalhadora que – como foi falado aqui – é a principal, é a que carrega esse SUS nas costas. Nós estamos falando do reconhecimento de fato da categoria de enfermagem.

Outra questão que mencionamos é a precarização dos hospitais federais gerando conflitos. Durante alguns meses o jornal RJTV acompanhou denúncias e relatórios produzidos referidos a esse problema. No dia quinze de abril de 2023, liderados pelo deputado federal Daniel Sorans (PSD), integrante da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, parlamentares realizaram fiscalizações em vários hospitais federais na cidade do Rio de Janeiro. Durante a ação, os deputados se depararam com diversos problemas como andares vazios e mau uso do censo hospitalar. Segundo Daniel Sorans, quando um paciente recebe alta, o leito não é automaticamente disponibilizado no sistema de saúde, constando como ainda ocupado, e impedindo o uso por novos pacientes.

Na semana seguinte, no dia vinte e seis de abril, o RJTV exibiu um relatório realizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que vistoriou nove hospitais da rede federal do Rio de Janeiro e revelou problemas graves nas unidades hospitalares federais no território carioca. O documento apresentado ao Ministério da Saúde, revelou inúmeros problemas associados à gestão das unidades de saúde, como salas de atendimento fechadas, leitos vazios, funcionários-fantasmas, pacientes-fantasmas, e um déficit estimado em torno de 10 mil profissionais.

Em geral, os conflitos relacionados à saúde na cidade têm como agente reclamado o Governo Federal e o Governo Municipal. Entre os bairros de incidência de conflitos neste recorte temporal, encontramos também o Centro da cidade. No Centro, as manifestações são no geral em relação à escassez de tratamento e medicamentos em hospitais especializados, como, por exemplo, o caso de médicos(as) residentes no Instituto Nacional de Câncer (INCA), que denunciaram por meio de uma carta às péssimas condições de trabalho na instituição.

A unidade hospitalar, localizada na Praça Cruz Vermelha, no Centro do Rio de Janeiro, é uma das referências de tratamento de câncer no Brasil. O documento elaborado pelos residentes, evidenciou a falta de diversos materiais médicos que atrasavam o tratamento dos pacientes, o alto número de leitos fechados por falta de profissionais, além de alterações no tempo de recuperação dos pacientes.

Diferente do período analisado no relatório anterior em que o agente

reclamado mais citado foi o Governo Municipal, na análise deste ano, pudemos observar que o mais recorrente dos agentes contestados é o Governo Federal, como podemos observar no gráfico abaixo:

Agentes Contestados dos Conflitos de Saúde (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 21 conflitos.

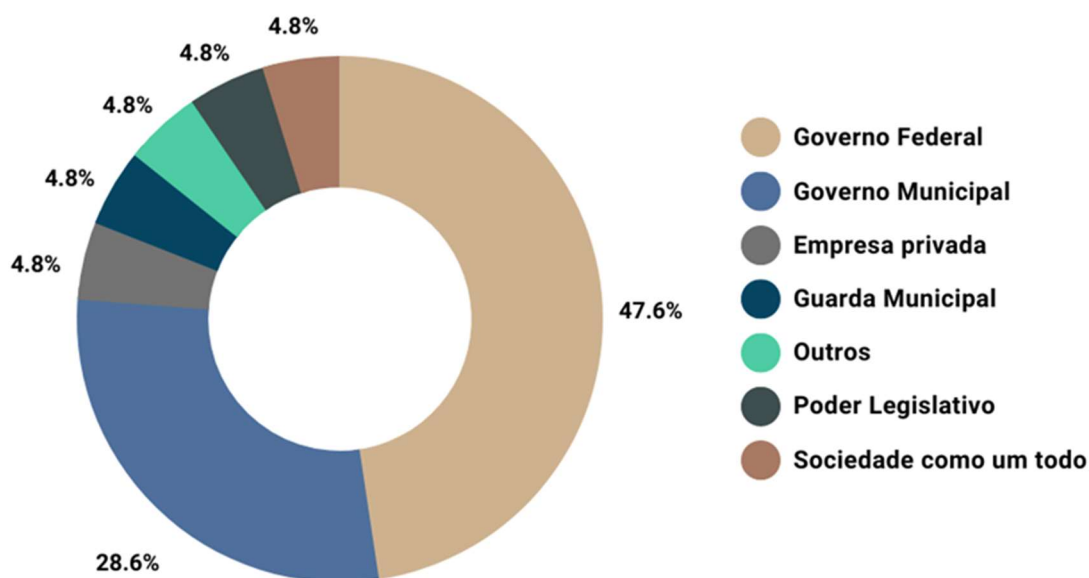


Gráfico em relação à distribuição dos conflitos de saúde por agente contestado na cidade do Rio de Janeiro no período de agosto de 2022 a julho de 2023.

Desde o início da pandemia, o Brasil contou com três ministros da saúde diferentes, passando longos períodos sem um responsável por esse ministério e explicitando os conflitos internos do governo Bolsonaro, criticado em relação à negligência da condução dos assuntos relacionados à saúde durante a pandemia. Em 2023 outro governo se inicia com a vitória de Luiz Inácio, com ele uma reestruturação na gestão política do Governo Federal, reabrindo ou criando novos Ministérios.

No Ministério da Saúde, quem assumiu foi a pesquisadora Nísia Trindade, ex-presidente da Fiocruz sendo a primeira mulher a ocupar o cargo na principal

instituição de saúde do país, em 2017, além de ser a candidata mais votada¹⁹ e pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/COC, programa de História das Ciências e da Saúde. A Ministra reafirmou em sua posse o compromisso com a ciência e que será uma gestão pautada no trabalho coletivo, entre os estados, municípios e a sociedade, além de indicar que ao longo da sua trajetória na Fiocruz trabalhou para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)²⁰.

Em relação à crise enfrentada nos hospitais federais, a ministra, em março de 2023, reabriu 305 leitos no Rio de Janeiro, diminuindo em 51% o número de leitos fechados, em uma tentativa de suprir a desassistência enfrentada por esses hospitais nos últimos anos. Entretanto, os problemas enfrentados nessas instituições vão além dos leitos fechados, essa foi apenas a primeira iniciativa da Ministra, que tem neste momento o trabalho de reestruturar o Ministério da Saúde, vítima de um processo de desmonte nos últimos quatro anos.



Posse da Ministra da Saúde Nisia Trindade que aconteceu em dois de janeiro de 2023 em Brasília. Fonte: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/67891> (acesso em 25/08/2023 às 17:50).

O Governo Municipal fica em segundo lugar, com seis conflitos, voltados para

¹⁹Fonte: <https://portal.fiocruz.br/galeria-de-imagens/cerimonia-de-posse-de-nisia-trindade> (acesso em 25/08/2023 às 19:02).

²⁰ Fonte: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/67891> (acesso em 25/07/2023 às 19:07).

as denúncias em relação ao sucateamento dos aparelhos de saúde. Como, por exemplo, o caso relatado no RJTV no dia oito de abril, sobre Yohanna da Silva Monteiro, de 3 meses, que estava internada havia uma semana, em estado grave, na emergência do Hospital Municipal Salgado Filho. Os pais dela conseguiram uma decisão judicial que obrigou o hospital a fazer a transferência no prazo de 24 horas, só que mesmo assim ela ainda não havia conseguido ser transferida. A Secretaria Municipal de Saúde disse que a central de regulação está fazendo uma busca ativa por um leito com o perfil para atender a bebê e que ela seria transferida assim que houvesse uma vaga.

Entre as formas de protesto mais utilizadas no objeto saúde, predominaram as manifestações públicas coletivas e as denúncias via meios de comunicação, onde a mídia mais utilizada é o telejornal diário mais assistido da cidade, o RJTV, visto pela população como um veículo que capta denúncias populares e transfere aos entes públicos, possibilitando visibilidade às causas e necessidades do povo, chamando assim a atenção de representantes políticos e governantes. Essa modalidade de manifestação ganha força por sua fácil difusão, alcance e visibilidade na cidade.

Entre os principais coletivos mobilizados no objeto saúde, temos como principal os populares com oito conflitos registrados, neste caso, a população que denuncia nos jornais e mobiliza manifestações. Em seguida apareceram os parlamentares, grupos de amigos e/ ou parentes e por fim os profissionais da mesma área, como podemos observar no gráfico a seguir:

Grupos Mobilizados dos Conflitos de Saúde (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 21 conflitos.

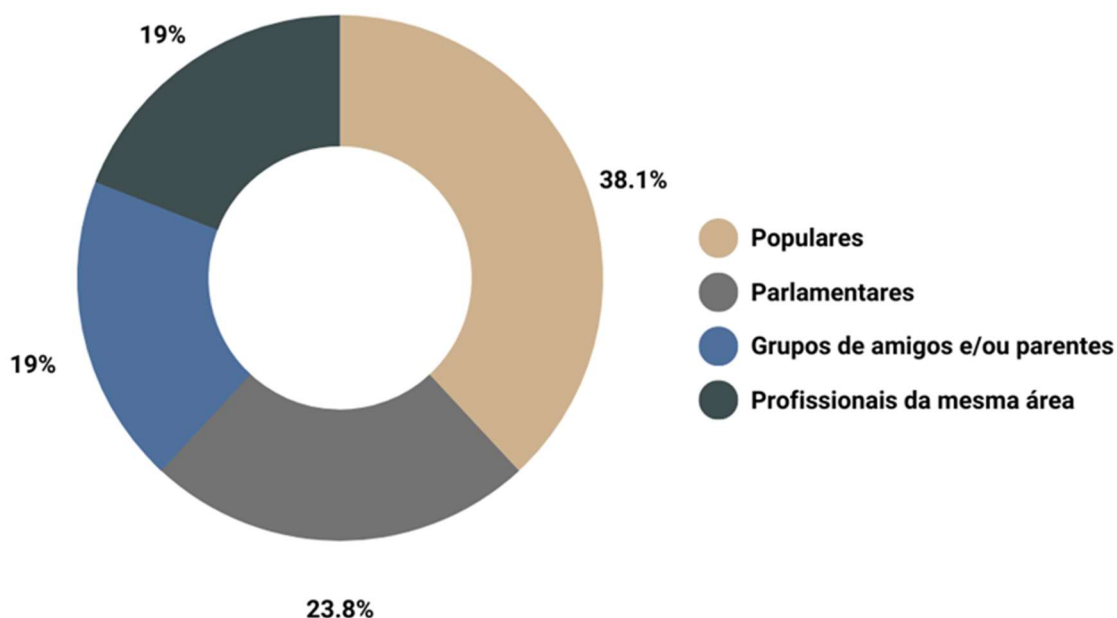


Gráfico em relação à distribuição dos conflitos de saúde por coletivo mobilizado na cidade do Rio de Janeiro no período de agosto de 2022 a julho de 2023.

Outra questão que merece destaque nos casos dos conflitos registrados no objeto saúde é a variável “racismo estrutural”. Compreendendo o racismo enquanto parte da estrutura social e econômica da nossa sociedade, ele pode se manifestar em diferentes esferas, incluindo a saúde. Como podemos observar nos conflitos anteriores aqui destacados, os casos sempre se repetem no que concerne à precarização dos serviços de saúde pública. Neste caso, o sucateamento desses serviços afeta diretamente a saúde da população periférica, majoritariamente pretos, pardos e indígenas da cidade do Rio de Janeiro.

Dados produzidos recentemente pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) no estudo “Saúde na Linha de Tiro: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro” apontou que a saúde da população das favelas do Rio de Janeiro é diretamente afetada pela questão das violências produzidas nesses espaços pelo projeto de segurança pública. Portanto, o genocídio

da população preta na cidade pode ser identificado de maneira ainda mais complexa, mediante um racismo que se manifesta em diferentes esferas da sociedade.

A precarização dos hospitais federais, como vimos anteriormente, o não pagamento do piso salarial para os enfermeiros, a fila do SISREG que não anda e o sucateamento das unidades hospitalares especializadas gerenciadas pelo Governo Municipal, também somam no quadro de violências vivenciadas pela população de baixa renda e periférica da cidade.

Como no caso relatado no dia treze de julho de 2023 pelo jornal RJTV, em que uma paciente que estava havia sete meses em primeiro lugar para uma cirurgia de joelho no INTO, procurou o jornal para denunciar o longo tempo de espera mesmo estando em primeiro lugar, fora os seis anos que já estava esperando pelo procedimento. Na fila para cirurgia de joelho no INTO existiam 2800 pacientes e existem sub filas, a paciente Regina estava em uma delas, onde se esperavam 800 pessoas em fila reumatológica, mas a paciente disse que sempre algum outro paciente entra na frente, mesmo ela sendo a primeira da fila. O INTO se pronunciou e disse ao programa que a paciente faria os exames pré-operatórios no dia 24 de julho, afirmou que a chamada dos pacientes segue a ordem cronológica na chamada de filas e que a sub fila em que Regina está exige maior preparação dos pacientes com análises clínicas mais complexas devido a outras comorbidades graves, sem muitas previsões para a realização de fato da cirurgia pela paciente.

Sendo assim, dentre os vinte e um conflitos de saúde, dezoito conflitos são classificados dentro da justificativa do racismo estrutural, apenas três não entram nessa categoria. O que significa uma porcentagem de aproximadamente 85,7% representando mais da metade dos conflitos registrados.

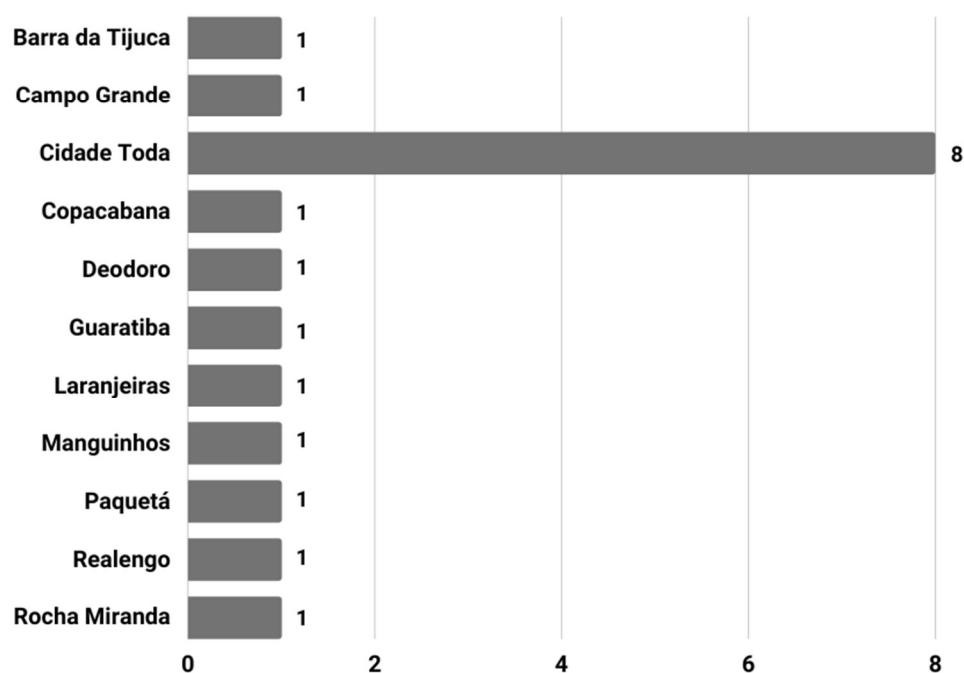
Em suma, apesar da recente análise trazer outras perspectivas e novos conflitos referentes à saúde pública na cidade do Rio de Janeiro, as denúncias e reivindicações contra o sucateamento, desvalorização financeira de profissionais da área e a falta de repasse econômico e recursos estruturais indispensáveis para a manutenção das instituições públicas de saúde, continuam sendo os principais assuntos reivindicados nesta categoria.

6.3 Transporte, trânsito e circulação:

Durante o período de 2022/2023, o objeto “Transporte, trânsito e circulação” tornou-se foco de 18 conflitos na cidade do Rio de Janeiro, número similar ao do período anteriormente analisado no relatório 2021/2022, apontando uma certa estabilidade nos conflitos e manifestações em decorrência de aspectos ligados à questão da mobilidade urbana e da qualidade do transporte público para a população carioca.

Quantidade de Conflitos de Transporte, Trânsito e Circulação por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 18 conflitos.



No entanto, é importante ressaltar que a maioria dos conflitos ocorreu em 2023 (13), apenas nos sete primeiros meses, o que demonstra um aumento com relação ao período ano completo de 2022, onde ocorreu um total de 16 conflitos. Nesse sentido, é perceptível que as manifestações que têm “Transporte, trânsito e circulação” como objeto de contestação cresceram e, possivelmente, ganharam fôlego com o fim completo das restrições pandêmicas e com o aprofundamento do sucateamento do transporte público na cidade.

O direito ao transporte público e à mobilidade urbana de qualidade são elementos centrais, garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, para um exercício pleno da cidadania dentro do espaço-tempo que a contemporaneidade nos impõe.

“Logo, o transporte público pode ser considerado como um instrumento de exercício da cidadania, por fornecer ao consumidor o acesso à vida digna, ao trabalho e aos direitos civis. O transporte público de qualidade não seria simplesmente um serviço, mas um fator de exercício da própria cidadania, essencial para que a população possa exercer seus direitos civis de forma satisfatória, com acesso a todos os aspectos que a cidade moderna pode oferecer como lazer, educação, integração social e participação política.” (SOUZA; CLARK, 2017, p.6)

Conforme o artigo 6º²¹ e o artigo 7º, inciso IV²², da Constituição Cidadã, o direito ao transporte é um direito social e um direito trabalhista de caráter essencial, ou seja, o serviço deve ser fornecido de forma contínua e ininterrupta de modo a evitar possíveis prejuízos à sociedade. No entanto, os conflitos analisados pelo Observatório demonstram que o serviço ofertado a população vai à contramão daquilo que é estabelecido pela legislação e daquilo que é qualitativamente satisfatório.

Nesse sentido, o período analisado teve como uma das principais características o fim do isolamento social e da pandemia do coronavírus, elementos que impactaram diretamente o setor de transporte em vários níveis, como na redução de linhas rodoviárias. No entanto, através das análises dos conflitos, é possível perceber a continuidade de problemáticas que despontaram durante o período pandêmico, como a própria diminuição de linhas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro, o que já era uma tendência antes mesmo do início da pandemia.

²¹ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015\)](#)”

²² “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Apesar da tentativa do governo municipal de ampliar a oferta de transportes com a criação de novas modalidades, como o Moto.Rio[2]²³, as demandas das manifestações giraram em torno da pouca oferta de transporte público e da precariedade dos modais que estão rodando pela cidade. Importante ressaltar que as péssimas condições dos transportes resultaram na morte de passageiros entre 2022 e 2023²⁴, devido à falta de equipamentos de segurança, problemas com equipamentos de acessibilidade e ônibus com defeitos que estão rodando na cidade do Rio de Janeiro.

No dia 01/12/2022, foi registrado pelo jornal O Dia, uma manifestação da família e dos amigos no enterro de Eduard Leonardo Bandeira de Mello, de 16 anos, que caiu de um BRT, próximo à estação de Mato Alto, que estava trafegando com as portas abertas. Emocionados, os familiares e amigos externaram sua revolta com a Mobi-Rio, sistema de transporte responsável pelo modal, que acusou o jovem de forçar as portas para entrar. A irmã de Eduard, Miriane Bandeira afirmou que:

“Os verdadeiros criminosos e assassinos do meu irmão foram os responsáveis por essas sucatas que andam diariamente pelo nosso Rio de Janeiro, colocando (em risco) a vida de milhares de trabalhadores, pessoas que estão ali querendo ao menos ir e vir com dignidade e são tratadas como animais. E no final, aqui está o meu irmão morto e enterrado aos 16 anos, e ele é o culpado?”²⁵

²³ O Moto.Rio é uma opção pública de mobilidade urbana com foco na intermediação de deslocamentos na mobilidade moto, sendo um facilitador para o motociclista e o passageiro, com praticidade, eficiência e mais fácil acesso para a população. Mais informações em: <https://moto.rio/>

²⁴ O jovem Henrique Gonçalves de Lima, de 21 anos, morreu ao cair de um BRT na Zona Oeste da Cidade. Segundo dados disponibilizados na reportagem do Diário do Transporte, a morte do jovem foi a quarta a ocorrer, apenas no mês de novembro (2022), de forma semelhante nos transportes da cidade. Disponível em <https://diariodotransporte.com.br/2022/12/03/morre-neste-sabado-mais-um-passageiro-que-caiu-do-brt-em-movimento-no-rio-de-janeiro-e-a-quarta-morte-em-onibus-na-cidade-deste-jeito-em-um-mes/>. Acesso em 30/08/2023, às 21:59 hrs.

²⁵ Manifestação registrada pelo Observatório de Conflitos, no dia 02/12/2022, por meio de análise de fonte - Jornal O Dia - RJ.



Imagem retirada da reportagem veiculada pela Rede Globo, no programa “Bom dia, Rio”, no dia 21 de fevereiro de 2022.

Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10320493/>.

Conforme o estudo produzido pelo Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento²⁶, em 2020, o carioca gastou em média cerca de 67 minutos no transporte público por dia. A pesquisa ainda apontou que cerca de 81% da população está distante do transporte de média e alta circulação, como trem, metrô, BRT, VLT e barcas. Tais dados demonstram que os problemas do transporte público na cidade vão muito além da falta de investimento, é uma questão estrutural que remonta a lógica do capital, a segregação espacial e as intersecções que atingem grupos sociais distintos.

Dentro da lógica do exposto, o gráfico corrobora com a ideia de que a precarização do transporte público continua sendo uma realidade dentro da cidade do Rio de Janeiro. Seja pelo valor exorbitante da passagem, seja pela má gestão,

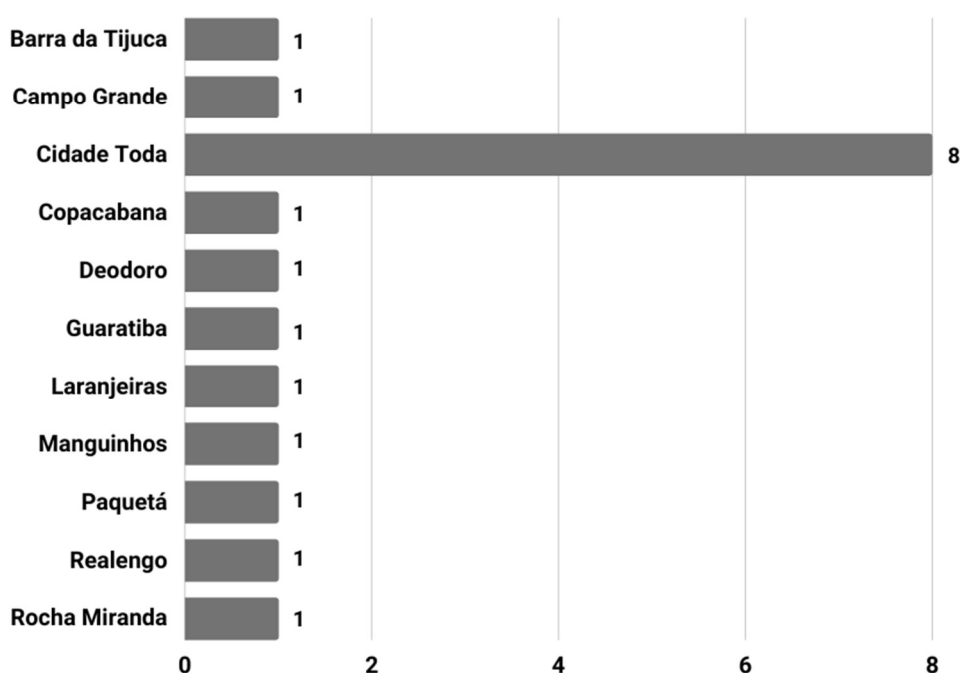
²⁶O carioca e o transporte na cidade, 2020. Disponível em <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/10/ITDP-Fatos-e-Propostas-para-a-mobilidade-no-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em 30/08/2023, às 22:06 hrs.

tanto privada quanto pública, o transporte continua sendo objeto de várias manifestações por parte dos usuários.

Ao longo do período analisado ocorreram conflitos espalhados por cerca de 10 bairros, sendo eles Barra da Tijuca (1), Campo Grande (1), Copacabana (1), Deodoro (1), Guaratiba (1), Laranjeiras (1), Manguinhos (1), Paquetá (1), Realengo (1), Rocha Miranda (1) e naquilo que classificamos como “Cidade toda” (8), onde as manifestações tomam a totalidade da cidade como elemento de conflito. Cada manifestação/conflito trouxe como elemento central o problema de transporte, trânsito e circulação comum ao contexto geral, mas abarcando as especificidades próprias de cada região.

Quantidade de Conflitos de Transporte, Trânsito e Circulação por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 18 conflitos.



No caso da Barra da Tijuca (1), o tema da sustentabilidade aparece como objeto de manifestação dos integrantes do grupo de pesquisa da Casa Fluminense no Dia Mundial sem Carro, comemorado no dia 22 de setembro, no terminal de BRT da Alvorada. Os manifestantes defenderam pautas como a administração pública

dos transportes, a integração física dos modais e a substituição dos veículos atuais por elétricos como forma de reduzir as emissões de gases poluentes.

No caso de Paquetá (1), os conflitos foram relacionados à questão da disponibilidade e redução no número de embarcações que circulam pela Baía de Guanabara, especialmente os que vão em direção à Ilha de Paquetá. O Grupo CCR Barcas, concessionária das linhas de barcas na cidade, também configurou no polo do agente contestador ao enviar ofício para a prefeitura acerca da renovação do consórcio, já que faltavam apenas 3 meses para o fim do contrato e nenhuma garantia de renovação havia sido apresentada.

No âmbito da Cidade Toda (8), a questão da inclusão também apareceu como um catalisador de manifestações públicas contra o transporte na cidade do Rio de Janeiro, especialmente no que tange a inadequação dos transportes públicos para pessoas com deficiência, que vitimou a dona Bernadete Augusto dos Santos, de 82 anos, no dia 16 de maio de 2023. A vereadora Luciana Novaes, do PT, denunciou o descaso e o capacitismo no transporte público, ao afirmar durante a plenária na Câmara Municipal do Rio de Janeiro que:

“Eu gostaria aqui de falar que eu estou imensamente entristecida pelo acontecimento da morte de Dona Bernadete, uma cadeirante que estava dentro do ônibus com a sua filha e que, no domingo, no Dia das Mães, a porta do ônibus abriu, ela caiu e morreu. E eu não estou aqui me pronunciado somente porque é uma cadeirante, porque, há dois meses, nós também tivemos a morte da Dona Juliane, que também estava perto da porta, e a porta do ônibus abriu, ela caiu e também faleceu. Então, eu acredito que isso seja um problema estrutural nas portas desses ônibus. E nós precisamos que a Secretaria de Transportes, nós precisamos que a Prefeitura e a Rio Ônibus tomem providências em relação a isso. Nós não podemos mais deixar que essas mortes continuem na nossa cidade. Os cidadãos têm o direito de ir e vir com tranquilidade dentro dos ônibus, não correndo risco de morte. Nós precisamos de alguma providência já! Até quando isso vai continuar acontecendo?”²⁷

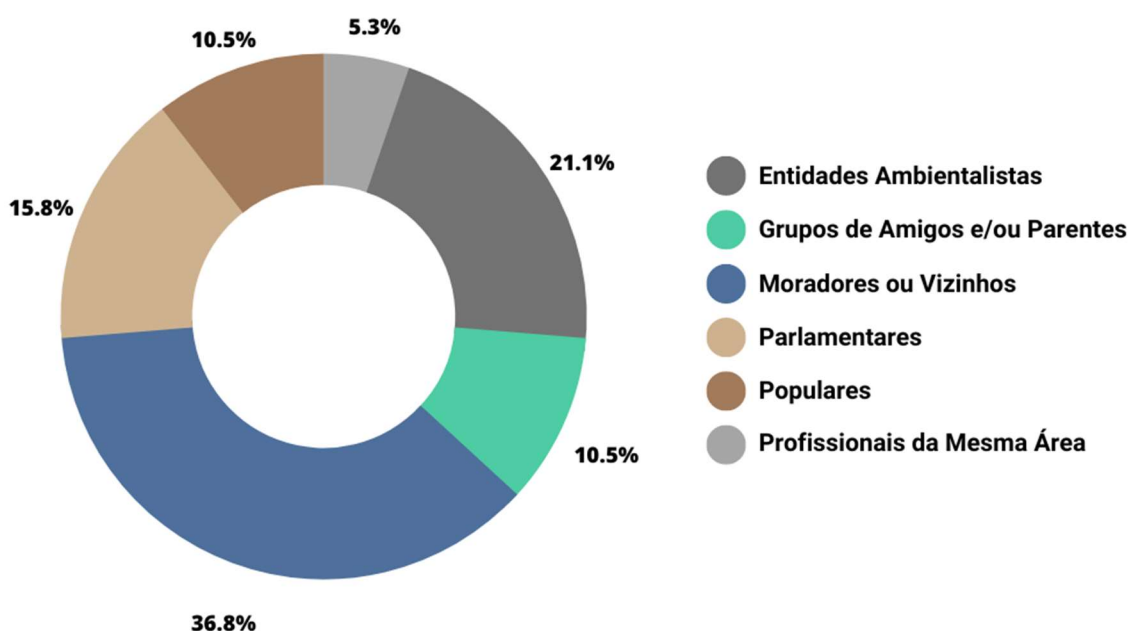
Após o incidente, o RJTV chegou a fazer uma reportagem, no dia 22 de maio de 2023, mostrando como a situação da infraestrutura dos ônibus do Rio de Janeiro com relação ao deslocamento de pessoas com deficiência que utilizam cadeiras de

²⁷ Fala registrada no Diário Oficial da Câmara do Rio de Janeiro, no dia 17 de maio de 2023, página 14. Disponível em <https://dcmdigital.camara.rj.gov.br/web/viewer.html?file=../storage/files/2023/5/20230517B5666B22.pdf>

rodas ainda se mantinha precária e insuficiente. Vale pontuar que o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis e inclusivas configuram nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, na Agenda 2030, no qual o Brasil é um dos signatários do acordo que estabelece metas para a implantação de um desenvolvimento pautado pela justiça socioambiental no país.

Grupos Mobilizados dos Conflitos de Transporte, Trânsito e Circulação (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 18 conflitos.



Desta forma, percebe-se que os agentes mobilizados em torno dos conflitos e das manifestações sobre o objeto analisado são múltiplos e variados. Os parlamentares se destacaram como um dos principais agentes contestadores do período analisado, especialmente na cobrança ao governo municipal acerca da situação precária dos transportes públicos na cidade do Rio de Janeiro.

Houve uma audiência pública, no dia 02 de maio de 2023, que contou com a presença da de integrantes da Secretaria Municipal de Transporte, da Mobi-Rio e da CET-Rio, para discutir a situação do sucateamento das frotas, a falta de ar-

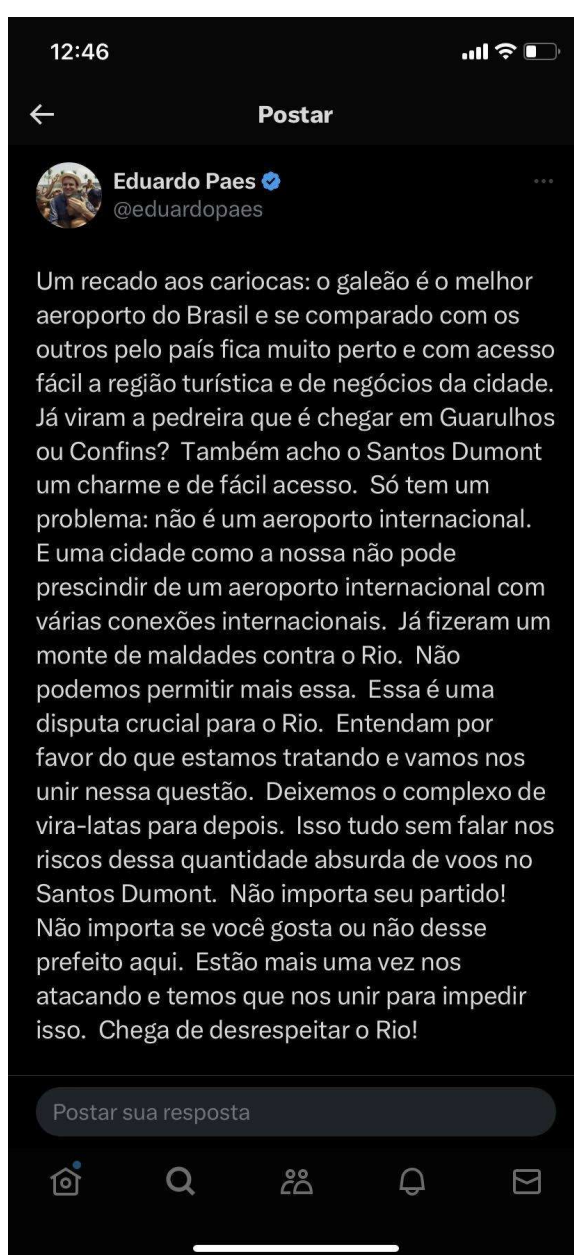
condicionado nos ônibus e o recente empréstimo do Poder Executivo, aprovado pela Câmara, no dia 11 de abril de 2023, para investimentos no setor.

. A discussão sobre o investimento em outras modalidades de transporte também foi um dos pontos levantados na Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante a plenária. O vereador Edson Santos, do PT, afirmou que o transporte no Rio de Janeiro tem um erro de origem e por isso é refém da vontade do mercado. Outros pontos apontados pelos políticos na plenária foram: a questão da não apresentação dos estudos necessários para a implantação do Anel Viário de Campo Grande, que havia sido uma promessa do prefeito Eduardo Paes, e o descaso com a mobilidade urbana na Zona Oeste e na Zona Norte. Segundo o vereador Marcio Santos, do PTB, o desaparecimento de linhas de ônibus de locais como Vila Kennedy, Bangu, Padre Miguel e redondezas afeta o deslocamento dos moradores para o trabalho e para as unidades escolares.

A questão da interrupção dos trens também esteve presente no período analisado, contando com a mobilização dos populares, que são aqueles que utilizam o transporte cotidianamente. Em Deodoro, os populares, revoltados com a paralisação da circulação de trens do ramal de Santa Cruz durante parte da manhã, promoveram protestos com a quebradeira e queima de objetos da estação. Segundo os manifestantes, o atraso, a má qualidade do serviço e o alto preço das passagens foram as grandes causas da mobilização.

Os grupos de amigos e familiares também foram importantes agentes mobilizadores de conflitos relacionados ao transporte, trânsito e circulação, especialmente em casos em que seus parentes foram vitimados por acidentes de trânsito. Dentre os casos relatados temos a incidência de manifestações relacionadas a atropelamentos, acidentes por negligência das empresas com o estado dos ônibus e batidas de carro envolvendo motoristas de aplicativo. Dentre os conflitos, chama a atenção o caso de Dilceia Nascimento, 52 anos, atropelada por carro desgovernado dirigido pelo sargento do Exército Odilon Bustamante, segundo o jornal O Dia. Segundo relatos de testemunhas, o militar aparentava estar embriagado e, ao ser confrontado pelas pessoas presentes no local, atirou para cima e fugiu do local.

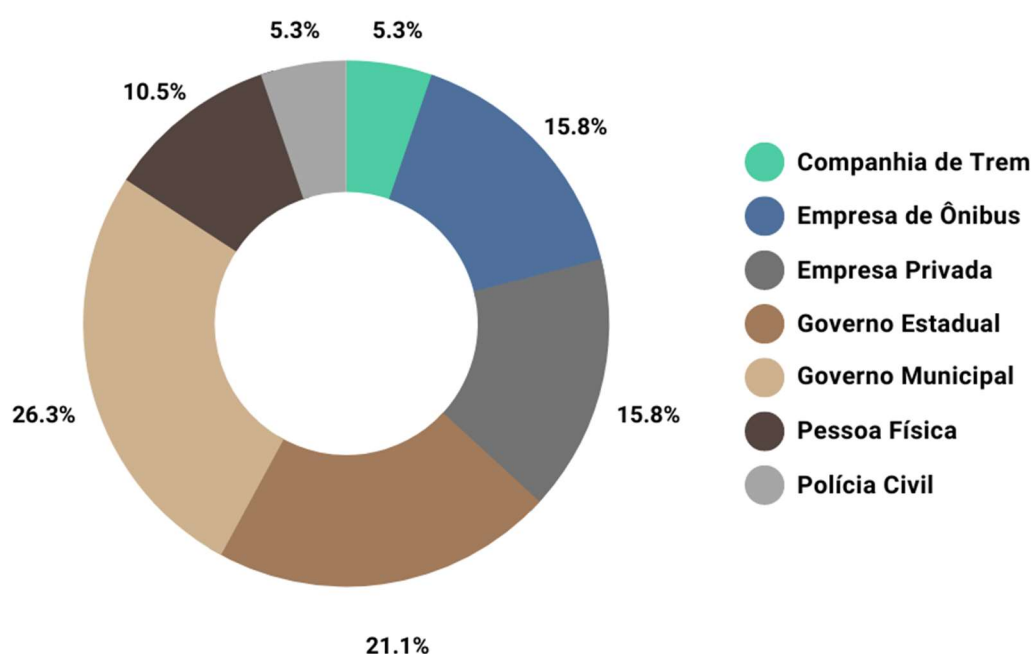
O impasse em torno do uso dos aeroportos Santos Dumont e Galeão foi objeto de intensa discussão ao longo dos últimos meses e alvo de postagens do prefeito Eduardo Paes nas redes sociais como forma de protesto a concentração de voos no Santos Dumont e o esvaziamento do Galeão. Neste ínterim, os próprios aeroviários realizaram uma paralisação no dia 12/12/2022, para reivindicarem melhores condições de trabalho e melhores salários, em ambos os aeroportos supracitados. A greve fez parte de um movimento que também atingiu outros aeroportos brasileiros, já que a reivindicação da categoria ocorreu de forma conjunta no país.



Post publicado pelo prefeito Eduardo Paes, na rede social X, no dia 07/04/2023, às 21:58. Disponível em <https://x.com/eduardopaes/status/1644504990239555586?s=46&t=dWG-yAoFq-U5WlzswbJxfg>

Agentes Contestados dos Conflitos de Transporte, Trânsito e Circulação (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 18 conflitos.



E por falar no prefeito, o governo municipal se manteve como um dos principais agentes contestados do período analisado, seguindo pelo governo estadual e pelas empresas privadas. No que tange a reclamação contra o governo municipal, os parlamentares foram os principais agentes mobilizados e suas críticas focaram em questões mais estruturais, como a precarização do transporte público, e políticas, como a crítica do vereador Felipe Michel, do PSDB, sobre a suposta “politicagem” do prefeito Eduardo Paes em torno do BRT.

No âmbito do governo estadual com impacto na cidade, os conflitos giraram em torno da questão da diminuição do número de embarcações das barcas e da falta de notícias sobre um possível acordo para a renovação da concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e a CCR Barcas. Em outro conflito, a questão da precarização do

transporte ferroviário foi objeto de uma reportagem do RJTV, 1ª edição, que trouxe dados sobre os acidentes que ocorreram nas estações de trens em 2022.

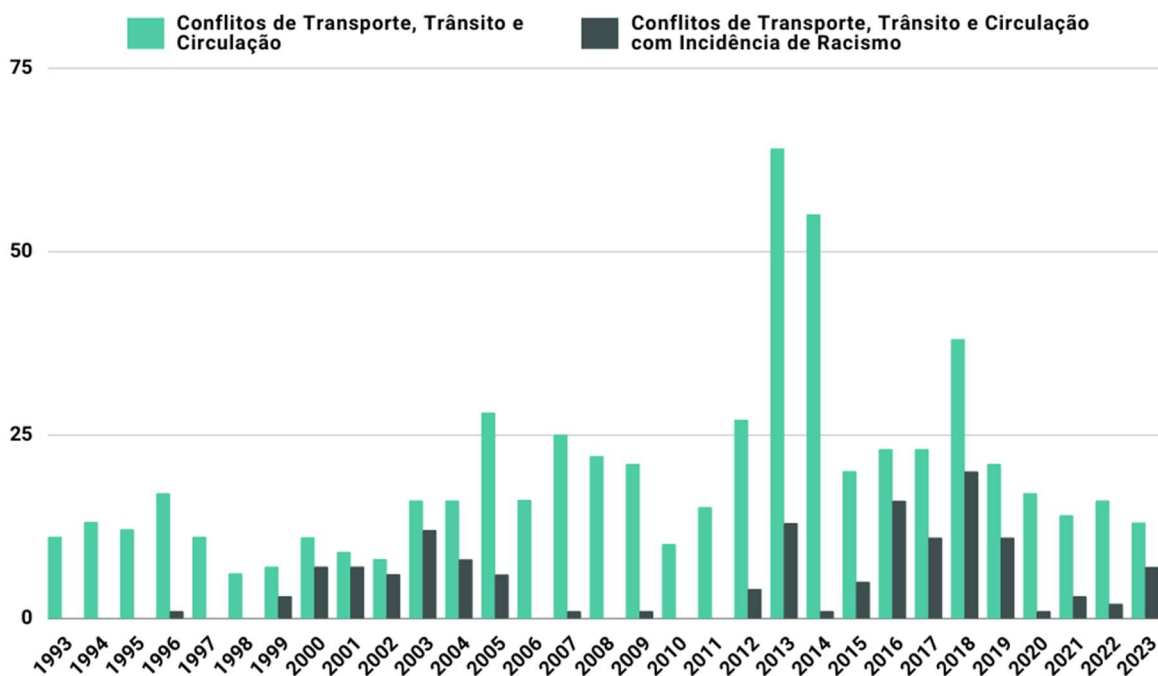
A questão do transporte ferroviário da cidade do Rio de Janeiro tem sido um ponto bastante contestado nos últimos anos pela qualidade do serviço prestado, a interrupção contínua do serviço, os constantes roubos de cabo e a situação precária dos trens de determinadas linhas.

Em abril, a atual concessionária, a SuperVia, afirmou que não tinha condições de seguir operando o sistema ferroviário da cidade, anunciando que pretendia entregar a concessão dos trens ao Estado. Agora, discute-se como ficará a situação do modal, que no primeiro semestre de 2023 teve um volume mensal de mais de 44 milhões de passageiros, segundo dados da 8ª edição do Boletim da Mobilidade Urbana, publicado pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM)²⁸. Dentre as opções que surgiram como alternativa ao fim da concessão da SuperVia, está a possibilidade de modificar o modelo de concessão ou a de promover a reestatização do sistema ferroviário da cidade.

²⁸ 8ª edição do Boletim da Mobilidade Urbana, agosto de 2023, Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM). Disponível em https://www.transporte.rj.gov.br/sites/transporte/files/arquivos_paginas/BOLETIM_2023_8A_edicao_Rv1%20%281%29.pdf

Conflitos de Transporte, Trânsito e Circulação com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 605 conflitos.



Ante ao exposto, é importante citar as causas históricas e estruturais que levam à manutenção de um direito social, o transporte público, precarizado, levando em consideração as intersecções que compõem a sociedade como um todo. Nesse sentido, é impossível falar de sucateamento do transporte, do trânsito e da circulação sem falar de questões relacionadas à raça e classe e sobre como ambos estruturam as políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro.

Silvio de Almeida (2019) nos lembra que o racismo é estrutural e estruturante, conforme naturaliza e organiza as relações de poder e, conseqüentemente, as desigualdades. Nesse sentido, as instituições, públicas ou privadas, pautam a criação de políticas públicas a partir de processos de invisibilização, que são inerentes também às dinâmicas do próprio capitalismo.

A estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. [...] Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por

determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p.38)

Assim, não há como falar em transporte público sem questionar a própria lógica de quem gere esse transporte e de quem de fato o utiliza. Apesar do enfoque da análise na desigualdade racial, os próprios conflitos pautados neste trabalho evidenciam que a questão também abarca outros elementos histórico-sociais, como, por exemplo, o capacitismo. Ao falar sobre gênero, raça e classe na mobilidade urbana, o estudo do Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento²⁹, aponta que mulheres negras, que ganham até dois salários mínimos, vivem mais distantes dos transportes de média e alta capacidade, do que a média do restante da população do Rio de Janeiro. Ao analisar o fator do custo, o relatório concluiu que, no período analisado, duas viagens de ônibus comprometiam cerca de 19% do salário-mínimo daquele ano.

De acordo com Sueli Carneiro,

“A urgência de implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil decorre de um imperativo ético e moral que reconhece a indivisibilidade humana e, por conseguinte, condena toda forma de discriminação”. (SUELI, 2011,p.55)

Desta forma, é possível concluir que o direito a um transporte público e de qualidade é assegurar o direito à cidade de forma plena, podendo-se incluir a importância da gratuidade neste tópico.

A precarização do transporte público impacta diretamente no acesso a outros direitos sociais, como a saúde, a educação, o lazer e o próprio trabalho. A não observação desse direito mantém um projeto político que cerceia a liberdade e o exercício da cidadania do outro, sobretudo das minorias sociais.

O desenvolvimento de políticas públicas e planos de governo para o transporte público e a mobilidade urbana necessitam passar pela criação de estratégias focadas na diminuição das desigualdades estabelecidas historicamente na formação da cidade. A garantia do direito a uma mobilidade urbana sustentável e eficaz

²⁹ O carioca e o transporte na cidade, 2020. Disponível em <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/10/ITDP-Fatos-e-Propostas-para-a-mobilidade-no-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em 31/08/2023, às 15:37 hrs.

perpassa pelo reconhecimento das desigualdades raciais, de gênero, de renda e da presença constante do capacitismo dentro da sociedade.

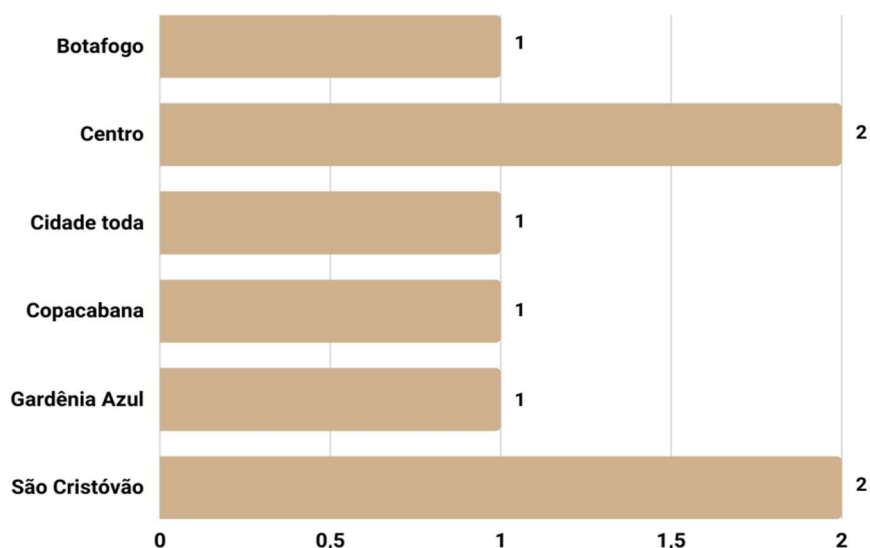
6.4 - ACESSO E USO DO ESPAÇO PÚBLICO:

Analisando o período histórico do Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro, datado entre 1993 e 2023, foram registrados 318 conflitos de acesso e uso do espaço público. Nos anos de 1993 e 2009, ocorreu um aumento significativo de reivindicações envolvendo os usos e produção do espaço urbano do Rio de Janeiro. Diversas manifestações estão relacionadas, exclusivamente, ao controle urbanístico, marcado pela fiscalização sobre o uso e a ocupação de espaços.

Durante o período de agosto de 2022 e julho de 2023 foram identificados 8 conflitos de Acesso e Uso do Espaço Público, na cidade do Rio de Janeiro. As manifestações ocorreram em diferentes pontos da cidade, tais como, Botafogo (1), Centro (2), Cidade Toda (1), Copacabana (1), Gardênia Azul (1) e São Cristóvão (2).

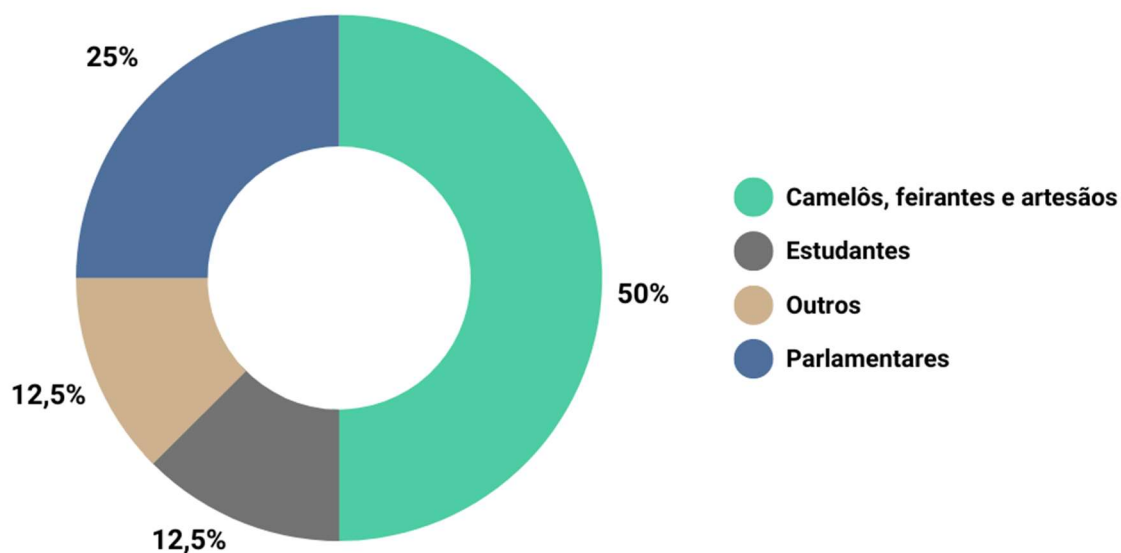
Quantidade de Conflitos de Acesso e Uso de Espaços Públicos por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 8 conflitos.



Grupos Mobilizados dos Conflitos de Acesso e Uso de Espaços Públicos (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 8 conflitos.



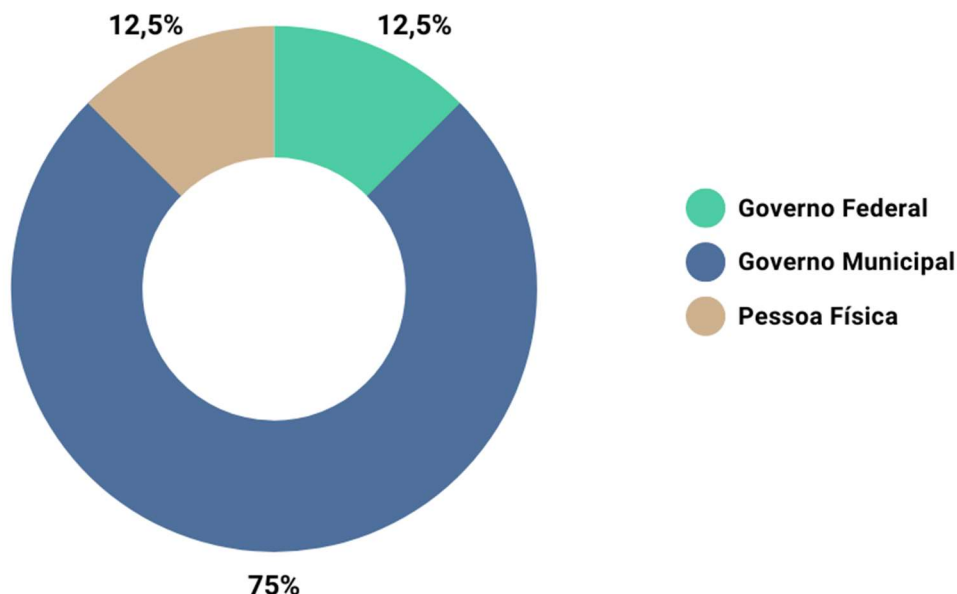
Os grupos mobilizados das manifestações foram Camelôs, feirantes e artesãos (4); estudantes (1); outros (1); parlamentares (2). Já os agentes contestados foram Governo Federal (1), Governo Municipal (6) e Pessoa Física (1). Destacamos os protestos realizados por camelôs contra a ação do Governo Municipal, que realizou operações violentas mediadas pela Guarda Municipal contra os ambulantes que atuam pela cidade, relação entre os coletivos mobilizados e agentes contestados, apresentando a invisibilidade dos trabalhadores e a discriminação do governo municipal contra a procedência das mercadorias.

O protesto do dia 27 de abril de 2023, apresentado no RJTV, onde os camelôs se acorrentaram na porta da Câmara de Vereadores, para pedir reconhecimento profissional e o fim da violência, reforça a importância de serem respeitados e reconhecidos enquanto trabalhadores diante do mercado informal.

“A gente não vai permitir mais ficar perdendo mercadoria na rua e perdendo o nosso espaço de trabalho, porque somos pais e mães de famílias e estamos todos os dias precisando sair de casa para levar o sustento para casa.” Dona Maria de Lourdes - Camelô

Agentes Contestados dos Conflitos de Acesso e Uso de Espaços Públicos (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 8 conflitos.



Camelôs e ambulantes realizaram um protesto em frente ao Hotel Copacabana Palace, localizado na Avenida Atlântica, em Copacabana, na Zona Sul do Rio, pedindo paz e o fim da violência contra a categoria. A ação foi comandada pelo Movimento Unido dos Camelôs (Muca) e pelo movimento Trabalhadores Sem Direitos. Os manifestantes levaram instrumentos feitos com material de reciclagem e panfletos para a frente do Copacabana Palace. O protesto aconteceu em forma de bloco, levando o nome de **Blocato**. Segundo a organização, a ideia era abordar assuntos como direitos ao trabalho e a ocupação organizada dos espaços públicos.

De acordo com Maria dos Camelôs, coordenadora dos dois movimentos, o trabalho realizado por ambulantes nas praias de Copacabana e Leme serve para dar sustento para suas famílias. Nas palavras da mesma:

"Nós só queremos levar o sustento de nossas famílias para casa. O Brasil está de volta ao mapa da fome. O poder público precisa nos respeitar e auxiliar, porque nós também giramos a economia do país. Nossos filhos precisam morar e comer. Camelô é trabalhador".

O protesto ocupou parte do canteiro da Avenida Atlântica e não provocou interdições no trânsito da região, segundo a Polícia Militar e o Centro de Operações Rio (COR).

Duas manifestações tiveram como elemento de protesto a Feira de São Cristóvão. Na primeira delas, feirantes e comerciantes realizaram um pannelo contra a privatização do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Os manifestantes informaram que não foram consultados para a realização do processo de concessão à iniciativa privada, que por sua vez, teve a publicação através da prefeitura do Rio. Segundo o comerciante Flávio Fárney da Silva Xavier, 61 anos, do Conexão Mandacaru, restaurante do local, existe um temor de que o local seja transformado em um shopping com a privatização. Segundo o comerciante:

"Estamos fazendo uma manifestação ordeira pra chamar atenção do público porque esse é um processo injusto, autoritário, que não ouviu a opinião dos empreendedores. Essa licitação exclui a cultura, as tradições e os costumes. Em um futuro próximo é capaz de construir um shopping aqui, porque a empresa vai cobrar taxas altíssimas dos feirantes e a gente não vai conseguir sobreviver".

Flávio reforçou ainda que são os comerciantes que mantêm o local. "O feirante está ficando esquecido, é a gente que preserva a cultura nordestina, que trabalha sua gastronomia, sua música, seu artesanato, através dos seus modos, costumes, tradições, e agora estamos correndo sério risco de perder nossa casa, nosso abrigo natural", lamentou.

Em outro conflito, comerciantes da Feira de São Cristóvão organizaram um protesto contra o aluguel do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, e temiam pela descaracterização do lugar com a concessão para a iniciativa privada. Mais de cinco mil feirantes reclamaram que a prefeitura não comunicou os trabalhadores sobre a privatização, que impactou o preço do aluguel das lojas, mudança dos preços do acesso à feira, entre outras questões. Os trabalhadores acreditavam que a feira precisava de melhorias, mas não com a iniciativa privada.

Representantes de religiões de matriz africana protestaram na ALERJ para denunciar casos de racismo religioso em cemitérios, hospitais e presídios. Segundo

os manifestantes, a Lei federal³⁰ garante o acesso de diversas matrizes religiosas aos estabelecimentos públicos, mas, na prática, a lei não é cumprida. O grupo entregou um dossiê com dados de intolerância na Alerj. A Secretaria Municipal de Saúde afirmou que garante o acesso para representantes de todas as religiões nos hospitais da prefeitura.

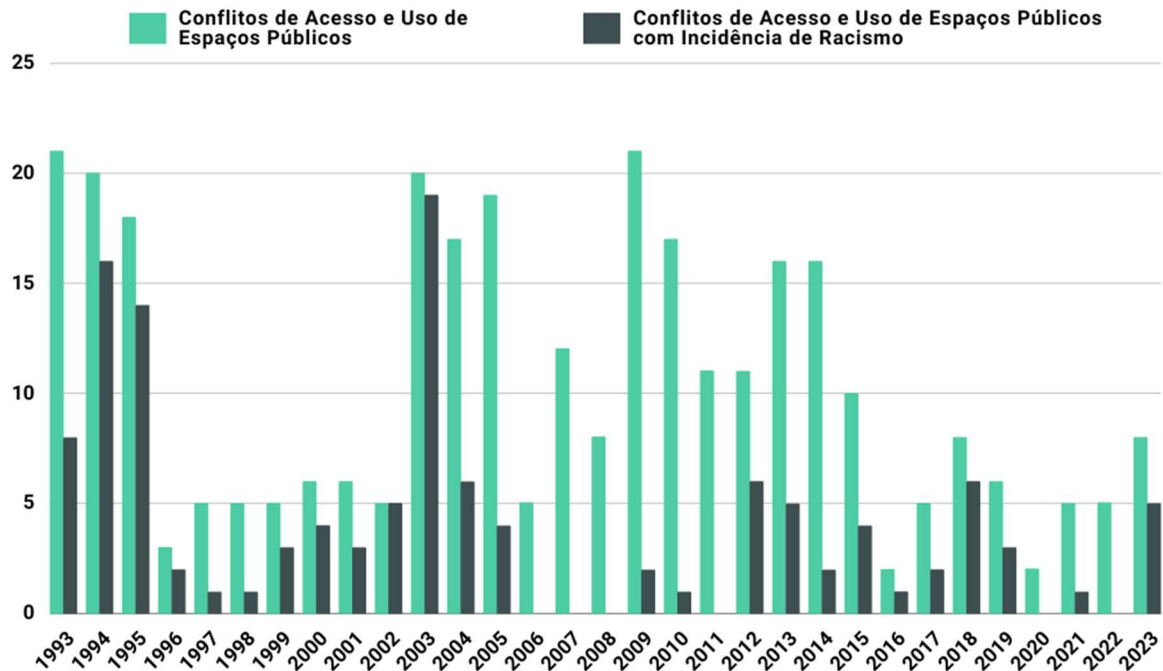
Em ato realizado por estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os manifestantes questionaram a aprovação do projeto do Equipamento Cultural, que será construído no local do antigo Canecão. Os manifestantes apontaram que da forma com que foi criado, a Universidade estará entregando o espaço para a iniciativa privada. Os estudantes gritaram palavras de ordem como "A UFRJ não está à venda". O parlamentar Glauber Braga, deputado federal pelo Psol, apoiou o ato, afirmando que a universidade poderia recusar o projeto e criar um novo a partir de recurso de emendas parlamentares. Apesar das mobilizações contrárias, o projeto foi aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Além das conflituosidades analisadas com maior profundidade no recorte temporal do presente relatório, na perspectiva da longa duração, de 1993-2023, foi possível identificar diferentes conflitos com incidência de racismo estrutural, que reforçam as narrativas da discriminação racial contra os indivíduos que lutam, não só, pelo acesso e uso dos espaços públicos, como também pela empregabilidade no mercado formal. É notório, um aumento significativo de conflitos com incidência de racismo nos anos de 1994, 1995 e 2003. Nesses períodos, ocorreram grandes fiscalizações nas orlas das praias cariocas e no centro da cidade, onde camelôs foram impedidos de venderem suas mercadorias pelos agentes de segurança do município.

³⁰ [LEI Nº 9.982, DE 14 DE JULHO DE 2000.](#)

Conflitos de Acesso e Uso de Espaços Públicos com Incidência de Racismo

Dados referente ao número de 318 conflitos.

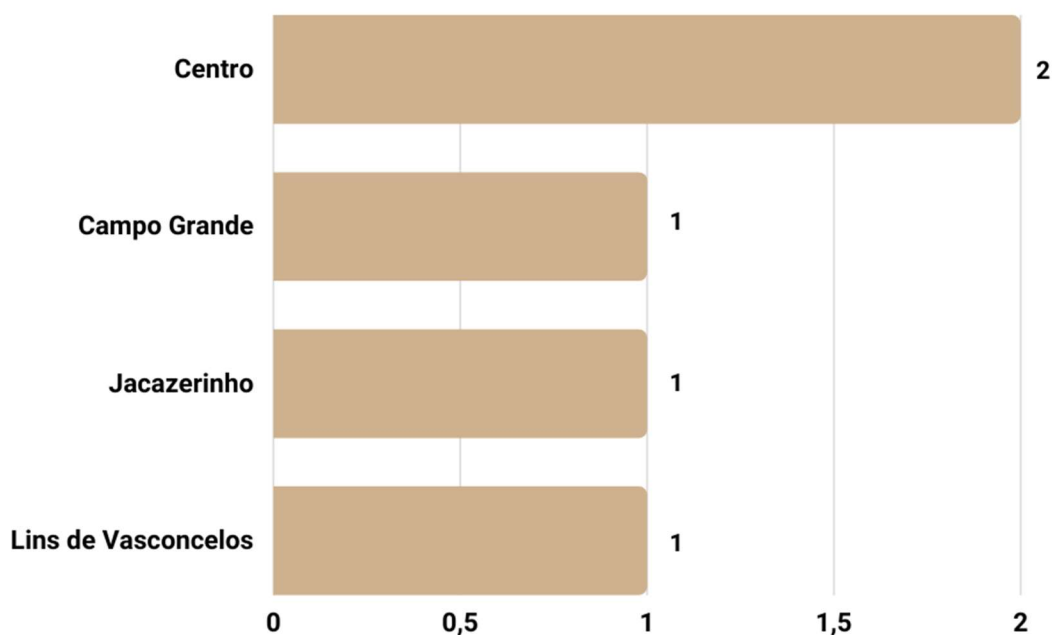


6.5 – MORADIA:

No intervalo 2022–23, o Observatório registrou 5 conflitos da categoria Moradia, indicando uma redução de cerca de 30% em relação ao relatório anterior. Espalhadas pelos bairros do Centro, Campo Grande, Jacarezinho e Lins de Vasconcelos, as reivindicações tiveram como principal antagonista de luta os Governos Estadual e Municipal.

Quantidade de Conflitos de Moradia por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 5 conflitos.



O caso do Jacarezinho, por exemplo, evidencia o descaso do poder público com as populações pobres e faveladas da cidade do Rio de Janeiro. Há doze anos recebendo aluguel social de R\$400,00, famílias desalojadas pelas mãos do Estado foram às portas do Palácio Guanabara, em março de 2023, a fim de cobrar a construção de apartamentos prometidos gestões antes.

Segundo o governador a verba para a empreitada não faltava, mas as famílias denunciaram o fato que se explicita há mais de uma década: as intenções do poder público são de controle e combate e não de apoio. Vale ressaltar que ali foi instalado, em 2022, o programa Cidade Integrada. Embora com tão pouco esforço para entregar programas tão antigos, o Estado continua a desiludir os moradores do Jacarezinho e, sob a promessa do bem-estar social, a colocar em curso operações de ódio contra as almas do povo preto e pobre deste território.

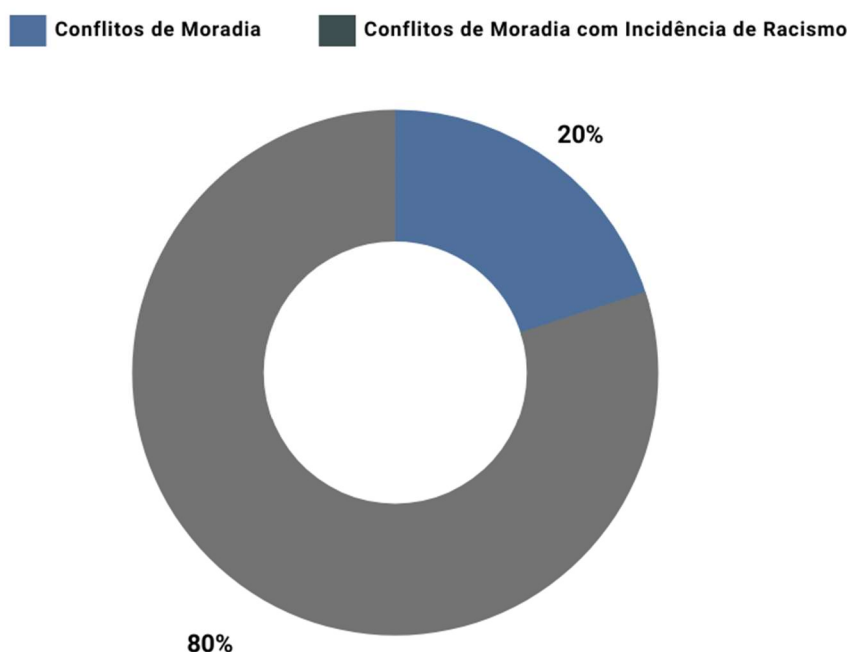


Moradores do Jacarezinho durante o protesto em memória às vítimas da Chacina do Jacarezinho, 2022. Fonte: Rafael Daguerre/1508

O racismo não ficou exclusivo ao território do Jacarezinho. No período estudado, quatro dos cinco conflitos de moradia tinham suas raízes no sistema de opressão racial da cidade. Como afirma Moraes (2018, p.9), “[a]s cidades brasileiras são hoje a expressão urbana de uma sociedade que nunca conseguiu superar sua herança colonial para construir uma sociedade que distribuísse de forma menos desigual suas riquezas”. A luta pela moradia digna no Rio de Janeiro, nesse cenário, elucida as estruturas étnico-sociais a atravessar a distribuição e o acesso de terras pelo proletariado de baixa renda. Em um dos conflitos travados no Centro, o movimento de luta nos bairros, vilas e favelas, sob proteção jurídica do núcleo Luiza Mahin (UFRJ), respondeu ao decreto de desalojamento da justiça ocupando um prédio ao lado das famílias ali estabelecidas. A desocupação compulsória é uma das ferramentas legais do Estado, usualmente usadas contra as populações pretas e pobres e, como disse a advogada Fernanda Maria Vieira, elucidativa de um sistema planejado para proteger a propriedade em detrimento da vida.

Conflitos de Moradia com Incidência de Racismo (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 5 conflitos.



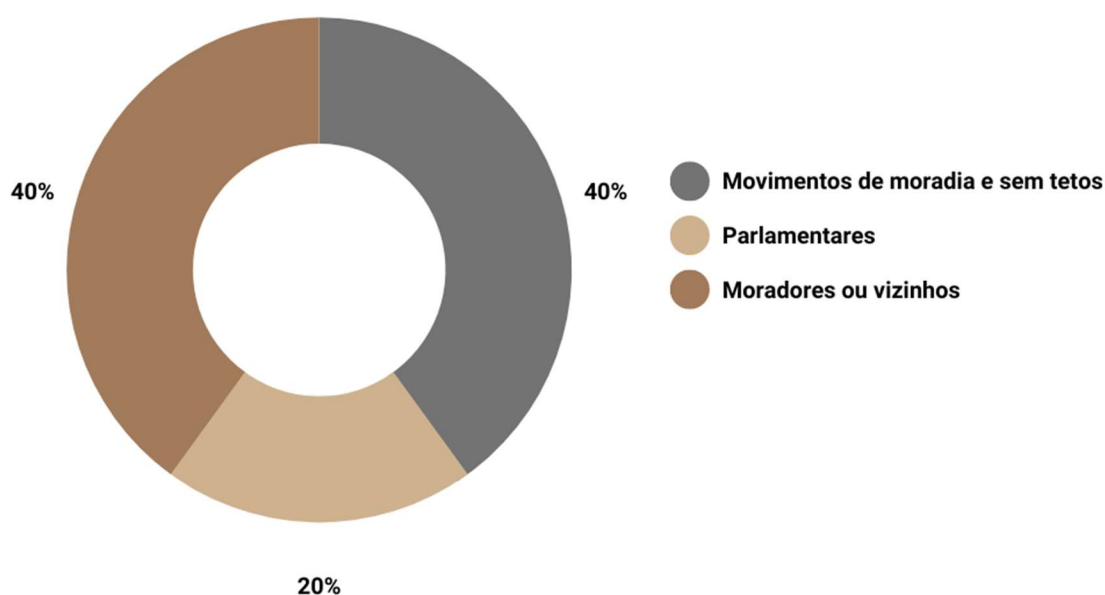
A relevância das discussões do Reviver Centro 2 é outro destaque que cabe ser feito. Ao longo do último período, as implicações do novo planejamento urbano para a Área de Planejamento 1 mobilizou falas nas plenárias da Câmara de Vereadores (CMRJ). A vereadora Luciana Boiteux denunciou o caráter antissocial do Reviver Centro, cujo objetivo, para ela, era "conceder benefícios de aumento de gabarito para dar mais lucratividade às construtoras, às grandes empresas, num apensamento de uma cidade controlada pelo mercado, uma cidade-negócio" (DIÁRIO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL, 2023, p. 12). Perguntando à gestão do governo municipal sobre quantas unidades habitacionais foram construídas no Reviver Centro 1, ela descobriu ter sido zero, comprovando as denúncias tecidas desde a inauguração do programa. O descaso com as comunidades populares do centro, portanto, estaria sendo perpetrado pela nova edição do projeto.

Outro protesto que chamou a atenção foi realizado por moradores de Campo Grande, que se manifestaram contra a obra do anel viário de Campo Grande. Segundo moradores, o governo não entrou em contato com eles, que ficaram sabendo que suas casas serão desapropriadas por meio de informações que saíram

no Diário Oficial. A obra prevê a construção de um túnel em uma área de proteção ambiental que, segundo os moradores, ainda não possui estudos de impacto ambiental na região, de vizinhança e do trânsito.

Grupos Mobilizados dos Conflitos de Moradia (2022 - 2023)

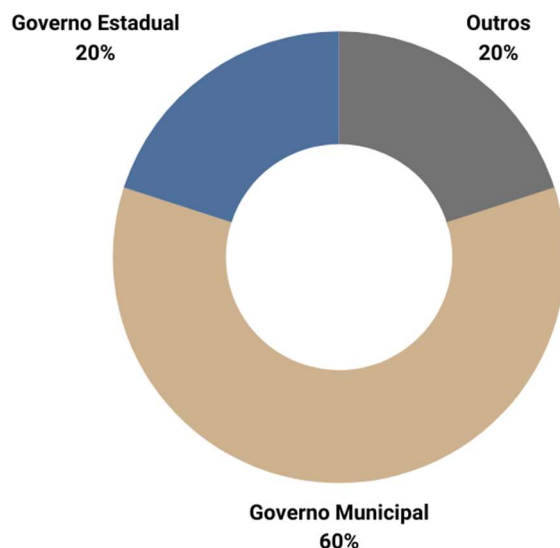
Dados referente ao número de 5 conflitos.



Entre os grupos mobilizados nas manifestações, destacamos os movimentos sociais de moradia e sem tetos e moradores ou vizinhos, que atuam como detonadores de conflitos, evidenciando os problemas de moradias existentes no Rio de Janeiro. Seja mediante a ocupação de casarões ou prédios abandonados, ou por via da luta contra remoções, esses grupos foram responsáveis pela maioria dos atos em defesa da moradia.

Agentes Contestados dos Conflitos de Moradia (2022 - 2023)

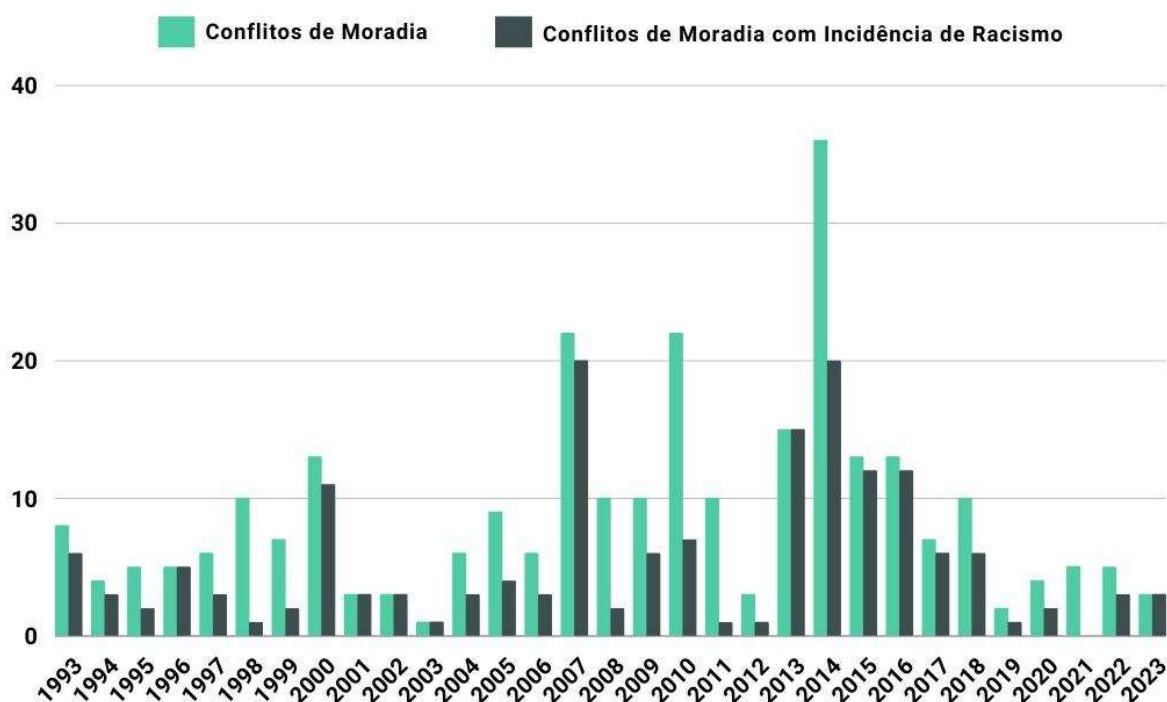
Dados referente ao número de 5 conflitos.



Quanto aos agentes contestados, o Governo Municipal se sobressai, sobretudo devido às ações de remoções realizadas pela prefeitura. Mas, também ocorrem questionamentos em relação ao Governo Estadual, sobretudo em algumas favelas como Manguinhos, onde há mais de dez anos, famílias removidas de suas casas vivem de aluguel social, um valor irrisório que não dá conta de locar uma habitação em condições razoáveis de qualidade de vida.

Conflitos de Moradia com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 276 conflitos.



6.6 - Energia e Gás:

No último período analisado, foi registrado apenas um conflito na categoria Energia e Gás. Na Praça Seca, moradores da Favela Bateau Mouche protestaram contra a falta de luz na comunidade. Segundo a Light, um disparo de arma de fogo danificara o transformador do território, e, embora estivesse preparando profissionais para visitar a área, a agência esperava a garantia, pela Polícia Militar, de segurança estabilizada na área.

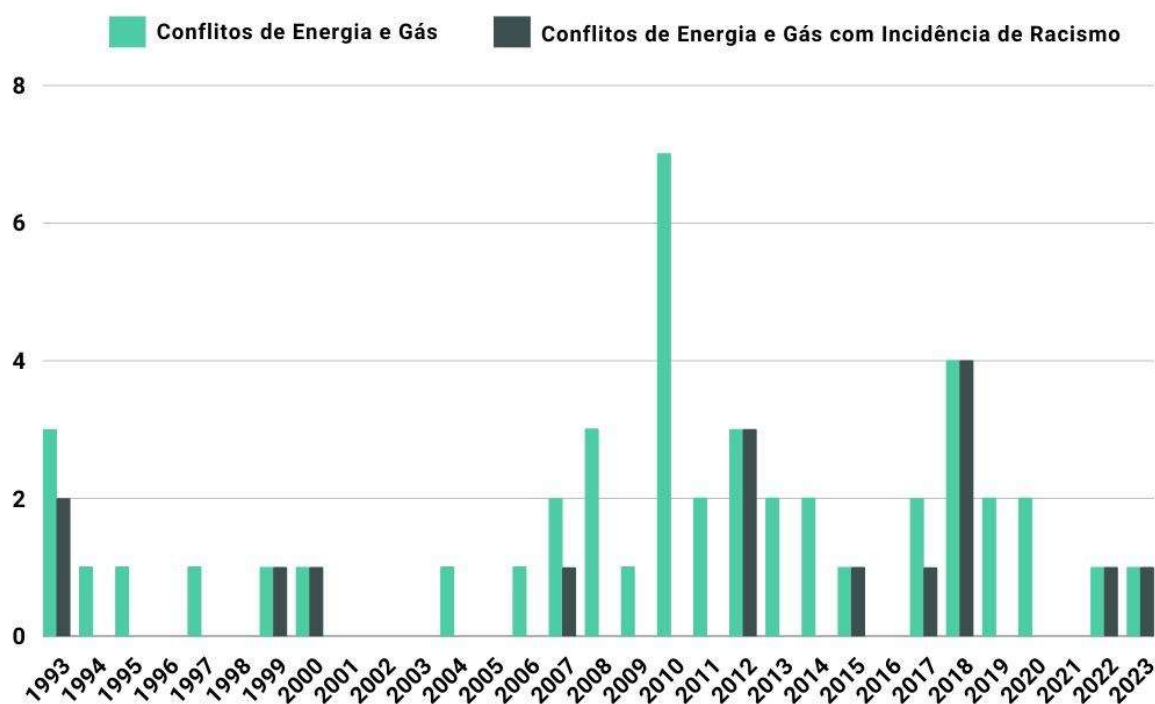
Fica claro, aqui, as formas diversas e interconectadas pelas quais o racismo estrutural opera. Em um primeiro momento, vê-se os estratégias de segurança aplicadas a territórios pretos e pobres, na qual o Estado é ora o agente dos conflitos armados, ora o ator negligente na luta das periferias urbanas contra a violência. Em uma segunda leitura, fica nítido que o atraso pela reparação da distribuição de rede elétrica é nutrido pelo descaso e abandono do povo periférico. Na intersecção

dessas duas camadas, pinta-se um cenário fiel ao atual projeto de mal-estar social relegado ao povo preto e pobre.

Pensando o racismo estrutural presente nos conflitos de energia e gás na longa duração, foi possível identificar 45 conflituosidades, sendo 16 delas portadoras de elementos de racismo estrutural. É nas favelas que os atos que reivindicam energia e gás apresentam intersecções entre classe e raça. Locais como Manguinhos, Acari e Rocinha são exemplos dos territórios favelados onde o acesso à energia se mostra irregular ou ausente. Nesses casos, os habitantes desencadeiam manifestações contra a falta de infraestrutura energética, acusando as empresas de luz de descaso para com as regiões onde habitam classes populares.

Conflitos de Energia e Gás com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 45 conflitos.



6.7 – Vizinhança:

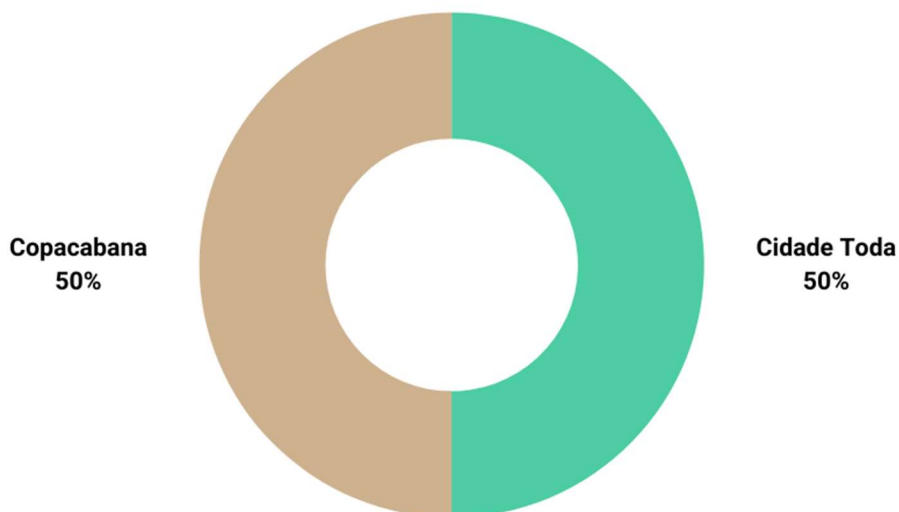
Para o objeto de conflitos Vizinhança, foram monitorados dois conflitos ao longo do último período. Em novembro de 2022, moradores e vizinhos do bairro de Copacabana protestaram na defesa da permanência do Cine Roxy. Um pouco antes, um abaixo assinado recolheu cerca de 18 mil assinaturas a favor da tradicional casa de cinema da Zona Sul, mas a campanha surtiu pouco efeito sobre a decisão do grupo Severiano Ribeiro, proprietário do imóvel, decidido a encerrar as atividades do local. Embora o tombamento do edifício impusesse limites à reforma do espaço, foi anunciado que o Roxi perderia sua função no circuito audiovisual da cidade, sendo transformado, então, em uma casa de espetáculos.



Fonte: Pedro Ivo / Agência O DIA

Quantidade de Conflitos de Vizinhaça por Bairro (2022 - 2023)

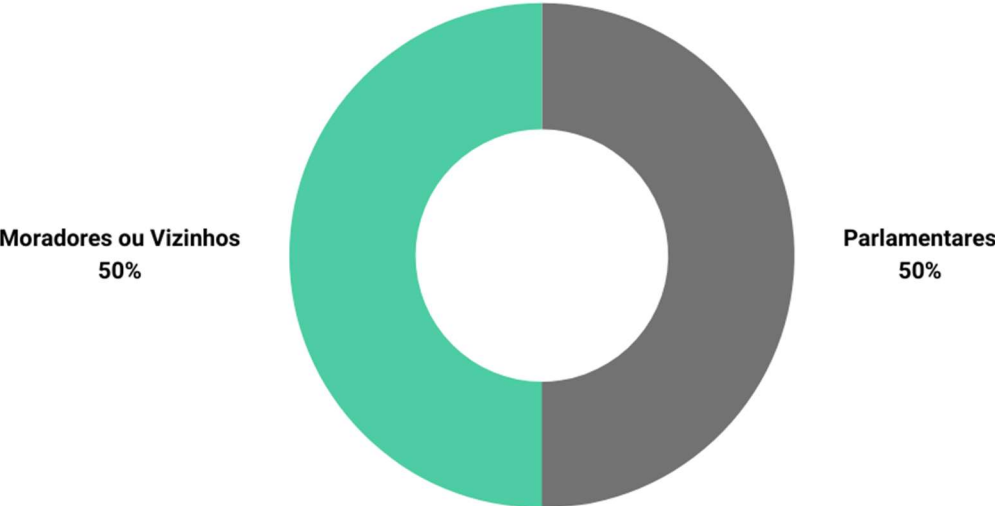
Dados referente ao número de 2 conflitos.



Alguns meses mais tarde, em março de 2023, moradores da Zona Sul voltaram a protagonizar outra demanda, desta vez em prol dos animais de moradores de rua. Contatado pelo grupo, o vereador Luiz Ramos Filho (PMN) solicitou à Secretária de Assistência Social maiores cuidados no processo de recolhimento de pessoas em situação de rua possuidoras de animais de estimação. Segundo ele, era necessário alinhar o programa social com a Secretária de Defesa dos Animais, uma vez que, na ida aos abrigos, os donos eram separados de seus queridos animais. Como consequência, os animais ficavam perdidos e desesperados, soltos nas ruas, sob o risco de causarem e sofrerem acidentes na pista. Além do parlamentar Ramos ter afirmado a constitucionalidade do pedido, por haver leis indicando estruturas de acolhimento ao animal em abrigos, tiveram também relatos de outros colegas acerca da importância emocional e afetiva dos animais às pessoas em situação de abandono.

Grupos Mobilizados dos Conflitos de Vizinhança (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 2 conflitos.



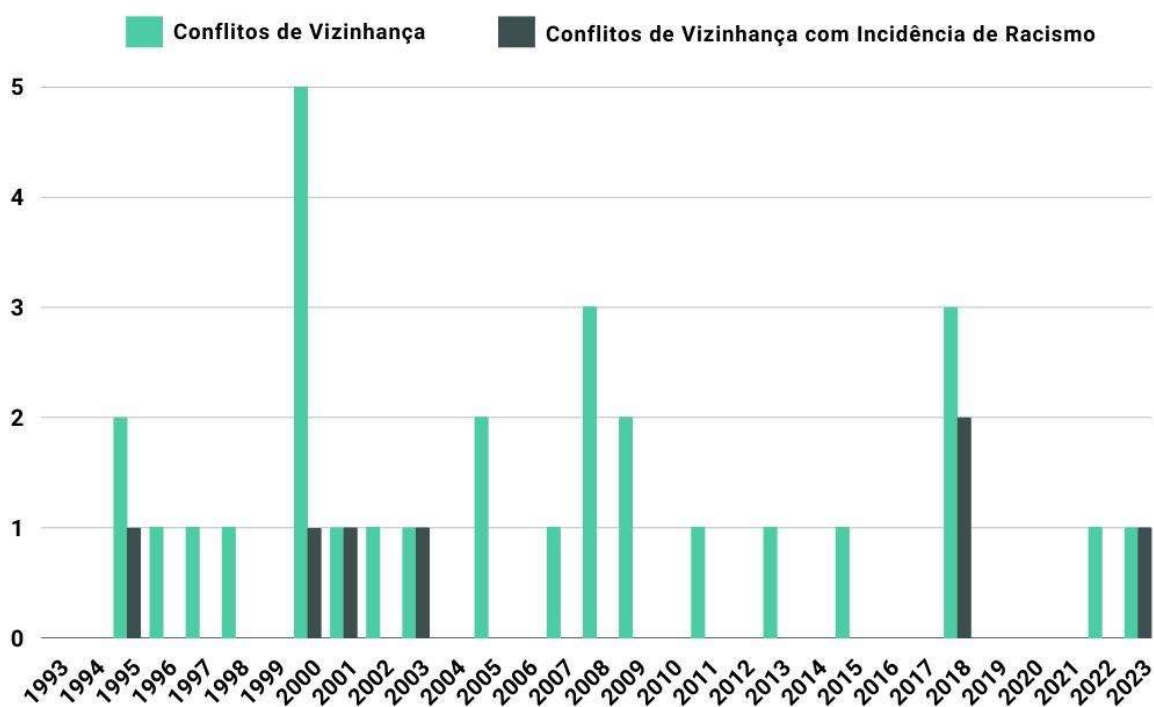
Agentes Contestados dos Conflitos de Vizinhança (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 2 conflitos.



Conflitos de Vizinhança com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 29 conflitos.

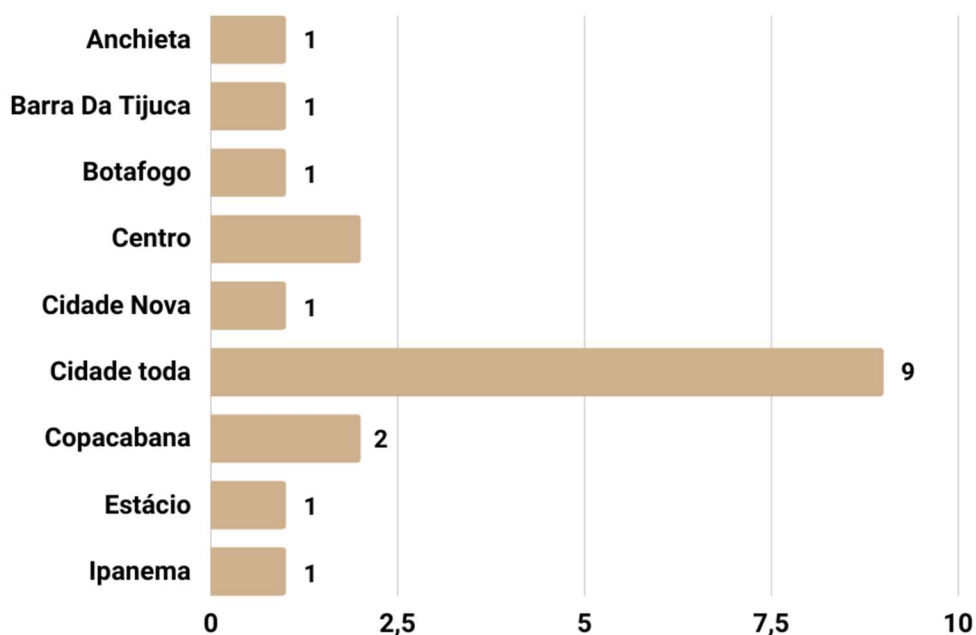


6.8 – OUTROS:

Na categoria de conflitos “outros”, registramos as manifestações cujo objeto de conflito não se enquadra nas tipologias registradas na base de dados. Analisando esses protestos entre 2022 e 2023, percebemos sua distribuição espacial incidindo em 7 bairros, destacando-se aqueles localizados na Zona Sul do Rio de Janeiro, como Copacabana, Botafogo e Ipanema. Porém, a “cidade toda” emerge como palco da maioria das manifestações realizadas por esse objeto de conflito.

Quantidade de Conflitos de Outros por Bairro (2022 - 2023)

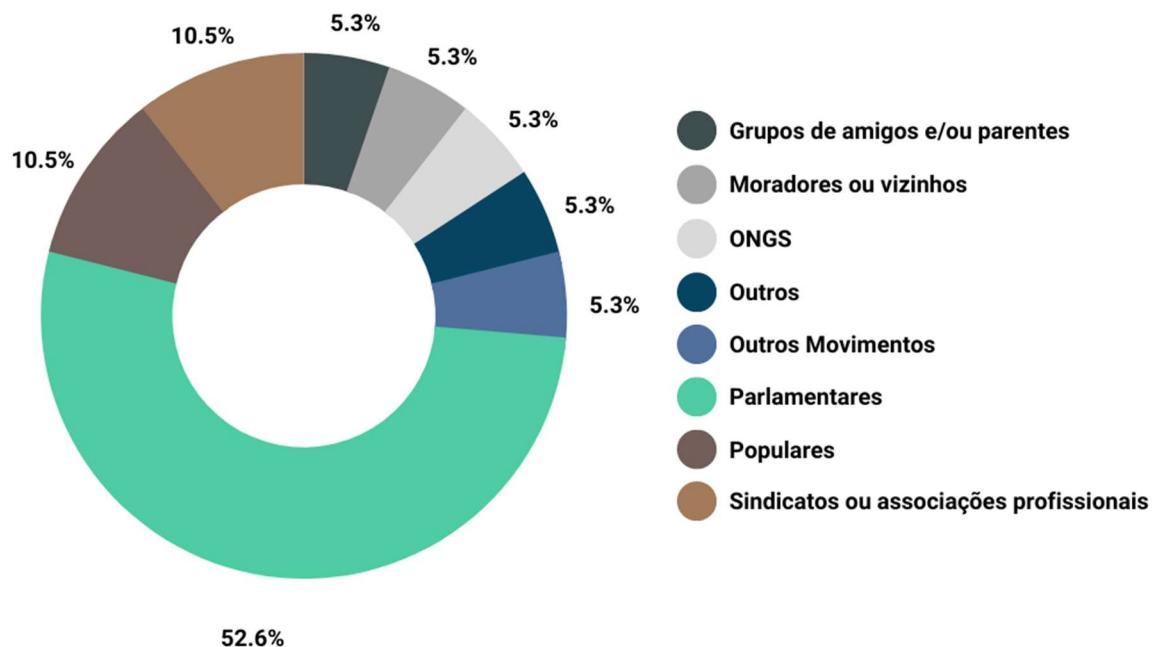
Dados referente ao número de 19 conflitos.



Os protestos realizados e catalogados como “outros” tiveram nos parlamentares seu principal agente vocalizador. Os(as) vereadores(as), eleitos(as) pela população carioca, problematizaram diversas questões urbanas da cidade do Rio de Janeiro, tensionando elementos que permeiam os conflitos na metrópole carioca. Sindicatos ou associações profissionais, e populares, também foram importantes mobilizadores de manifestações.

Grupos Mobilizados dos Conflitos de Outros (2022 - 2023)

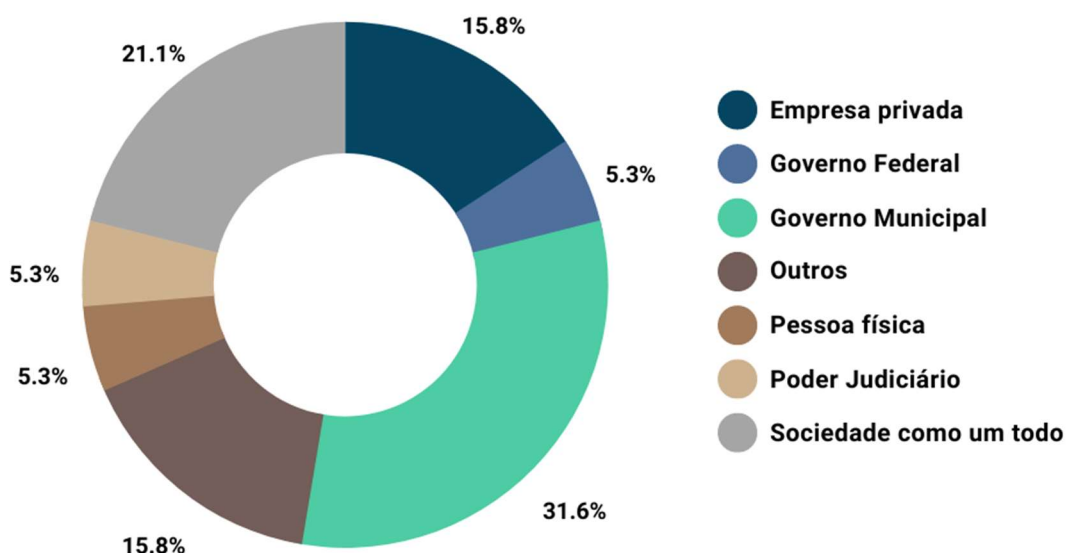
Dados referente ao número de 19 conflitos.



Na categoria “outros”, o agente mais contestado foi o Governo Municipal, alvo constante de críticas, sobretudo de parlamentares, que protestaram contra a prefeitura do Rio de Janeiro sob diferentes ângulos de críticas em relação às políticas públicas desenvolvidas no espaço urbano carioca. Porém, a “sociedade como um todo” também se revelou como elemento de intensas críticas nas manifestações. Em menor quantidade de protestos, empresas privadas foram contestadas em conflitos urbanos no Rio de Janeiro.

Agentes Contestados dos Conflitos de Outros (2022 - 2023)

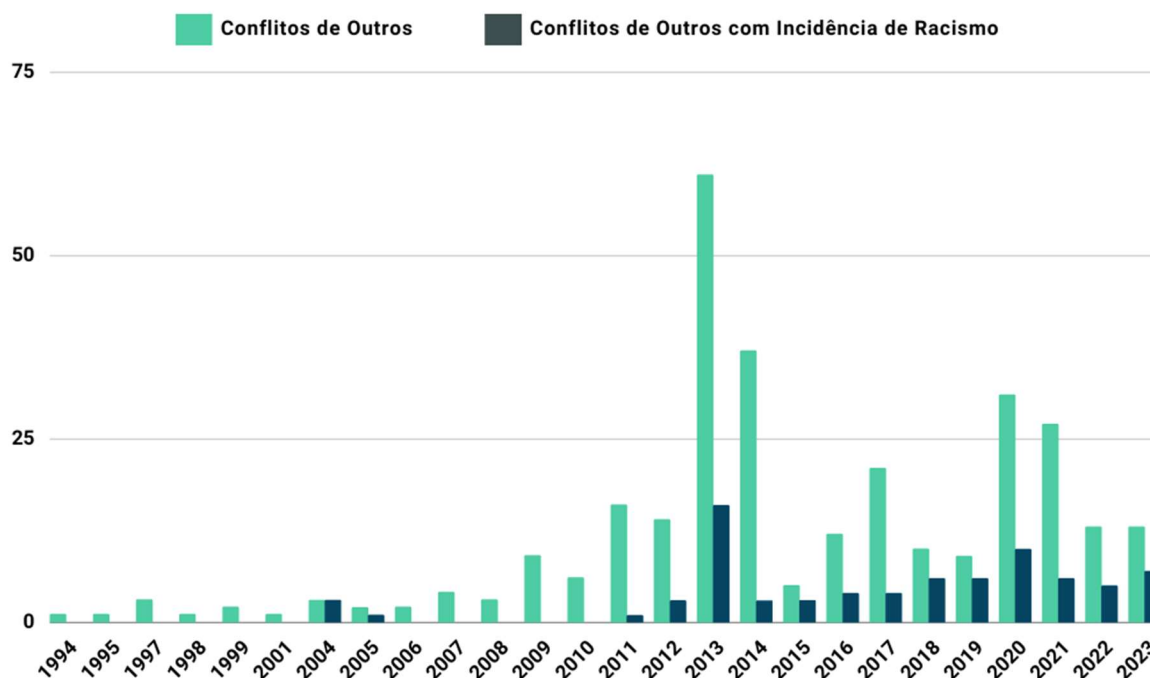
Dados referente ao número de 19 conflitos.



Numa perspectiva histórica do objeto de conflito “outros”, os elementos de racismo estrutural aparecem de maneira irregular no recorte que vai de 1993 até 2023. No início, a presença de traços do racismo nas conflitosidades é rarefeita. Mas, a partir de 2013, ocorre uma inflexão nas manifestações do objeto “outros”, fruto da conjuntura política brasileira com os protestos de junho de 2013. Desde então, os conflitos permeados de racismo estrutural na categoria “outros” passaram a aparecer com frequência maior na base de dados do Observatório de Conflitos Urbanos.

Conflitos de Outros com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 307 conflitos.



Desenvolvendo uma descrição mais profunda dos conflitos classificados como “outros”, começamos apontando protestos ocorridos em Copacabana, que tinham como elemento comum o racismo estrutural. No primeiro deles, Laura Brito, uma mulher negra, sofreu racismo ao tentar realizar a compra de uma bijuteria em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo a vítima, no momento em que entrou no estabelecimento, a proprietária do local, a chinesa Li Chen (48 anos) passou a segui-la e a proferir uma série de insultos racistas, chamando-a de neguinha, macaca e agredindo-a. Houve manifestação de apoio.

Ainda problematizando o racismo, o relatório do Observatório das Liberdades Religiosas apontou crescimento nos casos relatados de intolerância religiosa no estado do Rio de Janeiro. O lançamento do documento foi feito durante a 15ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, em Copacabana, na Avenida Atlântica, na altura do posto 5.

Protestos contra o racismo também foram realizados por vereadores(as), que se manifestaram contra o racismo sofrido pelo jogador Vinícius Júnior, na Espanha. Os(as) parlamentares citaram o caso do jogador, mas lembraram que no próprio Rio

de Janeiro o racismo dá as caras com grande intensidade. Monica Cunha, e César Maia foram os(as) representantes da Câmara que mais verbalizaram essa questão nas plenárias.

Homofobia também foi motivo de protestos em um bar na Zona Sul, em Ipanema. O dono do estabelecimento se recusou atender o casal, dizendo que “não serviria bebidas para gays”. Houve protesto em frente ao bar e a polícia civil passou a investigar o caso, a DECRADI indiciou um dos sócios do bar “Popeye” por homofobia a partir do relato das testemunhas.

Com a pandemia, a insegurança alimentar assolou o Brasil, e a urbe carioca não escapou dessa conjuntura. Nesse sentido, o vereador Marcos Paulo, do PSol, falou em plenária sobre a situação da insegurança alimentar na cidade do Rio de Janeiro e da falta de providências da prefeitura no caso. Segundo dados apresentados por ele, no Estado do Rio de Janeiro existem cerca de 10 milhões de pessoas com insegurança alimentar e cerca de 2,7 milhões com fome.

O vereador fez um pequeno retrospecto dos restaurantes populares no Município do Rio de Janeiro para mostrar o processo de precarização da prefeitura com a demanda. Segundo ele, em 2017, o município tinha apenas 3 restaurantes populares em pleno funcionamento e logo no ano seguinte suas verbas foram reduzidas à metade. Além disso, o vereador informou que a prefeitura criou o programa Prato Feito, em que prometia abrir 55 cozinhas comunitárias, mas somente 15 haviam sido abertas.

O vereador lembrou que a prefeitura havia prometido reabrir o Restaurante Betinho, situado na Central do Brasil, até dezembro de 2022, mas isso também não ocorreu. Nem a abertura de 10 restaurantes populares, como também foi prometido. Marcus afirmou que ele e sua equipe circularam pela cidade, nos locais onde existiam os restaurantes, e encontraram espaços abandonados e depenados. Além disso, fizeram fiscalização nos 3 restaurantes que a prefeitura mantinha ativos e afirmaram que a situação era insalubre.

O representante afirmou que desde 2019 tem buscado contato com o poder público para entender como está a situação, fazendo, inclusive, audiências públicas nos anos seguintes, mas sem sucesso. Segundo ele, falta planejamento por parte da prefeitura para enfrentar a situação. Nas palavras do parlamentar:

"E nós identificamos nas falas dos representantes da Prefeitura que não havia nenhum estudo, não tinha nenhum planejamento, ou seja, ficou uma dúvida muito grande, se os mais necessitados realmente tiveram o braço do poder público ali para poder suprir o alimento e se realmente essas pessoas tiveram acesso. "

Para o vereador, é importante que a Assistência Social vá às ruas, abordar as pessoas e fazer algum tipo de cadastro para ser possível gerar dados sobre a população em situação de rua, para conseguir construir programas mais efetivos para atender esse grupo invisibilizado. Marcos defendeu que é preciso estudo e planejamento para lidar com a situação, tendo, portanto, feito um projeto com o Instituto de Nutrição da UFRJ, chamado Mapa da Fome. Segundo o vereador:

"Eu fiz um projeto com o Instituto de Nutrição da UFRJ, apresentei à Presidência desta Casa, e a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro assinou com o Instituto de Nutrição da UFRJ um estudo que a gente chama de Mapa da Fome, para identificar onde as pessoas que necessitam de alimento estão, qual é a real necessidade delas. Porque às vezes não adianta eu entregar uma cesta básica, porque essa pessoa não tem um fogão para cozinhar, essa pessoa não tem dinheiro para comprar um botijão de gás para cozinhar o alimento".

A ideia do projeto é coletar dados, que serão entregues à prefeitura, para auxiliar na construção de políticas públicas. Mas ressaltou a importância de a prefeitura parar de criar projetos baseados exclusivamente na sua vontade e buscar entender de forma planejada e rápida o que as pessoas realmente precisam.

A vereadora Thais Ferreira (PSol), durante a votação do projeto de lei de n.º 1213/2022, fez uma denúncia sobre a relação das políticas de ressocialização e reinserção da juventude das crianças e adolescentes que estão sob responsabilidade institucional.

Conforme a vereadora, durante visita a Central de Recepção de Crianças e Adolescentes, na rua Benedito Hipólito, foi identificado uma série de problemas em questões estruturais, que, segundo ela, já são amplamente divulgadas. Quando a Comissão Permanente de Direitos da Criança e do Adolescente, presidida pela vereadora, tentou acessar os contratos para entender a situação real, esbarrou na falta de transparência da prefeitura.

Thais afirmou que alguns contratos não estão disponíveis para visualização, o que contraria a Lei de Acesso à Informação. A vereadora ainda informou que estava em posse de diversos documentos, que eram recomendações do Ministério Público, sobre ações contra a prefeitura no contrato específico 123/2021, porém a documentação específica não estava disponível.

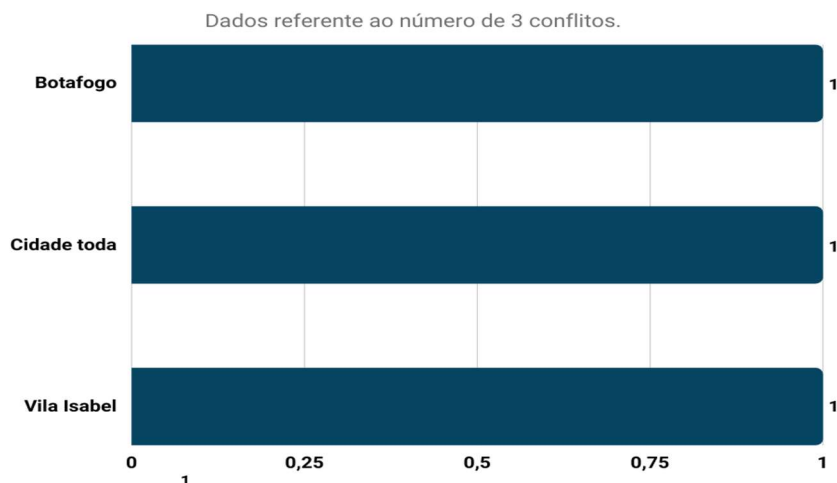
A 28ª edição do Grito dos Excluídos reuniu no Centro do Rio mais de mil pessoas em passeata com o tema "Vida Em Primeiro Lugar". O ato, realizado no dia da Independência, questionava: "Duzentos anos de Independência para Quem?" Movimentos sociais, sindicatos, militantes partidários e religiosos pediram mais e melhores moradias, pelo respeito à vida, emprego digno, fim do racismo e respeito aos cidadãos.

6.9 - ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM:

Três manifestações foram registradas sob o objeto de conflito água, esgoto e drenagem no período do presente relatório. Embora saibamos das condições ruins na infraestrutura de distribuição e de qualidade³¹ da água no Rio de Janeiro, isso não reverberou em um grande quantitativo de protestos coletivos contra agentes responsáveis pela gestão e distribuição de águas. Pensando na espacialização desses conflitos por bairros, a situação é a seguinte:

³¹ Basta lembrar dos problemas hídricos já relatados em relatórios anteriores, como na crise do abastecimento do início de 2020, quando a CEDAE utilizou carvão ativado para tentar resolver problemas de poluição na distribuição de água na cidade.

Quantidade de Conflitos de Água, Esgoto e Drenagem por Bairro (2022 - 2023)



Em relação aos agentes mobilizados, os três conflitos foram desencadeados por moradores e vizinhos, sendo todos eles direcionados ao questionamento das ações da empresa privada Águas do Rio, responsável pela distribuição de água e saneamento para 124 bairros cariocas.

Em Vila Isabel, moradores protestaram contra a falta de água, indicando que as contas estão em dia, mas que possuem um custo alto. Segundo eles, ao questionarem a Águas do Rio, a empresa respondeu que o problema era decorrente de um defeito em um registro de distribuição no Maracanã. A concessionária disse que o local passou por um reparo e que o problema já estava resolvido, mas não foi informada uma data para a água voltar. A empresa informou para o RJTV que estavam trabalhando em reparos de vazamentos que estavam impactando o fornecimento de água em Vila Isabel e que a expectativa era que as intervenções estivessem concluídas o mais rápido possível.

Moradores do Morro Santa Marta em Botafogo se manifestaram contra a falta de água na comunidade, indicando que só falta água na favela e não no restante do bairro, além da água que chega ser imprópria para o consumo. Uma creche também ficou impossibilitada de funcionar devido à falta de água. Moradores pediram respostas para a Águas do Rio, e a empresa respondeu com uma nota dizendo que o abastecimento da região foi afetado por uma série de problemas, primeiro por um reparo emergencial de uma elevatória no Rio Comprido, depois devido a uma estação de tratamento no Maracanã e que eles já estavam se organizando para que o abastecimento de água no Santa Marta fosse reestabelecido.

]

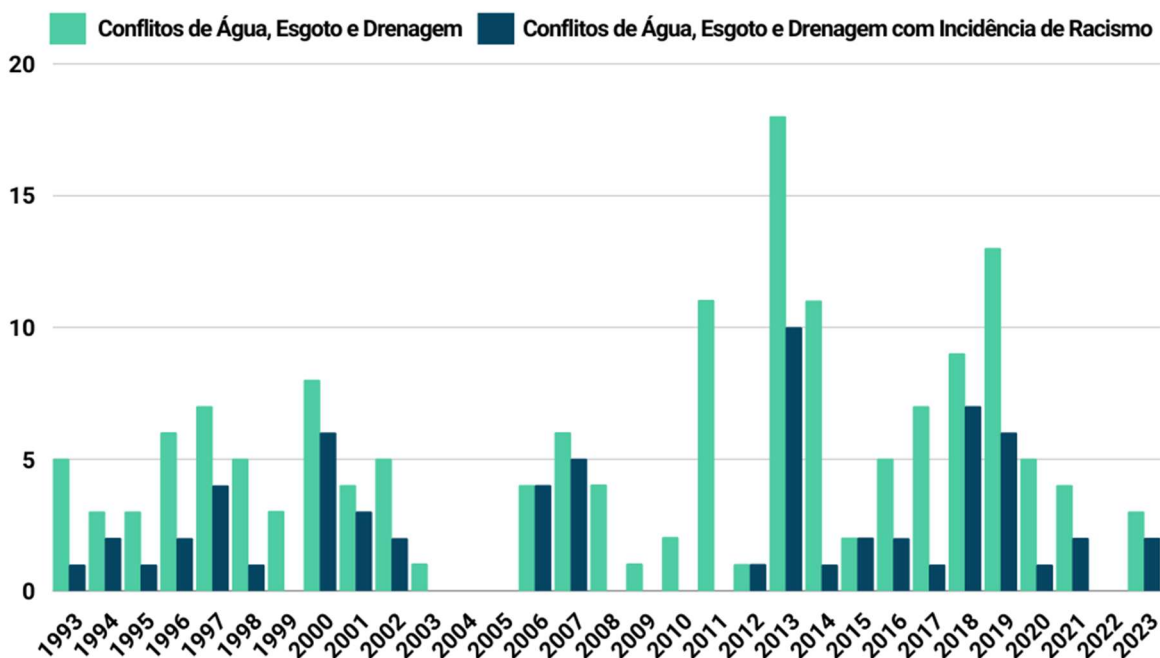


Moradores do Morro Santa Marta protestam em Botafogo
Fonte: Jornal o Dia

Quanto ao custo da água, moradores de várias partes do Rio de Janeiro se manifestaram contra o aumento do valor da água após a privatização do serviço. Algumas residências receberam um aumento no custo da conta de água de mais de 300%, afirmando que a subida do preço coincidiu com o início da gestão da concessionária Águas do Rio. Em Inhaúma, alguns moradores apontaram que na hora de trocar o hidrômetro alguns canos foram quebrados, houve vazamento e a empresa não consertou, acarretando desperdício de água e aumento nas contas. A Águas do Rio informou que equipes da concessionária já estavam em contato com os clientes para solucionar cada caso e reiterava que os hidrômetros instalados são precisos, seguros e certificados pelo INMETRO.

Conflitos de Água, Esgoto e Drenagem com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 156 conflitos.



Olhando sob a perspectiva histórica do racismo estrutural, os conflitos de água, esgoto e drenagem foram em sua maioria mobilizados a partir de moradores de favelas, locais que sofrem com a falta de infraestrutura básica de saneamento e acesso à água potável. Interessante notar que no contexto das manifestações de junho de 2013 houve explosão das demandas por água no Rio de Janeiro, sendo o ano de pico das manifestações desse objeto de conflito.

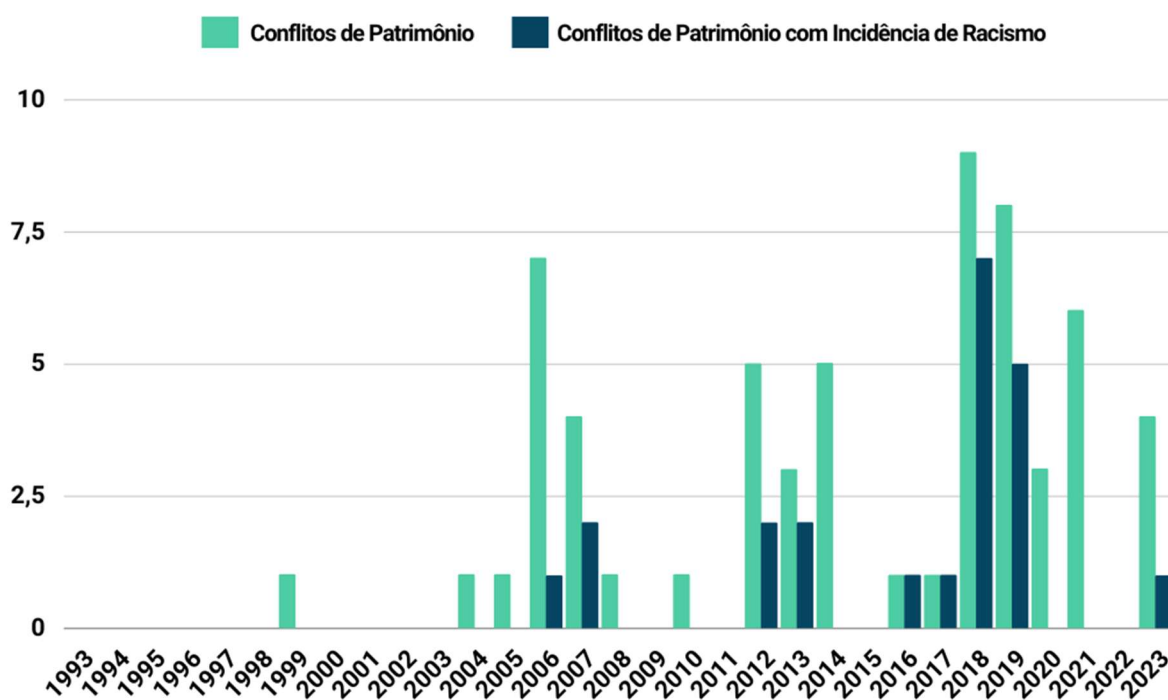
6.10 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO:

Embora a base de dados do Observatório de Conflitos Urbanos tenha iniciado seus registros a partir do ano de 1993, a primeira manifestação pública coletiva sobre patrimônio histórico catalogada data de 1999. Ao longo do tempo, é possível observar hiatos nos registros dessa tipologia de conflituosidade, o que pode significar um nível de prioridades mais urgentes da sociedade em relação às heranças do passado no espaço urbano carioca. Mas, nos últimos anos, uma série de manifestações evidenciaram a importância da manutenção do patrimônio

histórico no Rio de Janeiro, principalmente aqueles vinculados a herança cultural da população negra na antiga capital federal ocorreram.

Conflitos de Patrimônio com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 61 conflitos.



No último ano ocorreram 4 manifestações tendo o objeto patrimônio histórico como elemento de conflito. O deputado Rodrigo Amorim, do PTB, em plenário da Câmara de Vereadores, questionou o projeto de lei para o tombamento do Clube Riachuelo, feito pelo vereador Márcio Ribeiro (AVANTE). Segundo Amorim, ao tombar o clube, o mesmo não conseguirá sair das dívidas em que se encontrava, já que a iniciativa privada não faria investimentos no local caso não pudesse efetuar obras, que iriam descaracterizar em algum grau o clube, um dos mais tradicionais da região do Grande Méier.

O vereador Edson Santos (PT) trouxe para a plenária da Câmara Municipal a discussão sobre o projeto de modificação do Pão de Açúcar, promovido pela Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar. O parlamentar classificou o projeto

como "risco iminente" de descaracterização do conjunto da cidade como patrimônio da humanidade. Segundo o vereador, por interesses mercadológicos, a implantação de cinco tirolesas no Pão de Açúcar colocavam em risco a titulação da cidade.

A posição do vereador foi baseada também no alerta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), que é uma ONG que presta assessoria para a Unesco sobre o tema, que informou sobre o risco do Rio de Janeiro perder o título de patrimônio.

Edson Santos informou que promoveu uma audiência pública sobre o tema, em conjunto com a Comissão de Cultura, com representantes da sociedade civil, do poder Executivo municipal e do Iphan. O posicionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional trouxe incomodo ao vereador, pela sua inércia com relação ao projeto. Nas palavras do vereador:

"Portanto, estou aqui, Senhora Presidente, para alertar o conjunto de vereadores desta Casa. Tenho aqui uma documentação razoavelmente vasta que coloca a importância desse título. Em 2012, a Cidade do Rio de Janeiro se tornou a primeira do mundo – primeira do mundo! – a receber o título da Unesco de Patrimônio Mundial como paisagem cultural urbana. Então, esse título não pode ser ameaçado por uma decisão da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar."

O parlamentar informou ainda que marcou uma reunião com a Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar para, junto com a Comissão de Cultura, fazer uma visita ao Pão de Açúcar e ao Morro da Urca para verificar as mudanças pretendidas para o local.

A vereadora Thaís Ferreira, denunciou na sessão da Câmara de Vereadores o descaso da prefeitura com os patrimônios históricos da população preta. Na ocasião, a parlamentar denunciou a falta de luz nos entornos da Casa da Tia Ciata, local onde ocorre o Samba da Cabaça.

Segundo a parlamentar, ela e sua equipe têm trabalhado em ações antirracistas pela cidade desde 2021. E que o compromisso assumido pela própria Prefeitura pelo desenvolvimento de ações antirracistas, tem que passar pela preservação desses lugares, e a preservação e a dignidade passam pelos investimentos na manutenção da área. Nas palavras de Thaís Ferreira:

“A gente vem fazer aqui mais uma vez o apelo de um território que não precisa ser só visualizado a partir da sua condição histórica, já que a gente está falando em Tia Ciata, matriarca do samba, e todos os seus símbolos. Inclusive, a rua que leva seu nome deve estar em plenas condições de preservação, e a Prefeitura deve garantir isso”.



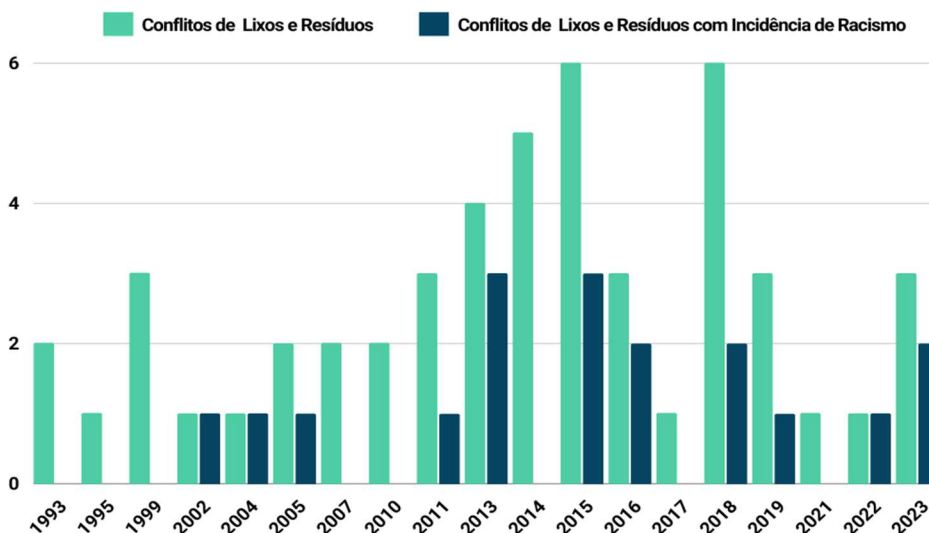
Fonte: Facebook Roda de Samba da Cabaça

6.11 - Lixos e Resíduos:

Na base de dados do Observatório de Conflitos Urbanos foram catalogados, entre 1993 e 2023, cinquenta (50) conflitos do objeto lixo e resíduos, sendo os anos de 2015 e 2018, períodos de maior volume dessas manifestações.

Conflitos de Lixos e Resíduos com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

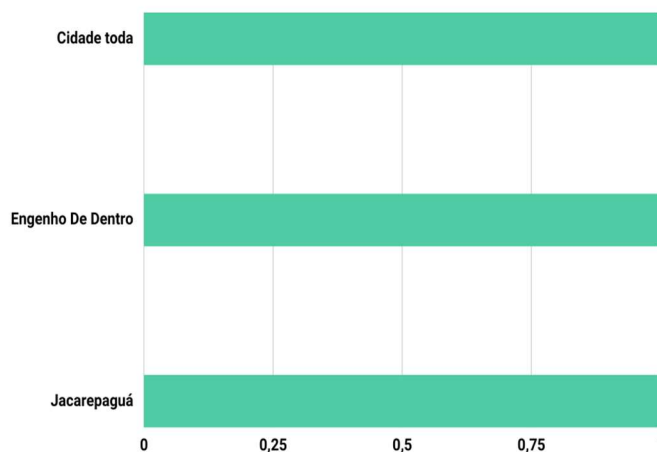
Dados referente ao número de 50 conflitos.



Entre 2022 e 2023, foram assinalados três conflitos envolvendo lixo e resíduos, distribuídos pelos bairros do Engenho de Dentro, Jacarepaguá e um pela cidade toda.

Quantidade de Conflitos de Lixos e Resíduos por Bairro (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 3 conflitos.



Entre os conflitos registrados destaca-se a fala da vereadora Thais Ferreira, que utilizou parte de seu tempo para denunciar o descaso da coleta de lixo em Engenho de Dentro. Nas palavras da parlamentar:

“A gente sabe que muitas pessoas infelizmente, quando estão afastadas do Centro, da Zona Sul, dos lugares de maior visibilidade, sofrem com a coleta de lixo. Essa

questão da coleta de lixo impacta, sim, a vida das comunidades, a vida das crianças. E hoje eu venho falar da Rua Dois de Fevereiro, no bairro do Engenho de Dentro, onde vários moradores se mobilizaram e mandaram muitas mensagens para o nosso canal de WhatsApp denunciando a questão da coleta de lixo. Existem caçambas de lixo em um ponto da rua, que acumula excesso de lixo e muitas vezes elas não dão vazão ao lixo que é colocado."

Em Jacarepaguá, moradores do bairro se manifestaram contra os problemas causados por um lixão clandestino na região. Além do cheiro ruim do local, a fumaça gerada na queima de resíduos e detritos pode gerar problemas de saúde. Representantes da associação de moradores da região contam que o problema dura já mais de dez anos e estava se agravando. A Polícia Civil e a prefeitura já fizeram operações no lixão, as associações também já pediram ajuda ao Ministério Público, mas o problema continua.

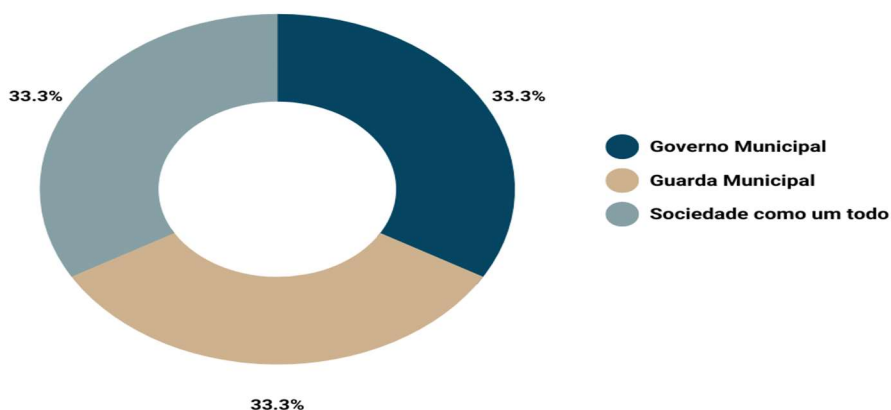
A Secretaria estadual do ambiente e sustentabilidade, além do Instituto Estadual do Ambiente afirmaram realizar ações no local para solucionar o problema, já a SEOP prometeu que vai fazer uma operação na área com o apoio da polícia e a Delegacia de Proteção do Meio Ambiente, para investigar o descarte irregular de lixo. A Comlurb informou que mantém as medidas efetivas de limpeza no local.

Alunos da Escola Municipal Benedito Ottoni e voluntários de diferentes bairros do Rio de Janeiro protestaram contra o descaso com o meio ambiente mediante a realização de um mutirão de limpeza na praia de Copacabana. A atividade foi puxada pelos movimentos Recicla Orla e Plástico Transforma, que buscam conscientizar a sociedade sobre a forma correta de descarte de resíduos.

Quanto aos agentes mais contestados no objeto lixo e resíduos, temos o Governo Municipal, a Guarda Municipal e a sociedade como um todo foram os agentes mais contestados.

Agentes Contestados dos Conflitos de Lixos e Resíduos (2022 - 2023)

Dados referente ao número de 3 conflitos.

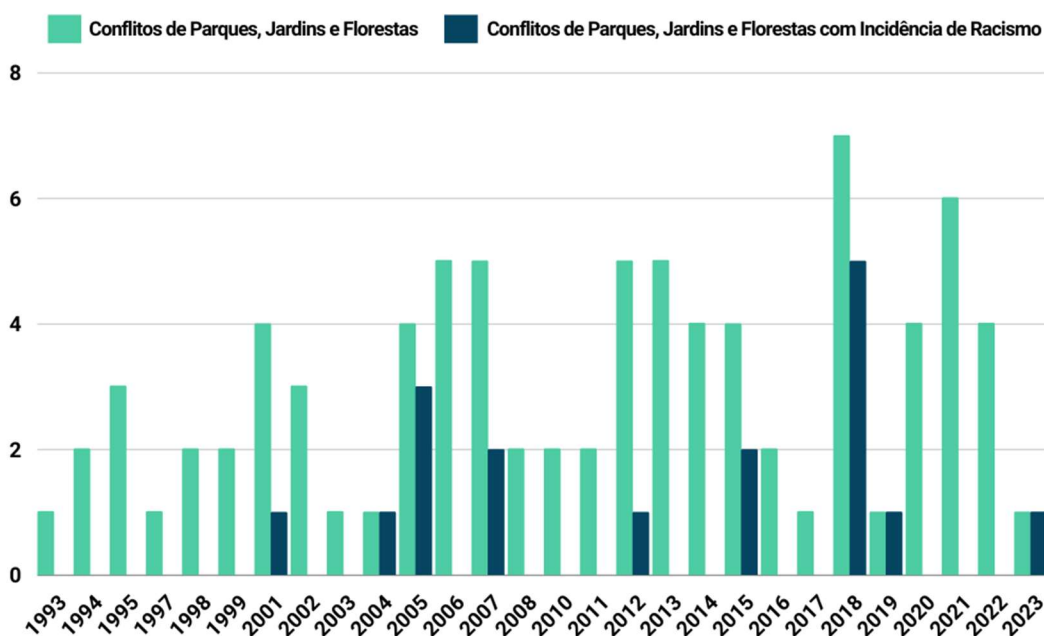


6.12 – Parques, Jardins e Florestas:

A categoria de conflitos parques, jardins e florestas, possui 84 protestos registrados desde o início da catalogação das manifestações realizadas pelo Observatório de Conflitos Urbanos. O pico dessas conflituosidades ocorreu nos anos de 2018 e 2021. Sobre a incidência de racismo no objeto analisado, percebe-se que nos anos de registros, somente em nove deles ocorreram conflitos com elementos de racismo estrutural.

Conflitos de Parques, Jardins e Florestas com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 84 conflitos.



No período do último ano somente uma manifestação ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, tendo como elemento de conflito parques, jardins e florestas. O conflito foi expresso pelo vereador Celso Costa (REPUBLICANOS), que informou estar realizando reuniões com as lideranças da comunidade do Chapadão, e entre as demandas que surgiram, estava a questão do abandono de um parque da região. O parlamentar afirmou que já protocolou um pedido, mediante uma indicação legislativa, para a Secretaria de Meio Ambiente, para que houvesse uma atenção especial com a comunidade, que, segundo ele, tem passado por um abandono recorrente.

6.13 - Legislação urbana e uso do solo:

O objeto Legislação urbana e uso do solo apresentou apenas dois conflitos entre o segundo semestre de 2022 e a primeira metade do ano de 2023. Em um protesto na planária da Câmara de Vereadores, a parlamentar Monica Cunha (PSol) se manifestou contra o desmonte que vem sofrendo a Feira de São Cristóvão. A vereadora esteve presente na manifestação dos barraqueiros, que ocorreu no mesmo dia da sua fala, contra a iniciativa da prefeitura de acabar com parte da feira.

A parlamentar afirmou que as ações do prefeito Eduardo Paes estão indo contra a Lei nº 7.069, de 2021, que tornou a feira um Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro. A crítica da vereadora é ao edital de concessão do espaço, aberto pela prefeitura, que não garante a manutenção das características tradicionais do espaço.

O protesto da vereadora foi acompanhado por outros parlamentares, como Felipe Michel (PROGRESSISTAS), que indicou a necessidade de uma audiência pública com todas as partes antes da concessão ocorrer. A vereadora Luciana Boiteux (PSol) também se manifestou contra a falta de diálogo da prefeitura com os trabalhadores da Feira de São Cristóvão e pediu a suspensão da publicação do edital até que ocorra a audiência. O vereador Edson Santos (PT) também se posicionou contra a possibilidade de descaracterização da feira.

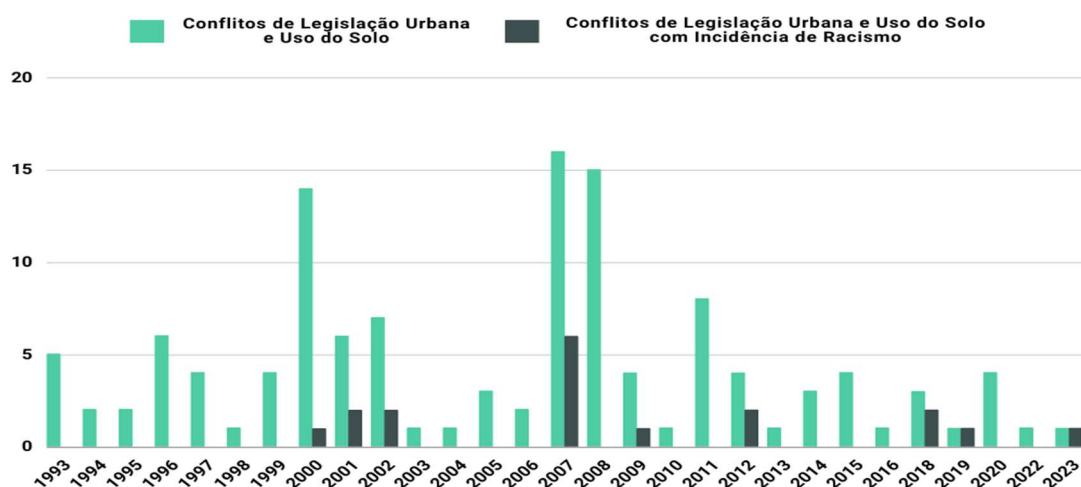
"A Feira de São Cristóvão, ou Feira de Tradições Nordestinas, é uma feira que tem uma característica cultural muito marcante. E as pessoas que ali visitam vão na busca daquilo, da culinária, da música, do artesanato. Então, isso é o que levou a Feira de São Cristóvão a se transformar na Feira de Tradições Nordestinas." - disse o vereador Edson Santos.

No outro conflito catalogado, feirantes se manifestaram contra a taxa cobrada pela prefeitura pelo uso do solo, que segundo eles era de R\$100 por semana de exposição pago para a Associação Polo Novo Rio Antigo.

Pensando na longa duração dos conflitos atrelados a esse objeto, temos o total de 125 registros na base de dados, mas poucos deles caracterizados com elementos de racismo estrutural.

Conflitos de Legislação Urbana e Uso do Solo com Incidência de Racismo (1993 - 2023)

Dados referente ao número de 125 conflitos.

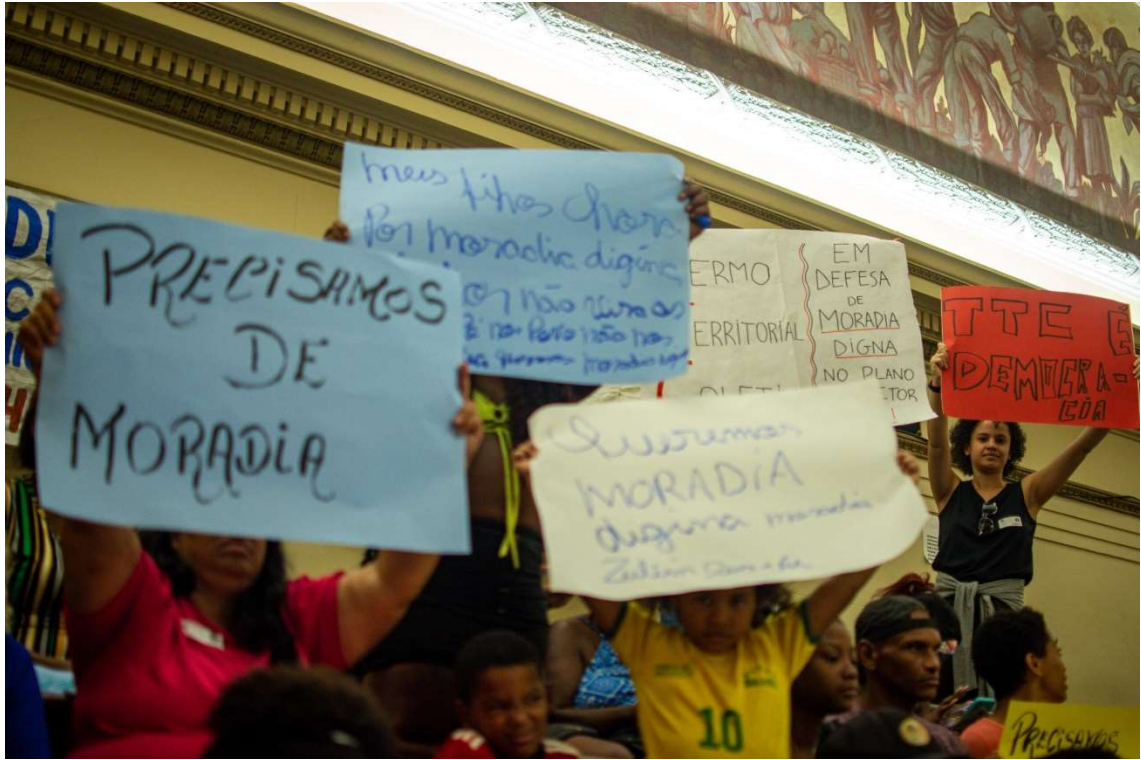


7 – Contribuições dos Conflitos Urbanos ao Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro:

O Termo Territorial Coletivo é a grande novidade proposta pelos movimentos de moradia ao Plano Diretor da cidade. O TTC que a um só tempo evita a sanha removedora de governos de perfil autoritário e a sede de lucros dos especuladores imobiliários, que muitas vezes articulados derrubam moradias populares consolidadas para a construção de novos espaços aburguesados. Sob a justificativa de indução de modernidade, realizam na realidade violenta limpeza étnica, expulsão dos pobres para construções destinadas a novos e abonados moradores, ou simplesmente destinam o espaço à consolidação de enormes estacionamentos, como foi o caso de parte significativa do espaço da Vila Autódromo em 2016.

O TTC significa o título de propriedade da terra para a comunidade que a habita, separando a terra, o solo, do que está construído em cima. Ou seja, com o TTC o terreno de uma comunidade, favela ou coletivo de moradores passa a ser de propriedade autogerida dos moradores e cada casa, comércio, prédio ou o que está em cima da terra continua sendo de propriedade de quem habita, trabalha ou compartilha o imóvel. Evitando assim o argumento agilmente transformado em remoção, de que ali residem invasores, de que as terras das moradias populares não têm dono, de que as casas dos pobres são passíveis de inexistência, podendo ser derrubadas a qualquer tempo em que a articulação dos poderes públicos e especulação imobiliária, muito comum na realidade dos planos dos poderosos, permaneça ocorrendo.

Terrenos de moradias populares, favelas, passarão a ser de propriedade dos coletivos que nelas vivem, dos que as construíram, dos que resistiram às diversas





Nessa última Dona Penha, querida liderança da Vila Autódromo que em sua fala mencionou o fato de ter sido convidada a viajar para Nova Iorque e passar uma semana visitando comunidades que aplicaram o TTC:

“O TTC precisa voltar!... É uma oportunidade da prefeitura trabalhar junto com as comunidades, em um projeto que traz sociedade civil, prefeitura e sociedade. A prefeitura do Rio diz que trabalha em conjunto, mas não trabalha. Vivi [isso] na Vila Autódromo [durante a remoção]: eles falavam uma coisa na mídia e dentro da comunidade é outra... Eu tive a oportunidade de ir a Nova York conhecer várias comunidades que implementaram o TTC e que deu muito certo. Passei uma semana lá conhecendo essas comunidades. Tenho propriedade para dizer que o TTC é uma ferramenta que tem tudo a ver com o Rio de Janeiro porque ele funciona de várias formas, ele pode ser trabalhado com as comunidades que já estão ali, como nossas favelas, nossas periferias, mas também pode ser trabalhado na construção de novas moradias... Se nós vivemos, como falamos, em democracia, esse projeto volta para o Plano Diretor.” — Maria da Penha Macena

Em discussão desde 2021 no ambiente da Câmara Municipal o TTC voltou ao projeto depois de brava luta dos movimentos e pesquisadores envolvidos no GT e da participação em audiências públicas também fruto de pressão popular para se ouvir os diversos setores sociais e tornar o processo de construção do Plano Diretor mais democrático e, portanto, mais eficaz em termos de sua aplicabilidade.

Em abril de 2023 houve uma semana de audiências públicas do Plano Diretor com bastante participação de movimentos sociais e movimentos de moradores, associações e populares em que a discussão foi muito pautada pela falta de alternativas de moradia popular. O TTC e as críticas ao Reviver Centro pautaram as discussões posto que pensar um plano para a cidade para os próximos dez anos deveria incluir, na visão dos moradores expressa nas audiências, um plano de ocupação de imóveis desocupados no Centro, a regularização dos locais considerados irregulares através do TTC e a construção de moradias populares no Centro e em bairros que já contem com infraestrutura para sanar o déficit habitacional da cidade que estria em torno de 500 mil moradias.

A vereadora Luciana Boiteux denunciou o caráter anti-social do Reviver centro, cujo objetivo, para ela, é "conceder benefícios de aumento de gabarito para dar mais lucratividade às construtoras, às grandes empresas, num apensamento de uma cidade controlada pelo mercado, uma cidade-negócio". Ela inferiu ser esse um legado do primeiro projeto do Reviver Centro. Perguntando à gestão do governo municipal sobre quantas unidades habitacionais foram construídas no Reviver Centro 1, ela descobriu ter sido zero.

O descaso com as comunidades populares do centro estaria sendo perpetrado pela nova edição do projeto. Em consonância com Boiteux, a vereadora Monica Cunha, um dia depois, realçou tal abandono, responsabilizando a Eduardo Paes. Ela disse: "Voltando aqui ao que eu estava falando, do absurdo dessa enganação desse projeto de Reviver Centro, a única coisa que ele quer reviver, de verdade, são as alianças de Eduardo Paes para 2024. A única coisa que ele, de fato, quer reviver é o olhar de Eduardo Paes, de ontem, de hoje e, com certeza, de amanhã, para o mercado financeiro desse lugar. O que ele quer reviver é, cada vez mais, mostrar um Rio de Janeiro que é só para ele e meia dúzia dos aliados dele. Não é um Rio de Janeiro de verdade, para a população. Não é um Rio de Janeiro para quem, de fato, precisa de moradia."

O TTC voltou ao texto do Plano Diretor que a partir do segundo semestre do corrente ano passará a receber emendas dos parlamentares municipais e influências dos movimentos sociais da cidade.

Os conflitos urbanos registrados e mapeados pelo Observatório demonstram que o Plano Diretor deveria abordar outros temas na direção de nos próximos dez anos termos uma cidade menos desigual e mais justa e humana.

Na saúde as reivindicações aparecem na forma de combate ao sucateamento e requerem maiores investimentos no setor público em que faltam medicamentos, leitos e médicos e sobram filas para procedimentos simples e complexos. Pedidos pela ampliação do Programa Médico de Família, pela volta das farmácia populares, distribuição de medicamentos pelo SUS e pelo fim das OSs.

Em relação aos transportes o Projeto "Já é" que prometia abrir a caixa preta dos transportes na cidade ainda é incógnita para a população em termos da expectativa de redução das tarifas, qualidade dos veículos, pontualidade principalmente nos horários de pico, maior circulação noturna, o que garante maior segurança pública e circulação na cidade; além de regularização dos transportes por

aplicativo; maior utilização do transporte aquaviário com linhas da zona sul para o Centro, do Centro para a Ilha do Governador e Maré que já foram alvo de discussões mas nunca implementadas; maior controle do tráfego para diminuição de acidentes, subsídio das tarifas todas são algumas das propostas que apareceram nos conflitos urbanos para sanar os problemas apontados: ônibus sem ar-condicionado, sempre lotados e “caixa preta” das empresas; preço alto das tarifas, falta de alternativas em horários sensíveis direito ao transporte submetido aos empresários na cidade.

Educação outro tema/realidade que mobiliza muito na cidade e aponta outro processo de sucateamento das escolas municipais em péssimas condições de infraestrutura nas suas cozinhas que sobrecarregam e adoecem as cozinheiras, quadras quebradas, banheiros idem, falta de professores, falta de profissionais para apoio de alunos especiais, falta de refrigeração das salas de aulas são alguns dos pontos destacados pelos protestos mobilizados na área.

De maneira geral os conflitos cobram o avanço dos ambientes e políticas públicas em detrimento dos processos privatizantes; maior respeito ao cidadão contribuinte em toda a gama de serviços públicos realizados pelo município; mais moradia digna para a população e regularização das milhares de moradias consideradas ilegais com o TTC, o respeito à função social da propriedade, dignidade no tratamento destinado aos moradores. Melhores e mais baratas formas de se locomover, de acesso à cidade; melhores condições de atendimento de saúde, melhoria das condições de ensino e formação das crianças e jovens em especial; um poder público antirracista e ambientalmente comprometido; serviços de água, luz, esgoto e coleta de lixo muito melhorados com mecanismos de fiscalização de abusos das empresas prestadoras de serviços. Uma verdadeira transformação da cidade é o que os moradores expressam quando coletivamente ocupam as ruas para reivindicar seus direitos.

Equipe do Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro

8 - REFERÊNCIAS

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano* Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
_____. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2005.

CHAVES, Fátima Machado. *Vidas negras que se esvaem: experiências de saúde dos funcionários escolares em situação de trabalho*. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública).a Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade. **Geographia**, Niterói, vol 23, n.50, p.1-19, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48960/29143>>. Acesso em 29/08/2023.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, UFRJ, vol 3, n.6, p.441-463, 2013.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
_____. *Como a obsessão por segurança muda a democracia*. Le Mond Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/como-a-obsessao-por-seguranca-muda-a-democracia/>>. Acesso em 26/08/2023.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de. *Prisão, trabalho & liberdade. Os africanos livres na construção da casa de correção do rio de janeiro, 1834-1864*. In: 5º encontro

Escavidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Campus Universitário Porto Alegre, RS. Maio, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Kabengele Munanga, Petrópolis: Vozes, 1999.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência 2017. Brasília: Ipea. 2017.

MEMMI, Albert. Retrato do Colonizado precedido do retrato do colonizador; tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Junho 2016 Organização, Thandara Santos; Colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas?. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 2014.

CLARK, Sarah Fernanda Pereira; SOUZA, Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo. O transporte público de qualidade como um direito previsto no Código de Defesa do Consumidor. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/otransportepublicopublicodequalidadecomoumdireitoprevistonocodigodedefesadoconsumidor.pdf>. Acesso em 25/08/2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 22/08/2023.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DIÁRIO OFICIAL DA C MARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, RJ, 2023. N. 114, 21 junho 2023, Seção: Ordem do Dia, p.5–12.

MORAES, Camila. B. O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL TEM COR? Em: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória.